



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E ESTUDOS DO SEMI-ÁRIDO
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



Luiz Carlos de Menezes

***USO SUSTENTÁVEL DA SERRA DE ITABAIANA:
PRESERVAÇÃO OU ECOTURISMO?***

São Cristóvão-SE, 2004

Luiz Carlos de Menezes

***USO SUSTENTÁVEL DA SERRA DE ITABAIANA:
PRESERVAÇÃO OU ECOTURISMO?***

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Estudos do Semi-Árido – NESAs, do Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Universidade Federal de Sergipe – UFS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Cultura, natureza e desenvolvimento.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Augusta Mundim Vargas.

São Cristóvão-SE, 2004

Luiz Carlos de Menezes

***USO SUSTENTÁVEL DA SERRA DE ITABAIANA:
PRESERVAÇÃO OU ECOTURISMO?***

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente junto ao Núcleo de Pós-Graduação e Estudos do Semi-Árido da Universidade Federal de Sergipe, pela Comissão Examinadora constituída pelos seguintes membros:

Orientadora: **Profa. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas**
Universidade Federal de Sergipe

Examinador: **Prof. Dr. José Roberto de Lima Andrade**
Universidade Federal de Sergipe

Examinador: **Profa. Dra. Edvânia Torres Aguiar Gomes**
Universidade Federal de Pernambuco

São Cristóvão-SE, 16 de abril de 2004

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus falecidos pais, que não puderam, em vida, acompanhar e ver realizado esse sonho que sempre foi nosso, mas que agora, onde quer que estejam, estarão se sentindo felizes e realizados.

Agradeço à minha esposa Ana Cristina e aos meus filhos Arthur e Sarah, pela compreensão, conforto e apoio nos momentos de dúvidas e dificuldades, como também aos parentes e amigos, pela força e motivação que deram durante a realização desse intento.

Agradeço a todos os professores, colegas e funcionários da UFS que tiveram um contato maior comigo, ajudando a compreender e a superar as dificuldades, mesmo nos momentos de críticas e alguma má interpretação, que nos ajudou muito a reavaliar posturas e ações, através de uma constante auto-análise e da busca da compreensão e respeito aos aspectos humanos e psicológicos de cada um, possibilitando-me um crescimento qualitativo interior.

Agradeço a todos funcionários do IBAMA na Serra de Itabaiana pelo apoio que foi dado para o desenvolvimento e para o sucesso deste trabalho, não esquecendo também o Sr. Pedro, morador do entorno da Serra, que nos guiou nas trilhas da Serra, e todos os moradores do entorno que tiveram contato conosco e contribuíram com informações valiosas.

Um agradecimento especial à minha orientadora Profa. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas pelo estímulo, pelo apoio, pela compreensão, pelas críticas que foram fundamentais para a evolução, para o crescimento, para o amadurecimento e para o sucesso deste trabalho.

Finalizando, um agradecimento com muito carinho, amor e respeito à Profa. Dra. Vânia Fonseca, pelo apoio e colaboração durante o transcurso do mestrado, que foram de grande relevância para a qualidade deste trabalho.

Epígrafe:

*O ser humano é a natureza que toma
Consciência de si própria...*

(Gonçalves)

*Aquele que não chegou a entender
o seu parentesco com a natureza,
viverá numa prisão sombria de espessos
muros. Só quando vir o espírito eterno
em todas as coisas é que descobrirá o
Significado total do Universo.*

(Tagore)

*Aprender é descobrir aquilo que você já sabe.
Fazer é demonstrar que você sabe.
Ensinar é lembrar aos outros
que eles sabem tanto quanto você.
Vocês são todos aprendizes,
fazedores, professores.*

(Richard Back)

RESUMO

Este estudo apresenta os resultados da pesquisa que consistiu na verificação das potencialidades e perspectivas da prática da atividade ecoturística na Serra de Itabaiana, considerando as dimensões institucional, legal, econômica, ecológica e cultural de sua sustentabilidade. A Serra de Itabaiana é uma Unidade de Conservação em fase de implantação como estação ecológica desde 1978. Como tal, seu uso é restrito à preservação, à pesquisa científica e à educação ambiental. Em face da ocorrência de conflitos e insatisfação das comunidades do entorno devido às proibições de uso, entendemos o ecoturismo como atividade conciliadora entre desenvolvimento e preservação da natureza. Preservação ambiental e atividade turística são compatíveis e podem permitir a manutenção da cultura e a geração de renda das populações do entorno de Unidades de Conservação. No ecoturismo a natureza é o atrativo de consumo e sua prática é norteada pela ética da sustentabilidade que internaliza a natureza como patrimônio natural e cultural. As variáveis adotadas foram norteadas pelos estudos de Beni (2002) e Bóullon (2002), fundamentadas nas dimensões de sustentabilidade. Como instrumental, utilizou-se de fontes bibliográficas e documentais, entrevistas, visitas à Serra de Itabaiana com georreferenciamento de pontos ecoturísticos e registros fotográficos. O conjunto natural que se constitui a Serra de Itabaiana, cuja elevação de 669 m destaca-se na paisagem rebaixada de seu entorno, foi tomado como uma macropaisagem, subdividida em quatro unidades potenciais para o ecoturismo: o topo, a vertente Oeste, a vertente Este e os vales. Sua morfologia apresenta uma vertente abrupta e rochosa à Oeste e outra com decalagem mais suave à Este. Esta vertente é coberta por campos rupestres, cerrados, restinga e mata atlântica, por onde correm, envoltos pela mata de galeria, quatro nascentes com leitos encachoeirados e pequenas bacias de acumulação que formam piscinas naturais e conformam uma diversidade de ecossistemas de grande valor, justificando restrições ao uso. Outro aspecto relevante identificado consiste na incorporação de vários elementos da Serra na cultura sergipana através de histórias e lendas, o que a torna um lugar especial e potencial para o ecoturismo. Quanto às perspectivas de abertura da Serra de Itabaiana ao uso do ecoturismo, as entrevistas realizadas junto a proprietários de terra, moradores do entorno, agências de turismo, guias e órgãos municipais, estaduais e ao IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis, balizaram nosso entendimento de que o uso ecoturístico apresenta-se como alternativa possível, desde que se proceda uma mudança na tipologia da Unidade de Conservação, de Estação Ecológica para outro tipo compatível. Embora já tenha um estudo em andamento no IBAMA, amparado pela Lei nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e incentiva o ecoturismo em Unidades de Conservação e no seu entorno, como alternativa de desenvolvimento, a análise retrospectiva do processo demonstra carência de envolvimento e compromisso, em vários níveis, dos atores sociais e institucionais envolvidos com a preservação do patrimônio natural e cultural que se constitui a Serra de Itabaiana.

Palavras-Chave: ecoturismo, sustentabilidade, unidade de conservação, Serra de Itabaiana, Sergipe.

ABSTRACT

This study presents the results of research that consisted of the verification of potentialities and perspectives on the practice of ecotourism activities at Itabaiana Hill, and considers the institutional, legal, economical, ecological, and cultural dimensions of its sustainability. Itabaiana Hill is a Conservation Unit in the phase of implementation as an ecological station since 1978. As such, its use is restricted to preservation, scientific research and environmental education. In the face of the occurrence of conflicts and the dissatisfaction of the nearby communities, due to the prohibition of the Hill's use, we understand ecotourism as a conciliatory activity between the local communities' development and nature preservation. Environmental preservation and tourism activity are compatible and they can allow the maintenance of culture and income generation of the populations near the Conservation Units. In ecotourism, nature is the attracting consumable and its practice is based on the ethics of sustainability that understands nature as a natural and cultural asset. The variables adopted were based on the studies of Beni (2002) and Bóullon (2002), supported by the dimensions of sustainability. As research instruments, bibliographical and documental sources, interviews, visits to Itabaiana Hill with geographical reference to tourist points, and photographic records were used. The natural complex that forms Itabaiana Hill, 669m high, is easily noticed against the low landscape around it and was taken as a macro-scenery, subdivided into four potential units for ecotourism: the summit, the West vertex, the East vertex, and the valleys. Its morphology presents an almost vertical and rocky vertex to the West and another one with a softer declination to the East. This vertex is covered by rupestrian fields, *cerrados* (woodland/savanna regions in South America), *restinga* (coastal vegetation), and *mata atlântica* (Atlantic forest), through which four springs with riverbeds with waterfalls, and small basins of accumulation that form natural swimming pools flow, covered by gallery forest, making up a number of ecosystems of great value, that justify restrictions to the use of the area. Another relevant aspect that was identified consists of the incorporation of various elements of the Hill into the culture of Sergipe through stories and legends, which turns it into a special and potential place for ecotourism. As for the perspectives related to the opening of Itabaiana Hill to the use of ecotourism, the interviews conducted with landowners in the area, tourism agencies, tour guides, municipal and state organs, and IBAMA – Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources – supported our understanding that the use of ecotourism presents itself as a possible alternative, once there is a change made in the typology of the Conservation Unit, from an Ecological Station to another compatible type. Although there is already a study being developed by IBAMA, supported by Law # 9.985/2000 that instituted the National System of Conversation Units (SNUC), and that encourages ecotourism in Conservation Units and their surrounding areas as an alternative for development, a retrospective analysis of the process demonstrates a lack of involvement and commitment, at various levels, by the ones socially and institutionally involved with the preservation of the natural and cultural assets that constitute Itabaiana Hill.

Keywords: ecotourism, sustainability, conservation unit, Itabaiana Hill, Sergipe.

LISTA DE FIGURAS

Figura 5.1 – Estado de Sergipe - Mapa de situação da Serra de Itabaiana	90
Figura 5.2 – Imagem de satélite do domo da Serra	91
Figura 5.3 – Situação fundiária da Serra de Itabaiana	98
Figura 6.4 – Mapa de localização dos riachos da Serra de Itabaiana	128
Figura 6.5 – Micro paisagens da flora encontrada no topo, na vertente oeste, na vertente leste e nos vales dos riachos	140
Figura 6.6 – <i>Relictus</i> de mata atlântica	141
Figura 6.7 – Cactáceas	141
Figura 6.8 – Vista do povoado Serra	141
Figura 6.9 – Visão panorâmica para W	141
Figura 6.10 – Visão panorâmica para SW	141
Figura 6.11 – Paisagem vista da base da Serra de Itabaiana	142
Figura 6.12 – Anfiteatro da nascente do riacho dos Negros	142
Figura 6.13 – Vista panorâmica longitudinal do vale do riacho dos Negros na vertente leste com a cidade de Areia Branca ao fundo	142
Figura 6.14 – Limite da mata preservada na área do IBAMA. Em primeiro plano, áreas particulares desmatadas	142
Figura 6.15 – Nascente do riacho do Negros no topo	143
Figura 6.16 – Adensamento da vegetação no vale (vista superior do Salão dos Negros, onde se forma o chuveirão)	143
Figura 6.17 – Interior do Salão dos Negros	143
Figura 6.18 – Fundo do Salão dos Negros	143
Figura 6.19 – Poço das Moças	144
Figura 6.20 – Lazer e recreação no Poço das Moças	144
Figura 6.21 – Cachoeira Véu de Noivas	144
Figura 6.22 – Caldeirão cavado no leito	144
Figura 6.23 – Pequena Bacia de acumulação na Cachoeira Véu de Noivas	145
Figura 6.24 – Bacia de acumulação a jusante da Cachoeira Véu de Noivas	145
Figura 6.25 – Corredeira utilizada para lazer e recreação	145
Figura 6.26 – Bacia de acumulação utilizada para lazer e recreação	145

Figura 6.27 – Seqüência de cachoeiras com bacia de acumulação	146
Figura 6.28 – Seqüência de cachoeiras	146
Figura 6.29 – Seqüência de cascatas	146
Figura 6.30 – Cascata com bacia de acumulação denominada de cachoeira do Caixão ...	146
Figura 6.31 – Vale encaixado próximo ao topo no conjunto denominado Catedral	147
Figura 6.32 – Vale próximo ao topo no conjunto denominado Catedral	147
Figura 6.33 – Igreja no topo	147
Figura 6.34 – Peregrinação religiosa na Serra	147
Figura 6.35 – Manifestação folclórica no povoado Serra (entorno da vertente oeste)	148
Figura 6.36 – Tradição artesanal no entorno na Serra	148
Figura 6.37 – Aspectos da Feria de Areia Branca - SE (entorno da vertente leste)	148
Figura 6.38 – Aspectos da Feria de Itabaiana – SE (entorno da vertente oeste)	148
Figura 6.39 – Aspectos da Feria de Itabaiana - SE (entorno da vertente oeste)	149
Figura 6.40 – Aspectos da Feria de Itabaiana - SE (entorno da vertente oeste)	149

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 – Pensamento mecanicista x pensamento ecológico	33
Quadro 1.2 – Dimensões da sustentabilidade	39
Quadro 3.3 – Características do turismo pós-moderno x o pós-turismo	56
Quadro 3.4 – Princípios éticos do ecoturismo	64
Quadro 4.5 – Distribuição do universo da pesquisa e da amostra prevista & realizada	82
Quadro 4.6 – Elementos para a análise e descrição da paisagem na Serra de Itabaiana	84
Quadro 4.7 – modelo sintético da ficha de campo	85
Quadro 4.8 – Dimensões do ecodesenvolvimento & princípios do ecoturismo	87
Quadro 4.9 – Categorias, dimensões e variáveis	88
Quadro 5.10 – Impactos em trilhas e os seus efeitos ecológicos e sociais	116
Quadro 7.11 – Possibilidades de práticas ecoturísticas na Serra de Itabaiana	172

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PARTE I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
1 SOCIEDADE, NATUREZA E (ECO) (DES) ENVOLVIMENTO	16
1.1 Era dos espíritos	18
1.2 Era do corpo	20
1.2.1 Do pecado original ao pecado do capital	21
1.2.1.1 Idade média	22
1.2.1.2 Idade moderna	27
1.3 Era da vida	31
1.4 Envolvimento, (eco) (des) envolvimento	36
2 A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NO BRASIL	41
2.1 Política Nacional do Meio Ambiente	48
2.2 Sistema Nacional de Unidades de Conservação	50
3 ECOTURISMO	54
3.1 Evolução do turismo no contexto da racionalidade econômica	54
3.2 Das antigas viagens à viagem ecoturística atual no contexto sócio-cultural e ecológico	57
3.2.1 Conceitos e princípios éticos do ecoturismo	59
3.2.2 Ecoturismo, conservação da natureza e desenvolvimento sustentável	65
3.2.3 Impactos negativos do ecoturismo	67
3.2.4 A paisagem e lugar no ecoturismo	68
3.2.5 O ecoturismo no Brasil	72
PARTE II – MATERIAIS E MÉTODOS	74
4 METODOLOGIA UTILIZADA	74
4.1 Área de estudo	76
4.2 Procedimentos técnicos adotados	77
4.2.1 Dados secundários	77
4.2.2 Dados primários	78
4.2.3 Universo / população / amostra para as entrevistas	81

	14
4.2.4 Levantamento do potencial ecoturístico da Serra	83
4.3 Dimensões e variáveis	86
4.4 Análise dos dados	88
PARTE III – RESULTADOS E DISCUSSÕES	90
5 CONTEXTUALIZANDO A SERRA DE ITABAIANA	90
5.1 Situação atual da cobertura vegetal do estado de Sergipe	91
5.2 A conservação da natureza na Serra de Itabaiana	96
5.3 Situação legal da Serra na percepção dos atores sociais e institucionais	102
5.4 Práticas e usos atuais na Serra na percepção dos atores sociais e institucionais ..	109
5.5 Avaliando as práticas e usos atuais	114
6 PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE ECOTURISMO NA SERRA	117
6.1 A paisagem da Serra	118
6.1.1 A Serra como um geossistema	119
6.1.2 A estética da paisagem da Serra	123
6.1.3 O lugar da (na) Serra	134
6.1.4 Imagens da paisagem e do lugar da (na) Serra	140
6.2 Percepção dos atores sociais e institucionais sobre as perspectivas e possibilidades de ecoturismo	149
6.2.1 Aspectos econômicos	149
6.2.2 Aspectos ecológicos	157
6.2.3 Aspectos culturais	161
6.2.4 Aspectos legais	164
7 DISCUTINDO AS POSSIBILIDADES DE ECOTURISMO NA SERRA	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	178
APÊNDICES	183
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista aplicado ao IBAMA/SE	184
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista aplicado aos proprietários de terra	186
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista aplicado às secretarias responsáveis pelo turismo no Estado e municípios	187
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista aplicado às agências e aos guias de turismo	189
APÊNDICE E – Roteiro de entrevista aplicado aos beneficiários com o fluxo turístico	191

INDRODUÇÃO

Na modernidade, a natureza foi reduzida a mero objeto de apropriação, uso e degradação. Em decorrência disso, na contemporaneidade, a natureza começa a emitir sinais de alerta ambientais catastróficos, fato que vem provocando o despertar de numerosas reflexões sobre o modo de ser, de ter, de ensinar, de aprender, de (con) viver, de (co) operar de (co) evoluir com a complexidade e as contradições decorrentes das relações sócio-culturais de apropriação e dominação da natureza.

Paradoxalmente, a ânsia de tudo dominar está fazendo do próprio homem um ser submetido aos imperativos de uma natureza degradada, assumindo, esta, o papel de sujeito ativo, determinando a emergência de novos caminhos, a abertura de novas trilhas na relação sociedade e natureza, ou seja, outros estilos de desenvolvimento e novas relações éticas.

Nesse quadro, enquanto o turismo tradicional tornou-se um combustível da matriz de desenvolvimento econômico, motor da sociedade moderna, o ecoturismo, na contramão da racionalidade dominante, desponta como uma alternativa pautada em um novo estilo de desenvolvimento e como indutor de novas relações éticas, por ter, dentre os seus princípios, a natureza conservada e o respeito à diversidade de culturas.

A propósito, por que o ecoturismo é apontado como instrumento de desenvolvimento com conservação da natureza, em especial nas áreas protegidas? Porque a necessidade de áreas protegidas? Por que o ecoturismo é considerado como uma trilha de retorno do homem à natureza, à espiritualidade? Por que o ecoturismo busca a valorização e o respeito à diversidade de culturas?

Por que a percepção que o homem tem de si mesmo e da natureza determinam os estilos de desenvolvimento, inclusive o ecoturismo? Por que a relação dissociada entre a cultura do homem moderno e a natureza? Essa relação foi sempre assim? Como e por que ocorreu a separação / oposição cultura ocidental e natureza?

O que faz o homem ser a única espécie capaz de se libertar (em parte) dos mecanismos de controle dos ciclos biológicos naturais e produzir uma diversidade de culturas com relacionamentos específicos (estilos próprios de desenvolvimento) com cada ecossistema do

planeta, hoje re-valorizadas (as culturas) por seus conhecimentos tradicionais milenares, inclusive pelo ecoturismo?

Assim, entendemos não ser possível perceber, compreender, apreender, contextualizar, criticar e propor alternativas de desenvolvimento e de relações éticas homem-sociedade-natureza, ou melhor, no caso deste estudo, o ecoturismo para a Serra de Itabaiana, sem uma reflexão sobre os caminhos que perpassaram a relação sociedade-natureza-desenvolvimento.

Conforme assinala (GONÇALVES, 1996, p. 99), é imperativo “[...] ir à raiz das coisas para dela fazer emergir, um pensar, um agir e um sentir mais lúcido [...]”, potencializando, dessa maneira, a ampliação dos horizontes de criatividade e percepção em todas as direções e multidimensões da complexidade da vida e suas relações.

A questão central deste trabalho foi a seguinte: A Serra de Itabaiana como uma unidade de conservação inconclusa pode ser transformada em um produto ecoturístico? Desdobrando esta questão maior, especificamente pergunta-se: o ecoturismo é viável na Serra de Itabaiana ao utilizar o seu meio ambiente como objeto de consumo ecoturístico, ou seja, as potencialidades da Serra para o ecoturismo? E, ainda, será que essa proposta é do interesse da população do entorno? A legislação ambiental brasileira vigente - a situação de parte da Serra de Itabaiana como unidade de conservação permitem o uso ecoturístico da Serra ou parte dela? A abertura e engajamento do IBAMA, órgão responsável pela UC é fundamental para que isso ocorra?

De forma complementar, mas não menos importante, algumas outras questões são colocadas. De pronto, questiona-se se o histórico de conservação da Serra de Itabaiana, ou seja, o patrimônio natural residual permite as práticas de ecoturismo? Como contraponto para a análise, se os aspectos institucionais, legais, econômicos, ecológicos e culturais decorrentes da implantação da unidade de conservação em curso na Serra são compatíveis com a instalação de um projeto ecoturístico? E, finalmente, qual a importância do ecoturismo para a Serra de Itabaiana, no contexto das políticas do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Turismo?

Este trabalho foi dividido em três partes, contendo um total de sete capítulos. A **primeira parte** contém o referencial teórico. Foi realizada uma reflexão sobre o (eco) (des) envolvimento no contexto da evolução da relação sociedade-natureza e tratou-se da conservação da natureza no Brasil, da política de meio ambiente do Governo Federal e da

legislação ambiental pertinente às unidades de conservação. O referencial é finalizado com uma reflexão sobre o ecoturismo desde a evolução do turismo no contexto da racionalidade econômica, ao surgimento do ecoturismo no contexto sócio-cultural e ecológico como uma das atividades mais indicadas para as unidades de conservação e seu entorno, pela sua capacidade de conservar e valorizar a paisagem e o lugar, abordando ainda, a evolução do ecoturismo no Brasil como um instrumento de sustentabilidade na política de turismo do Governo Federal.

A **segunda parte** apresenta os materiais e métodos adotados neste trabalho, onde são mostradas a metodologia, os procedimentos técnicos, as categorias, dimensões e variáveis e os procedimentos para a análise dos dados.

A **terceira parte** discorre sobre os resultados e discussões. Realizou-se a contextualização da Serra de Itabaiana através do histórico da sua conservação e da situação legal e procedeu-se a análise dos depoimentos, que resultou na percepção dos atores sociais e institucionais sobre a situação legal e sobre as práticas e usos atuais na Serra. Em seguida, são apresentadas as perspectivas e possibilidades para a prática de atividades ecoturísticas na Serra, analisando o potencial ecoturístico da paisagem e do lugar na Serra, e a percepção dos atores sociais e institucionais sobre as perspectivas e possibilidades das práticas de ecoturismo. Finalmente, discutiu-se as perspectivas e possibilidades da prática de atividades ecoturísticas na Serra sob a perspectiva das dimensões de sustentabilidade do ecoturismo, dos princípios éticos que regem o ecoturismo, das restrições legais atuais e do envolvimento dos atores sociais e institucionais com a manutenção da Serra enquanto patrimônio natural e cultural.

PARTE I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1 SOCIEDADE, NATUREZA E (ECO) (DES) ENVOLVIMENTO

As modernas teorias que estudam o universo e a vida acordam que a matéria e energia que formam o universo têm a mesma origem, e que os primeiros organismos vivos da terra formaram-se da interação e combinação de elementos químicos, em meio ao caos de matéria e energia até então existente (CAPRA, 1996; BOFF, 1999 e FOLADORI, 2001).

Esses primeiros organismos (co) evoluíram e continuam a (co) evoluir através de inter-relações complexas até o surgimento do *homo sapiens*, cuja natureza é produzir cultura, ou seja, as suas relações sociais e com o ambiente, devido à co-evolução e complexificação da consciência reflexa, da capacidade de fabricar instrumentos e da linguagem dentre outros fatores (LUTZENBERGER, 1990; CAPRA, 1996; BOFF, 1999 e FOLADORI, 2001).

Através da consciência reflexa, o ser humano tornou-se capaz de perceber o meio ambiente que o cerca e perceber a si próprio, ou seja, tem consciência da sua existência e da sua morte, como também de criar um mundo interior, um universo interior, a sua ecologia interior, cujas explosões de criatividade e imaginação são repletas de significados, de percepções, de idéias, de sonhos e, ainda mais, o ser humano adquiriu a capacidade de expressar esse universo interior nas suas diversas representações sociais, políticas, religiosas e filosóficas, em síntese nas relações sociais e com a natureza.

A evolução da estrutura física do homem juntamente com a consciência reflexiva fez com que ele adquirisse a capacidade de fabricar instrumentos cada vez mais complexos para a manipulação e transformação da natureza, acumular os produtos e o conhecimento gerado com essas transformações e, através das diversas formas de linguagem transmiti-los para as gerações seguintes, possibilitando um salto qualitativo e quantitativo na transformação do meio ambiente, porém numa velocidade cada vez mais superior aos mecanismos de controle dos ciclos biológicos naturais, com conseqüências positivas e negativas para o meio ambiente (FOLADORI, 2001).

Finalizando, Gonçalves (1996, p. 9) assinala que “[...] O homem é a natureza que toma consciência de si própria [...]”. Contudo, como “[...] parte integrante da natureza, os homens

tendem a se emancipar dela [...]” (ACORT, 1990, p. 127) transformando-a, recriando-a, degradando-a. “O homem cria as ferramentas, as ferramentas recriam o homem” (NÓS QUE AQUI ESTAMOS..., 1999), sendo impostas cada vez mais como uma barreira entre a sociedade e natureza.

O ser humano implica, ecologicamente, um componente genético bio-sócio cultural, temporal e transcendente, “[...] capaz de formar visões globais, análises detalhadas, criar e recriar simbolicamente o universo e decifrar um sentido derradeiro e globalizador da vida [...]”, (BOFF, 1999, p. 98), ou seja a produção cultural humana através das suas relações sociedade-natureza, a seguir.

Boff (1999, p. 120) aduz que, no processo de evolução homem-natureza [...] o ser humano percorreu três grandes percursos que significam verdadeiras eras: a era dos espíritos, a era do corpo e a era da vida [...]” que, com reflexões passamos a expor.

Na era dos espíritos, que também pode ser atribuída aos deuses, predominou a cosmovisão orgânica em que os seres humanos eram parte e / ou extensão da natureza viva, permeada por divindades, onde a presença dos espíritos e dos deuses era sentida em todos os acontecimentos. Nessa etapa, emergiram diversas culturas no planeta, que geraram e acumularam os saberes tradicionais, atualmente resgatados pelo olhar econômico do mercado e tão importantes e valorizados pelo ecoturismo.

Na era do corpo, acentuou-se a separação / oposição cultura ocidental e natureza, os espíritos e os deuses foram reduzidos a um único deus, que se situava fora da natureza. Nos últimos séculos dessa era, o turismo foi sendo instituído, revelando-se, de forma crítica, num instrumento de controle social e de disseminação do modelo da sociedade hegemônica no século XX. Ainda nessa era, ocorreram grandes avanços tecnológicos e científicos, porém acompanhada de grande degradação / destruição sócio-ambiental, instigando a emergência da próxima era.

Na era da vida busca-se o resgate dos sonhos, do poder da criatividade, da imaginação, dos sentimentos sublimes do coração, a (co)operação, a (co)evolução, a (con)vivência, o respeito a todas as formas vivas e não vivas do planeta, a emergência de que “um outro mundo é possível”. Nesse contexto, nas últimas décadas, surgem, dentre outros, os conceitos de ecodesenvolvimento e o ecoturismo, destacados neste trabalho, que passam a colocar a dimensão ambiental e cultural no mesmo patamar de importância da dimensão econômica.

1.1 Era dos espíritos

A era dos espíritos vigorou nas culturas originárias e ancestrais (os povos primitivos) que se disseminaram no planeta e pelos precursores da filosofia ocidental – os pré-socráticos na Grécia antiga.

Nessa era os seres humanos descobriram o espírito, sentiam-se carregados e orientados pelos mesmos, que lhes conferiam uma experiência de proteção e segurança e os mantinham religados e envolvidos com todas as coisas, “[...] originando um profundo desenvolvimento espiritual traduzido em linguagens ricas de simbolismo e de apelos para o mais profundo da consciência e da inconsciência humanas” (BOFF, 1999, p. 120).

Nesse estágio da aventura do homem, as divindades foram criadas, projetaram-se os grandes mitos, as lendas e as grandes narrativas, que norteavam a compreensão e a percepção da realidade, auxiliando a trajetória humana em direção ascendente de evolução, de complexificação e de diversidade de saberes e de culturas.

Dessa era, herdou-se a percepção de que os mitos, as lendas, os deuses são entidades divinas internas, significando centros energéticos poderosos no interior das relações sociais e da natureza, com os quais os povos “primitivos” convivem, confrontam, escutam, sentem, interiorizam, seguem e celebram, possibilitando relações de identidade, de pertencimento e de envolvimento:

Esta experiência integradora possibilitou o desenvolvimento das grandes culturas históricas antigas, na Índia, no Ceilão, na China, no Japão, também no Oriente Próximo e na América dos pueblos, dos Sioux, dos toltecas, incas, maias, quichés, tupi-guaranis, caiapós, cintoltecas, cintas-largas, crenacarores, bem como em todas as culturas andinas centradas no sagrado, no religioso e no espiritual. Havia também guerra e todos os avatares da humana existência. Mas a marca do Espiritual e do Sagrado cósmico perpassava todas as instâncias. Tal caminho civilizacional marcou profundamente o inconsciente coletivo da humanidade até os dias atuais. Os arquétipos representam este capital simbólico e espiritual acumulado (BOFF, 1999, p. 120).

Já os pré-socráticos (século VII a VI a.C.), precursores da filosofia grega, viam a natureza ou *physis* como aquilo que se contrapunha à arte, artesanato ou *techne*, representando o cosmos, a natureza, tudo que existe e acontece, enquanto a *techne* era a capacidade do homem de construir, transformar a natureza, realizando as artes, a arquitetura.

Nesse sentido, Kesselring (1992) aponta três características principais da *physis*, são elas: o paradigma da visão orgânica; o processo circular que regia a natureza e o cosmos; e a *physis* como elemento fundamental de todas as coisas.

No paradigma da visão orgânica a morte fazia parte e era necessária aos ciclos da natureza, pois sem a decomposição não seria possível emergir o novo, dar-se continuidade aos processos da *physis*.

O processo circular que regia a natureza e o cosmos, diz respeito à repetição dos acontecimentos de forma semelhante. As estrelas aparecem e desaparecem, os seres vivos nascem crescem, envelhecem e morrem. A natureza seria eterna, não havia criador e nem criatura, ela mesma era tudo que surge e desaparece de forma cíclica.

A idéia de que a *physis* seria o elemento fundamental de todas as coisas, o princípio e a essência de tudo e da cada ser singular, seria a percepção holística e sistêmica de que o todo está nas partes e a parte está no todo, e da física quântica que nos auxilia com a percepção de que tudo que transcorre do universo é energia, numa alternância entre onda e partícula.

O conceito moderno de física originou-se da *physis*, cujo verbo correspondente é *phyein* que significa “crescer”, desenvolver, não de forma quantitativa, conforme ocorreu na idade moderna, mas sim num sentido qualitativo e evolutivo.

Assim, até os presocráticos, predominava uma cosmovisão de totalidade entre todas as coisas, caracterizada por uma dinâmica abrangente e profunda, indicava aquilo que se abre, que emerge, o desabrochar que surge de si próprio, o princípio de tudo que vem a ser e se manifesta, era sentida e percebida em todos os acontecimentos. O céu, a terra, as pedras, as plantas, os animais, o homem, o pensamento, a *psique*, os deuses, tudo era a *physis*:

(...) Os deuses gregos não são entidades sobrenaturais, pois são compreendidos como parte integrante da natureza (...) Esta presença transparece ainda na frase que é atribuída a Tales: “Tudo está cheio de deuses!” (...) Os deuses de Tales não vivem em uma região longínqua, separada, pois tudo, todo o mundo que rodeia o homem e que se oferece ao seu pensamento está cheio de deuses e dos efeitos de seu poder. “Tudo está cheio de misteriosas forças vivas; a distinção entre natureza animada e inanimada não tem fundamento algum; tudo tem alma”. Esta idéia de alma, de forças misteriosas que habitam a *physis*, transforma-a em algo inteligente, empresta-lhe certa espiritualidade (...) que é reconhecido através de suas manifestações e ao qual se emprestam os mais variados nomes: espírito, pensamento, inteligência, logos, etc. (BORNHEIN *apud* GONGALVES, 1996, p. 29-30).

Ao pensar o ser a partir da *physis*, o filósofo pré-socrático almejava a totalidade da realidade em seus diversos aspectos: o cosmos, os deuses, as coisas, o homem, a verdade, o movimento, a mudança, o animado, o inanimado, o comportamento humano, a sabedoria, a política e a justiça. Não havia nada fora da natureza (GONÇALVES, 1996).

1.2 Era do corpo

Os seres humanos descobrem a força física do corpo, da terra e do cosmos. Dão-se conta de que podem manipular tal força para o seu proveito. A agricultura no Neolítico foi a primeira grande revolução mundial assimilada pela maioria dos povos. Através da agricultura o homem passou a não depender do alimento que a natureza lhe fornecia para a sobrevivência, iniciando o processo de sedentarismo e de manipulação e transformação da natureza (GONÇALVES, 1996 e BOFF, 1999).

Entretanto, o cenário em que vem se desenvolvendo a civilização ocidental, cujas representações hoje estão a cargo da sociedade moderna atual, foi sendo construído pelo ideário filosófico surgido na Grécia antiga e pelos preceitos teológicos judaico-cristãos.

Ao contrário da mitologia, a filosofia passa a buscar o porquê dos fatos e das coisas no passado, presente e futuro utilizando elementos e causas naturais e impessoais através de explicações lógicas, racionais e coerentes (GRÉCIA..., 2003).

Os filósofos gregos influenciaram decisivamente o pensamento ocidental na política, nas artes, na arquitetura, nas ciências, na filosofia, em síntese, a percepção no que concerne às relações sociedade e natureza atuais, desenvolvendo o antropocentrismo, onde o homem passou a ser referenciado como “a medida de todas as coisas” (BOFF, 1999, p. 112).

“Sócrates já sustentava, segundo Xenofonte, que os deuses haviam disposto tudo em benefício do homem [...]”, e com “Platão e Aristóteles se começa a assistir um certo desprezo pelas plantas e pelas pedras”, a desumanização da natureza, e uma paulatina valorização da idéia e do homem, que se iniciou com uma gradual desqualificação dos pensadores anteriores, os pré-socráticos (GONÇALVES 1996, p. 31-32 e FOLADORI, 2001, p. 108).

Platão, um aficionado pela matemática, afirmava que somente a *epísteme* – a idéia, era perfeita -, em oposição à realidade mundana, *doxa* - as sombras -, já Aristóteles (384-322

a.C.) alterou o conceito da *physis* dos pré-socráticos, que passou a ser entendido como o princípio de movimento e repouso inerente a todas as coisas, aspirando cada ser o seu lugar natural.

E o homem, por possuir uma alma racional, ou seja, capaz de pensar, planejar e executar suas ações caber-lhe-ia, como seu lugar natural, a competência de compreender cientificamente a natureza (*physis*). “A ciência, no sentido estrito, lida com os princípios imutáveis da natureza, e graças à sua razão (*nous*), o homem tem acesso direto a esses princípios”, ou seja, a manipulação da natureza seria um atributo da natureza humana (KESSELRING, 1992, p. 22).

Aristóteles distinguiu três planos diferentes da realidade correspondentes a três espécies de ciência (*episteme*) - a ciência da natureza (*ta physika*), a matemática (*ta mathematika*) e a metafísica (*ta meta ta physika*) -, contribuindo para a construção das bases científicas da civilização ocidental, que se materializaram na idade moderna e, no âmbito acadêmico, para a hiper-especialização das disciplinas científicas cristalizadas no século XX.

É interessante frisar a percepção que foi se formando no que diz respeito à mulher e à natureza no decorrer do desenvolvimento da civilização grega. A natureza não domesticada passou a ser percebida como o domínio das forças femininas, selvagens e irracionais, em contraste à cultura racional ordenada pelos homens, ou seja, o gênero masculino. “[...] Nessa visão de mundo, não somente a natureza era ameaça séria à cidade-Estado, como o mundo selvagem (*wilderness*) era habitado por povos bárbaros, exemplo dos quais eram as amazonas – mulheres selvagens, nuas, com cabelos longos, que representavam a antítese da civilização grega” (COLCHESTER, 2000, p. 225).

1.2.1 Do pecado original ao pecado do capital

O ideário do paraíso perdido, do pecado capital cometido pela humanidade, a falta de amor e zelo para com a terra e com próprio semelhante, o monoteísmo religioso e cultural, o consumo e a acumulação de riqueza infinita, a promessa do paraíso especialmente no universo do turismo analisado por Aoun (2001), dentre outros aspectos, fazem parte do cotidiano da civilização ocidental, remanescente da idade Média e consolidando-se na modernidade.

1.2.1.1 Idade média

A tradição judeo-cristã teve influência marcante na separação Deus-mundo, espírito-matéria, corpo-alma, homem-natureza, que se cristalizou na civilização ocidental nos últimos séculos. Segundo esta tradição, Deus foi o criador do mundo, não pertencendo, portanto, à natureza, sendo esta o âmbito da criação divina, de forma linear, ou seja, teve um início e terá um fim, em oposição à concepção cíclica e eterna da *physis* (KESSELRING, 1992).

Os pressupostos acima foram reforçados com a releitura de Aristóteles e Platão pelo cristianismo durante a idade média (KESSELRING, 1992 e GONGALVES, 1996).

A concepção de Platão de que só a idéia era perfeita, em oposição à realidade mundana, foi adaptada pelo cristianismo, ao atribuir a perfeição a Deus em oposição à imperfeição do mundo físico, e a idéia aristotélica de que a natureza é o princípio interno de movimento e repouso e cada ser aspira o seu lugar natural foi acrescida de que quem atribui a cada ser o seu lugar natural e a sua determinação individual é Deus.

Com essas argumentações a tradição judeo-cristã justificou as afirmações de que “Deus criou o homem à sua imagem e semelhança”, e determinou para o homem privilégios sobre a natureza, de que o homem seria um intermediário entre Deus e natureza para dominá-la e ordená-la.

Assim, no decorrer da idade média a percepção e a imagem da natureza foi se modificando “[...] Fora e dentro do homem. De um lado a doutrina aristotélica, segundo a qual a possibilidade do homem aperfeiçoar-se submetendo à razão seus impulsos e suas paixões, foi ganhando fundamento cristão. De outro, a natureza inteira foi igualada ao âmbito da criação [...]”, portanto, Deus estava fora da natureza (KESSELRING, 1992, p. 23).

De acordo com Boff (1999), a teologia judeo-cristã historicamente descumpriu o papel que caberia a uma religião, isto é, a função (re) ligadora entre o homem com o próprio homem e entre o homem com o cosmos, seguindo por desvios e atalhos guiados mais por razões, por impulsos, por desejos e por paixões que almejavam o poder e a dominação, influenciando decisivamente para o desenrolar das questões ecológicas, sociais e espirituais no decorrer da história ocidental, por ter favorecido e institucionalizado conotações antiecológicas, ou seja, excludente nos aspectos relativos à natureza e à diversidade cultural (BOFF, 1999).

Boff (1999, p. 119-134) identifica os seis principais pontos de conotação antiecológica que foram adotados e / ou incentivados pela tradição judeo-cristã: o patriarcalismo; o monoteísmo; a ideologia tribalista da eleição; o antropocentrismo; a queda da natureza; e o pecado original, abordados também por Crema (1989) Capra (1996) e Pelizzoli (2002).

O **patriarcalismo** é expresso no quadro cultural comum na antiguidade. Os valores masculinos ocupam os espaços sociais. Deus é o Pai e Senhor Absoluto. As características femininas das divindades anteriores ao Neolítico são deslegitimadas. A dimensão feminina de existência torna-se invisível já que não pode ser objetivamente eliminada. As mulheres são marginalizadas e mantidas no espaço privado. Este reducionismo agride o equilíbrio dos gêneros e representa uma ruptura na complexidade da ecologia humana.

O **monoteísmo** prega a existência um único Deus. A tradição judeo-cristã sempre combateu o politeísmo de qualquer matiz, promovendo uma maciça destruição do universo policrômico do politeísmo e de sua significação antropológica, promovendo a dessacralização do mundo. O monoteísmo foi frequentemente invocado para justificar o autoritarismo, a centralização do poder e a dominação do homem sobre outras formas de pensamento.

O **antropocentrismo** resulta da percepção arrogante do homem, de se achar o centro de universo. Os textos bíblicos premiam o judeo-cristianismo com esta conotação: “sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a Terra e submetei-a; dominai sobre os peixes do mar, as aves do céus... (Gen 1, 28). “Sede o medo e o pavor de todos os animais da Terra... eles são entregues nas vossas mãos” (Gen, 9, 2). Mesmo o Salmo 8, dedicado à glória de Deus na criação, mantém o radical antropocentrismo bíblico: “e o fizeste [o ser humano] pouco menos de um deus... para que domine as obras de tuas mãos sob seus pés tudo colocaste, ovelhas e bois, a ave do céu e os peixes do oceano... (SI, 8, 6-8)” dentre outras (BOFFF, 1999).

A **ideologia tribalista da eleição** consiste na autodeterminação dos povos herdeiros do judeo-cristianismo (judeus, cristãos e muçumanos) de se proclamarem povos eleitos por Deus, levando-os às guerras o ao terror entre si e contra outras culturas - a inquisição, o fundamentalismo, as guerras religiosas, a eliminação dos povos conquistados. Sempre que um povo ou alguém se autodetermina portador de uma mensagem superior e única, corre o risco da arrogância, da prepotência e cai nas tramas e armadilhas da exclusão e da dominação. A história está repleta de exemplos, que estão se repetindo.

A crença na **queda da natureza** relata que o universo caiu sob o poder do demônio devido ao pecado capital (ou original) praticado pelo homem, com a conseqüente perda do paraíso. A terra foi dessacramentada, deixa de ser o templo do Espírito para ser o covil dos demônios, torna-se matéria corrupta, pecaminosa, decadente. O texto bíblico é explícito: “maldita seja a terra por tua causa” (Gen, 3, 17). A Noé Deus disse: “decidi acabar com toda a carne porque a Terra está cheia de vícios por causa dos homens” (Gen, 6, 13), dentre outros.

O **pecado original** é a representação de uma dimensão misteriosa e trágica da história humana ocidental, que afetou o seu sentido de ser radicalmente, pela subversão de todas as relações e percepções nas quais o homem esteve inserido antes. Trata-se de uma dimensão ontológica a interpretação dessa experiência fundamental e enigmática.

De acordo com Boff (1999), o pecado original seria a própria natureza entendida como a culpada pela finitude da vida material, contrariando o desejo humano de imortalidade, de uma vida eterna aqui na terra, em vez de ser entendida (a natureza) como um sistema aberto, passando por níveis menos complexos para níveis mais complexos, rumo a padrões cada vez mais organizados, sutis e perfeitos de ser, de vida e de consciência.

Fechar-se ao processo cíclico evolucionário da natureza, não acolhendo uma vida mortal, ou seja, não ter consciência de que a morte é uma passagem necessária para que a vida realize seu projeto e avance para outro nível do processo evolucionário, de que a morte é uma travessia necessária para uma nova vida além desta vida, de que a morte faz parte da natureza da vida, eis o que significa o pecado original. Este pecado configura a atitude antiecológica fundamental que alimenta e perpetua todas as demais.

A morte, que seria o caos, o nível de desordem e de entropia máximas de um organismo vivo, traz a possibilidade e probabilidade de geração de formas mais complexas e ricas de vida, conforme tem acontecido na trajetória de evolução da vida no planeta Terra.

Entretanto, quando o homem acha que tudo se encerra com a morte e, consciente ou inconscientemente não a aceita, emerge a frustração e o medo. Esta é a condição objetiva do ser humano, espírito aberto e (re) ligado ao infinito, mas condenado a viver no finito material.

Ao rebelar-se contra esta condição, ele rompe com a solidariedade e com a afetividade básica de todas as coisas do universo e, no afã de assegurar a vida material, a sua reprodução, cria os meios de vida os mais abundantes possíveis, busca fugir da entropia geral, se organiza

centrado nele mesmo, para aproveitar ao máximo os prezeres materiais produzidos e estimulados pela sua (do homem) capacidade de criação e transformação da natureza.

Esta concepção de vida não traz a desejada imortalidade, senão a frustração, o isolamento, a insegurança, o individualismo, a agressividade, o rancor, o ódio, que alimentam o uso do poder e da riqueza material para a dominação, criando a ilusão de segurança e felicidade, de ser semelhante a Deus e poder imitá-lo, de ser o seu representante na terra (a igreja), entretanto, ocorre a ruptura com todas as ligações e re-ligações, com as conexões ocultas (CAPRA, 2001) da teia da vida (CAPRA, 1996).

Em síntese, o cristianismo durante os primeiros mil anos aplicou contra o politeísmo uma estratégia de combate persistente, ininterrupta e perversa:

Escondeu-se nas cavernas para não ver o céu e recordar as narrativas de deuses e deusas. Enclausurou-se nos mosteiros para encontrar deus nos textos sagrados, nas longas horas de celebração e de canto gregoriano e nos caminhos tortuosos da contemplação profunda em vez de surpreendê-lo na vida, nas dobras do quotidiano, no rosto suado e nas mãos calorosas das pessoas (CHESTERTON *apud* BOFF, 1999, p. 312).

Todavia, contrapondo-se à postura assumida pela tradição judeo-cristã, excluindo-se dos sistemas vigentes na idade média - o sistema feudal decadente, o sistema burguês emergente e o sistema religioso monoteísta e dominador -, apesar de ser filho de um próspero comerciante de tecidos, São Francisco de Assis, que viveu na Europa no final do século XII e início do século XIII, optou por uma vida de simplicidade, abraçando os excluídos - os pobres, os marginalizados, incluindo-se aí a própria natureza.

A atitude integradora e totalizadora de São Francisco teve como grande significado:

[...] a recuperação do momento de verdade presente no paganismo com o seu rico panteão de divindades, povoando todos os espaços da natureza. O cristianismo com sua distinção clara entre Criador e criatura desbancara, por razões nem sempre discerníveis, numa separação dolorosa entre Deus e a natureza. [...] Ao negar a existência às divindades, fecharam também as portas de muitas janelas da alma humana e secaram muitas fontes de sentido situadas nas profundezas da psique, que, sabidamente é policêntrica. [...] Não se trata aqui de defender um politeísmo religioso, mas valorizar sua incidência nos vários focos de energia da psique. [...] Os pagãos tinham isso de extraordinário: viam a presença dos deuses e deusas em todas as coisas. Nas matas, Pane Silvos, na Terra Gaia, Deméter e Héstia, no sol Apolo e por aí afora, [...] constituindo-se em uma riqueza psicológica e espiritual, [...] enchendo de sacralidade as atitudes humanas e impedindo que a existência se afogasse na imanência ou se entregasse ao desespero da solidão (BOFF, 1999, p. 311-313).

O fascínio que São Francisco exerce, consiste no resgate dos direitos subjetivos do coração, ou seja, os sentimentos de ternura, de simpatia, de carinho, de amor desinteressado, de compaixão, de solidariedade, de confraternização nas relações do homem com o seu semelhante, com a natureza e com o universo, em síntese, o cuidado e o envolvimento hoje tão necessários às relações humanas e à terra.

São Francisco considerava que todos os seres vivos e não vivos tinham uma origem comum, e por isso chamava indistintamente a todos de irmãos e irmãs, o que lhe permitia uma profunda experiência de (com) sentir, (com) partilhar, (com) fraternizar, (co) operar, (co)-mungar e (com) viver que:

[...] sintoniza com a lógica dialógica e pericorética que preside as associações e as inter-retro-relações que objetivamente vigoram na natureza incluindo os seres mais frágeis. A democracia cósmica se transforma em democracia humana e espiritual, atenta para a inserção dos mais pobres e marginalizados. Esta sintonia foi pressentida e vivida por São Francisco. A ecologia (ciência do bem viver na casa planetária comum) transforma-se em ecosofia (sabedoria do bem viver entre todos os existentes) (BOFF, 1999, p. 322).

Como alternativa para a relação sociedade-natureza São Francisco deixou um legado de pensamentos e ações de profunda veneração, cuidado, ternura e envolvimento com o universo e com todos os seres vivos e não vivos do planeta terra, “[...] que se transformou num arquétipo da questão ecológica para a consciência coletiva da humanidade [...]”, e de “[...] importância fundamental para a espiritualidade humana [...]” (BOFF, 1999, p. 309-311).

Nesse sentido, na emergência das questões ambientais nos anos de 1960, White (*apud* BOFF, 1999, p. 309-310) escreveu um artigo para a revista *Science* em 1967, sobre “As raízes históricas de nossa crise ecológica”, referenciando-se à postura de São Francisco de Assis como uma alternativa para a crise ambiental, e sugeria que ele fosse oficialmente eleito o patrono dos ecologistas, o que efetivamente ocorreu em 1979, por intermédio do papa João Paulo II, com “todas as honras e privilégios litúrgicos ligados a esta programação”.

Assim, respeitados os momentos históricos e as diferenças espaço-temporal, o pensamento e as ações de São Francisco são comparáveis atualmente a um *mix* do movimento ambientalista com o paradigma da ecologia profunda, que serão vistos nos próximos itens.

Contudo, prevaleceu na idade média o poder da igreja através da opressão e do temor a Deus, que levou grande parte das pessoas a terem pouco apreço à terra, dificultou por séculos o interesse de muitas pessoas religiosas por um projeto de mundo, retardou a pesquisa

científica, amargurou a vida ao colocar sob suspeita qualquer forma de prazer, de realização pessoal e busca da plenitude advindos do trato e da fruição da natureza, da própria vida, em detrimento de outras leituras existentes nas escrituras, como por exemplo, a do “[...] ser humano feito anjo protetor e cultivador do jardim do Éden” (Gen, 2, 15), que traria outra perspectiva ecológica (BOFF, 1999).

Segundo Crema (1988, p. 24), o extremismo dogmático medieval que “[...] cerceou e mesmo aniquilou as melhores e mais criativas mentes da época, deu lugar a um outro extremismo, o triunfo da razão, que gerou o racionalismo científico. Dissociou-se o subjetivo do objetivo, prevalecendo a objetividade [...]” com ênfase na quantificação em detrimento da dimensão “[...] qualitativo-valorativa. A ciência desvinculou-se da mística, da filosofia, da ética, da estética, da poesia e “[...] de um certo modo, da própria vida”.

1.2.1.2 Idade moderna

Enquanto o pecado original, analisado por (BOFF, 1999), foi a não aceitação da morte pelo dogmatismo medieval como um processo cíclico da natureza necessária para a realização de projetos de vida cada vez mais complexos, o pecado do capital parece consistir na vingança da civilização ocidental contra a natureza, ou seja, a dominação, transformação e destruição, em síntese, a substituição do natural pelos objetos de consumo e a ruptura do homem ocidental com a natureza, como será mostrado a seguir.

O pensamento moderno recebeu influência tanto da antiguidade grega quanto da idade média, com “atualizações” voltadas aos interesses da nova percepção de mundo que se construía, determinando novas representações e significações na relação sociedade e natureza.

A redescoberta da literatura grega antiga no século XV, em especial os textos de Platão, cuja filosofia era nitidamente orientada para a matemática, propiciou a percepção da natureza, do universo e do próprio homem sob aspectos quantitativos, “[...] medir o que se pode medir, e tornar mensurável o que não é [...]” (KESSELRING, 1992, p. 24-25).

A herança teológica da idade média segundo a qual Deus não pertencia à natureza continuou vigorando e se fortaleceu, enquanto o homem europeu começou a assumir uma posição quase divina em substituição a Deus na terra, ou seja, assumiu o controle da natureza

para modificá-la e reordená-la, assumindo a sua maioria ao se autoproclamar proprietário da natureza e dos povos não civilizados.

A razão humana deixou de ser representada segundo o modelo divino, passando a ser norteada pelo racionalismo científico, enquanto a filosofia, passou a perder sua importância em favor do determinismo mecânico, segundo o qual os eventos estão determinados integralmente por leis naturais e por condições antecedentes (KESSELRING, 1992, p. 26-29).

No Discurso sobre o Método, Descartes, citado por Gonçalves (1996, p. 33), deixa claro que “é possível chegar a conhecimentos que sejam muito úteis à vida em vez dessa filosofia especulativa que se ensina nas escolas”.

O conhecimento na ótica cartesiana vê a natureza como um recurso, um meio para se atingir um fim, enquanto o “[...] o homem passa a ser visto como centro do mundo [...]”, senhor e possuidor da natureza, instrumentalizado com o método científico em oposição ao objeto natureza, para extrair-lhe os seus mistérios e segredos (GONÇALVES, 1996, p. 33).

Em síntese, o método analítico de Descartes consiste em se dividir e analisar fenômenos complexos (a natureza, o cosmos, o homem) em pequenas partes para se compreender o comportamento do todo a partir das propriedades das partes.

Nesse sentido, Descartes concebeu a natureza em duas partes separadas e independentes, a *res cogitans* que representava a mente e a *res extensa* que era o universo material inclusive os seres vivos, vistos por Descartes como partes mecânicas de máquinas (CREMA, 1988; CAPRA, 1996 e GONÇALVES, 1996).

Somando-se às idéias de Descartes, as descobertas em física, astronomia e matemática realizadas por Galileu, Bacon e Newton, ficaram conhecidas como revolução científica, consolidando a metáfora do universo como uma máquina.

Galileu eliminou a qualidade da ciência, restringindo-a ao estudo dos fenômenos que podiam ser medidos e quantificados, que tem funcionado na ciência moderna, porém com as suas conseqüências: “O programa de Galileu oferece-nos um mundo morto: extinguem-se a visão, o som, o sabor, o tato e o olfato, e junto com eles vão-se também as sensibilidades estética e ética, os valores, a qualidade, a alma, a consciência e o espírito. A experiência como tal é expulsa do domínio científico [...]” (LAING *apud* CAPRA, 1996, p. 34).

Francis Bacon (1561-1626), foi o criador do método empírico de investigação e formulador do raciocínio indutivo que, em síntese, parte da investigação para se chegar a conclusões científicas. Propagou como fim das ciências naturais e experimentais a aspiração de poder sobre a natureza para servir ao homem, enfatizou o princípio de que “saber é poder”, bastante atual (CREMA, 1988 e KESSELRING, 1992, p. 24).

Isaac Newton complementou a visão de mundo como uma máquina perfeita governada por leis matemáticas exatas, com a sua mecânica newtoniana, favorecendo os mecanismos de desenvolvimento da tecno-ciência (CREMA, 1988; KESSELRING 1992 e CAPRA 1996).

Com o desenvolvimento mercantil fomentando o crescimento da burguesia, a acumulação de riqueza ficou cada vez mais dependente da técnica, intensificando-se sobremaneira a apropriação / transformação / degradação da natureza já dessacralizada, sem a presença dos espíritos e dos antigos deuses protetores, uma natureza sem alma, uma “natureza-morta”, que poderia e deveria ser dissecada e transformada em objetos úteis e gerar o máximo de lucro possível (CREMA, 1988; CAPRA 1996, GONÇALVES, 1996).

No século XVIII, a nova crítica da metafísica (*meta* - além e *physis* - natureza), ou seja, do que está além da natureza, passa a ser percebida no sentido concreto: “Para compreender o mundo é necessário partir do próprio mundo e não de dogmas religiosos ou que estão além mundo, quer dizer, metafísicos” (GONÇALVES, 1996, p. 34).

A ciência e a técnica adquiriram uma posição central na vida humana a partir do século XIX com a divisão social e técnica do trabalho passando a fazer parte do cotidiano. A realidade objetiva construída pelo progresso, atomizou a vida, e quem não pensasse de modo fragmentado, dividido, dicotomizado, era acusado de ter perdido o sentido da nova realidade. Eram “os que querem voltar ao passado”, “são românticos”, “idealistas”, “irracionais” (GONÇALVES, 1996, p. 35).

Entretanto, vários movimentos culturais (séculos XVIII e XIX) se destacaram na oposição à racionalidade econômica, dentre eles o romantismo e o preservacionismo, culminando na criação das áreas protegidas como paliativo à degradação ambiental, impondo, entretanto, uma separação forçada cultura-natureza às populações dessas áreas, que será visto no capítulo 3 (DIEGUES, 1996; CAPRA, 1996 e FOLADORI, 2001).

Todavia, a despeito desses movimentos culturais, literários e filosóficos, os desdobramentos da civilização industrial sobre as relações de poder e apropriação da natureza e do homem se cristalizaram no século XX, utilizando, segundo Thielen (2001, p. 22), um sistema composto por “cinco estruturas reais de dominação formal-racional”, o “sistema integral de dominação moderna”, a seguir:

Trata-se, primeiro, da valorização da capacidade de trabalho para a acumulação do lucro e de capital. Como segunda estrutura encontramos a dominação e a valorização da natureza em ciências naturais e a aplicação industrial das respectivas técnicas nelas baseadas. A terceira estrutura apresenta a sujeição do ser humano ao estado legal de poder e da violência, na forma de burocracia, polícia, e instituições militares. Em quarto lugar, o capital criou a indústria da cultura. Ela providencia oportunidades de ganhar lucro, domina a consciência e, principalmente, a alma das pessoas e vende a ideologia da acomodação em vez da liberdade. Enfim, como quinta estrutura acontece a autodominação dos indivíduos pelos mecanismos internos psíquicos (neuróticos) de opressão (THIELEN, 2001, p. 22).

O referido autor esclarece que a definição de estado moderno acima citada é incompleta. Falta a menção às instituições de democracia política. Ele assim o faz intencionalmente, para dar ênfase “[...] ao aparelho de violência do Estado que nega ou danifica, dentro do próprio Estado as instituições democráticas e que, em geral, no discurso, seja político, seja acadêmico, é vergonhosamente escondido ou eufemisticamente justificado” (THIELEN, 2001, p. 22).

É importante salientar que, como um produto da revolução industrial que se sistematizou como um dos segmentos de mercado mais atraentes no século XX e início deste século, o turismo tem desempenhado no “sistema integral de dominação moderna” o papel de:

[...] terapia da sociedade, como válvula que faz manter o funcionamento do mundo de todos os dias. Ele exerce um efeito estabilizador não apenas sobre o indivíduo, como também sobre toda a sociedade e a economia. Os sociólogos o comprovam: o ser humano que consegue mudar de ambiente e se desligar, desenvolve, após experimentar a fugacidade do turismo, a necessidade de voltar à estabilidade benéfica do universo cotidiano. Ele viaja para voltar. Nossa economia, por sua vez, necessita do turismo, que lhe propicia energia e regenera a mão-de-obra. Não teria sido esta uma das razões pelas quais afinal, concedeu mais tempo livre aos trabalhadores? (KRIPPENDORF, 1989, p. 18-19).

Com o desdobrar das potencialidades desse modelo de civilização, foram surgindo muitas contradições: inventaram-se as armas de destruição em massa e foram testadas com grande devastação de vidas, produziram-se alterações no ritmo da natureza e da vida humana de caráter perverso, muitas vezes irreversíveis, intensificando-se a insatisfação e os questionamentos em diversos segmentos representativos da sociedade:

O sentido, o objetivo, a qualidade de vida são novamente questionados e exigem outra definição... Pelo que dizem os especialistas, ela já atingiu milhares de pessoas que criticam, aberta ou secretamente, a escala de valores atuais e estão prontas para tentar algo novo, para modificar alguma coisa na vida e torná-la diferente e melhor. [...] As necessidades psíquicas e sociais adquirem uma importância crescente (KRIPPENDORF, 1989, 148-149).

É o momento atual, onde já se vislumbra a emergência e / ou a gestação de uma nova revolução civilizacional, a era da vida e suas relações. “Se não tentarmos o impossível, [...] seremos condenados a aceitar o inconcebível” (BOFF, 1999, p. 119).

1.3 A era da vida

Cresce cada vez mais a consciência da necessidade de reconciliação do homem com a natureza e de que um mundo melhor é possível, através da busca de novos modos de vida, de outros meios de produção e de novas formas de relações sociais. Nesse sentido, novos conhecimentos começaram a desmistificar o “espírito científico cartesiano”, contribuindo decisivamente para a emergência de uma nova percepção de mundo. Em síntese,

[...] o século XX viveu duas revoluções científicas. A primeira com a irrupção da desordem, especialmente com a física quântica, que levou à necessidade de tratar a desordem e negociar com a incerteza, tendo conseqüências epistemológicas decisivas, pois foi a partir daí que Bachelard e Popper passaram a refletir sobre a ciência e tiraram dela um de seus caracteres que, até então, era considerado como substancial: o de certeza absoluta, levando a uma reflexão profunda sobre a cientificidade, sobre seus postulados, seus pressupostos, que ainda não chegou ao seu término. A segunda revolução manifesta-se na segunda metade do séc. XX, com a emergência das ciências que operam recomposições polidisciplinares, como a cosmologia, as ciências da terra, a ecologia, a nova pré-história, mas não desencadeou um movimento epistemológico tão importante e profundo quanto à primeira (MORIN, 2001, p. 563-564).

Capra (1996), Boff (1999), Morin (2001) e Thielen (2001), reafirmam as novas descobertas científicas como sendo um novo paradigma científico, porém ainda em gestação. Paradigma científico é uma “constelação de realizações - concepções, valores, técnicas, etc. – compartilhada por uma comunidade científica e utilizada por essa comunidade para definir problemas e soluções legítimos”, e que as mudanças de paradigma ocorrem sob rupturas descontínuas e revolucionárias (KUHN *apud* CAPRA, 1996, p. 24).

Concomitante às transformações paradigmáticas no âmbito da ciência, vem ocorrendo transformações culturais muito mais amplas, sinalizando para uma mudança de “paradigma social”, definida como sendo “[...] uma constelação de concepções, de valores, de percepções e de práticas compartilhados por uma comunidade, que dá forma a uma visão particular da

realidade, a qual constitui a base da maneira como a comunidade se organiza” (CAPRA, 1996, p. 24-25).

Nesse contexto, a ecologia vem ocupando com destaque o cenário ideológico, científico, político, ético e espiritual atualmente. O termo ecologia foi introduzido em 1886 pelo biólogo alemão Ernest Haeckel, com o conceito definido como sendo o conjunto das relações dos seres vivos com o seu meio orgânico e inorgânico (ODUM, 1988).

Entretanto, de acordo com Boff (1999), no transcurso de sua evolução no século XX, a ecologia incorporou a defesa e a proteção de espécies ameaçadas de extinção e da criação de áreas isoladas de proteção à natureza.

Contudo, nas últimas décadas, algumas correntes da ecologia passaram a questionar e a buscar uma nova ética nas relações homem-sociedade-ciência-natureza, transformando-se numa crítica radical ao modelo de civilização ocidental, cujos pressupostos foram desenvolvidos por Arne Naess, recebendo deste a denominação de ecologia profunda (CAPRA, 1996 e BOFF, 1999).

No nível de paradigma, a ecologia profunda implica em duas atitudes básicas. A primeira é pensar holisticamente, quer dizer, ver continuamente a totalidade de um objeto não como a resultante da soma das suas partes, mas da interdependência de todos os seus elementos. A segunda atitude diz respeito à contextualização e à percepção de como esse objeto se encaixa e se relaciona com o seu ambiente natural e / ou social, ou seja, “[...] reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos)” (CAPRA, 1996, p. 25).

Ultrapassa-se, assim, o pensamento meramente analítico, atomizado, reducionista-simplificador da modernidade, porém reconhecendo e integrando os limites de ação deste (CAPRA, 1996 e BOFF, 1999). O quadro 1.1 apresenta uma síntese das diferenças do pensamento mecanicista e do pensamento da ecologia profunda, que podem incidir num maior envolvimento nas relações homem-sociedade-ciência-natureza.

Quadro 1.1 - Pensamento mecanicista x pensamento ecológico

Percepção do (a)	VISÃO MECANICISTA	VISÃO ECOLÓGICA
Universo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema mecânico formado como se fossem blocos de construção ou um relógio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Um sistema vivo formado por redes de relacionamentos
O homem	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Uma máquina biológica composta por partes separadas ▪ Referência de valores, antropocentrismo ▪ Separação / oposição cultura ocidental e natureza 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Um sistema integrado que forma um todo inseparável ▪ Valor intrínseco de todos os organismos bióticos e abióticos ▪ Parte integrante dos processos cíclicos da natureza
Vida social	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Resume-se a uma luta competitiva pela existência 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunitária e cooperativa dentro de um todo interdependente
Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crença no progresso material ilimitado a ser alcançado por meio do crescimento econômico 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crença no desenvolvimento sustentável a ser alcançado pela potencialização dos talentos humanos e dos recursos naturais
Pensamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Racional, analítico, reducionista ▪ Simplificação linear: análise isolada das partes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inclui o intuitivo, sintético, holístico ▪ Complexificação cíclica: ordem-desordem-interação-organização-criação
Valores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baseados em expansão, competição, quantidade, dominação, patriarcalismo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inclui a conservação, a cooperação, a qualidade, a parceria e o feminino.
Ênfase / atenção	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nas partes separadas, nos objetos, nas estruturas, nas hierarquias 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ No todo integrado, nos relacionamentos, nos processo, nas redes

Fonte: adaptado de Capra (1996), Boff (1999), Thielen (2001), Morin (2001)

Capra (1996) assinala ainda que, a **ecologia rasa** é praticada sob o pensamento mecanicista, o homem continua acima e fora da natureza, protegendo-a para que ela não perca o valor instrumental de uso, continuando o sentimento de posse do homem sobre a natureza, enquanto a **ecologia profunda**,

[...] não separa seres humanos - ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo [...] como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. [...] reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos como um fio particular na teia da vida. Em última análise, a percepção da ecologia profunda é percepção espiritual ou religiosa. Quando a concepção de espírito humano é entendida como o modo de consciência no qual o indivíduo tem uma sensação de pertinência, de conexividade, com o cosmos como um todo, torna-se claro que a percepção ecológica é espiritual na sua essência mais profunda (CAPRA, 1996, P. 26).

Essa “nova” percepção da realidade retoma a filosofia das tradições espirituais dos místicos cristãos (dentre eles São Francisco de Assis), dos orientais, da concepção de

totalidade da *physis* da antiguidade clássica grega e da cosmologia de grande parte dos povos “não civilizados”, num nível de complexificação mais elevado da consciência humana na atualidade, corroborada pela reflexão sobre os avanços científicos no século XX.

No contexto das correntes ecológicas mostradas anteriormente, duas teorias modernas revisam a relação sociedade e natureza: a Teoria Crítica e a Teoria de Gaia. A Teoria Crítica contém a idéia de um primado objeto / matéria perante o sujeito / intelecto, ou seja, reconhece o valor da natureza para os processos, abstrações e a vida do homem, mantendo-se, este, como sujeito, e a natureza o objeto, porém com uma nova ética que visa resguardar a natureza da opressão, da degradação e da destruição (THILEN, 2001).

Na Teoria de Gaia, a terra pode ser pensada e tratada como se fosse um sujeito, semelhante ao homem. Trata-se do conceito mítico grego que percebe o cosmo inteiro enquanto ser vivo. Dessa forma, é possível fundamentar uma ética ambiental universal, pois, a idéia central da ecologia profunda considera o conjunto da multiplicidade dos seres da terra como um todo, como um único ser vivo, Gaia (LUTZEMBERGER, 1990; BOFF, 1999 e THIELEN, 2001).

O cientista James Lovelock, de posse do aparato tecnológico da NASA para pesquisar a vida em outros planetas nos anos de 1960, desenvolveu a hipótese Gaia, segundo a qual, em síntese, manifesta a possibilidade da Terra como ser vivo, diferentemente dos seus vizinhos, o planeta Vênus e o planeta Marte, em face das agressões ocorridas a milhões de anos, com extinções em massa de espécies por várias vezes, a terra sempre se re-adaptou-se e regenerou a herança genética a partir dos sobreviventes, através de inter-relações cada vez mais complexas, re-criando e mantendo sempre as condições favoráveis à co-evolução entre as diversas formas de vida (LUTZEMBERGER, 1990 e BOFF, 1999).

Então, para a Teoria de Gaia, é exigido para a terra, como ser vivo, o mesmo respeito e reconhecimento que o ser humano deve ou deveria ter ao seu semelhante, num sentido ético, ou seja, que não se use e não se domine o outro apenas como objeto, como meio para atingir interesses egoísticos e egocêntricos excludentes, mas sempre o respeite também como sujeito, estabelecendo-se, assim, uma relação dialógica sujeito-sujeito entre o homem e a terra.

As duas teorias se contradizem do que diz respeito à relação sujeito / intelecto com o objeto / terra e a relação sujeito / homem com o sujeito / Gaia. Entretanto, elas buscam o

mesmo objetivo, que é salvaguardar a natureza / Terra/ Gaia do processo de apropriação e espoliação destrutiva imprimida pela racionalidade econômica dominante (THIELEN, 2001).

Segundo Thielen (2001), a partir das reflexões da Teoria Crítica e da Teoria de Gaia, seria possível desenvolver uma nova ciência da natureza-tecnologia-indústria, através de uma ética na relação homem-homem e homem-natureza, fundamentada na convivência, na cooperação e na co-evolução como base para o desenvolvimento sustentável, onde o conhecimento dos ecossistemas e as qualidades estéticas e poéticas da vivência e da experiência humana “desinteressada” com a natureza permitiriam a concretização dessa nova ética universal.

Dessa forma, o grande desafio do homem para o século XXI, é a sua emancipação para a liberdade, ou seja, libertar-se do monopólio exclusivo da racionalidade instrumental econômica e desenvolver toda a potencialidade criativa humana reprimida.

Além da racionalidade instrumental, “[...] Existe também a razão simbólica e cordial e o uso de todos os nossos sentidos corporais e espirituais. Junto ao *logos* (razão) está o *eros* (vida e paixão), o *pathos* (afetividade e sensibilidade) e o *daimon* (a voz interior da natureza)” (BOFF, 1999, p. 31), capazes de estimular a sensibilidade, a criatividade e a liberdade humana.

Só “[...] o homem livre, sensível e até amoroso, solucionados os seus problemas consigo mesmo [...], pode relacionar-se eticamente com a natureza. [...] amando-se a si mesmo, tem a chance de atingir uma felicidade mais ampla, e repartir esse amor com outro ser humano e com a natureza” (THIELEN, 2001, p. 32):

Cabe à vivência e experiência da grandiosidade e beleza da natureza o privilégio de despertar, psiquicamente, o respeito ou até amor a ela, incluindo o reconhecimento de sua autonomia e dignidade. No conjunto dessas percepções e reflexões, a própria descoberta das riquezas materiais da natureza pode contribuir para esse conhecimento e respeito, provocando postura e ação ética (THIELEN, 2001, p. 39).

Ao proporcionar o contato direto com a natureza, o ecoturismo estimula o imaginário do visitante, “(...) a emersão de nossa sensibilidade reprimida (...)” (KRIPPENDORF, 1989, p. 209), o desejo de satisfação das necessidades e potencialidades humanas não atendidas no dia a dia, a busca por momentos de felicidade, de liberdade, um reencontro consigo mesmo, com o sagrado, com a essência divina que há dentro de si, um retorno às suas origens – a natureza, podendo despertar-lhe a emergência de novas relações éticas.

A percepção que o homem tem de si e da natureza, tem determinado as suas relações sociais, os modos e os meios de produção, configurando os estilos de desenvolvimento no decorrer da história humana.

1.4 Envolvimento, (eco) (des) envolvimento

A revolução industrial provocou mudanças econômicas, sociais e culturais, promovendo a divisão do trabalho, o deslocamento em massa do homem do campo para as cidades, que tiveram um crescimento rápido e desordenado, e logo se tornaram poluídas e caóticas. O trabalho mecanizado e repetitivo favoreceu o desgaste físico e mental, tornando-se um imperativo a fuga do cotidiano estressante e monótono da cidade industrial através, dentre outros, do turismo e do lazer. Já no século XIX, são criados os parques nacionais para o lazer e a recreação dos indivíduos urbanos, iniciando-se também nesse período o desenvolvimento do turismo como atividade de consumo.

De acordo com Caiden (1988), até os anos de 1950, o desenvolvimento significava ocidentalização, cuja meta era uma sociedade industrial urbana, quantificada pela renda *per capita*, com pouca ou nenhuma preocupação com equidade social, com a falácia de que o que era bom para os países ricos era bom para os países pobres.

Até então pouco se falava sobre as questões ambientais, estando estas restritas aos círculos científicos e acadêmicos. No entanto, a partir dos anos de 1960, com a ocorrência de vários desastres ecológicos, direcionou-se o foco para as previsões catastróficas dos cientistas e de ambientalistas, que denunciavam a ameaça de um colapso ecológico no planeta.

Opiniões diferentes buscaram explicar a crise ecológica. White (1997) atribuiu a causa à ideologia judeo-cristã ocidental, propensa ao domínio da natureza. Para Hardin (1968), Ehrlich e Holdren (1971) o crescimento populacional seria a principal causa da deterioração ambiental. Commer (1971) sustentou que a moderna indústria e o consumo supérfluo constituíam a razão principal. Para Bookchin (1980), os sistemas de dominação e hierárquicos próprios da moderna sociedade industrial induziam a uma atitude de domínio irresponsável sobre a natureza, enquanto outros culpavam o sistema capitalista. Já a corrente da economia ecológica apontava a contradição entre o mundo finito em recursos e o consumismo ilimitado (FOLADORI, 2001).

Face às conseqüências sociais, culturais, ambientais e econômicas da matriz de desenvolvimento vigente, um novo marco de entendimento da relação sociedade-natureza foi estabelecido nas décadas de 1960-70. Movimentos populares, revisões dos modelos de desenvolvimento e reflexões epistemológicas surgiram, estabelecendo um ponto de mutação de práticas e pensamentos.

Dentre outras revisões, na década de 1970, Ignacy Sachs introduz os pressupostos do ecodesenvolvimento, que internaliza o meio ambiente como uma variável do modelo econômico clássico. O foco inicial do ecodesenvolvimento define:

[...] um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas de longo prazo; considera a importância de intercâmbios; tenta reagir à moda predominante de soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas; em vez de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar seus problemas e de dar soluções originais, ainda que se inspirando em experiências alheias; busca desenvolver um esforço criador para o aproveitamento da margem de liberdade oferecida pelo meio, por maiores que sejam as restrições climáticas e naturais, etc. (SACHS, 1986, p. 19).

Os pressupostos do ecodesenvolvimento posicionam-se como contraponto às finalidades, estratégias e critérios de avaliação dos modelos de desenvolvimento sócio-econômico vigentes, preconizando um padrão alternativo de gestão comunitária de recursos naturais, valorizando os saberes tradicionais das populações, porém sem excluir o conhecimento tecno-científico.

Para Sachs (1986) o ecodesenvolvimento traduz-se em um novo estilo de vida, com valores próprios, em que as variáveis cultural e ecológica têm uma dimensão essencial no contexto da variável econômica, cuja operacionalização perpassa pela redefinição de novos papéis sociais, com o planejamento partindo das necessidades endógenas culturais (a inclusão social e cidadania) considerando-se a capacidade e a potencialidade específica de cada ecossistema.

Montibeller-Filho (2001, p. 45) ressalta que o ecodesenvolvimento “[...] deixa patente a preocupação com os aspectos sociais e ambientais, no mesmo grau dos econômicos”. E traz uma postura ética fundamental:

[...] o desenvolvimento voltado para as necessidades sociais mais prementes que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida de toda a população (comprometimento sincrônico), com o cuidado de preservar o meio ambiente e as possibilidades de reprodução da vida com qualidade para as gerações que sucederão

(comprometimento diacrônico). Citando Sachs (1981:14): “Trata-se de gerir a natureza de forma a assegurar aos homens de nossa geração e das gerações futuras a possibilidade de se desenvolver” (MONTIBELLER-FILHO, 2001, p. 45).

Ainda na década de 1980 começa a emergir um novo seguimento conceitual de turismo, o ecoturismo, cujos princípios estão em consonância com o ecodesenvolvimento e com o ambientalismo, que será visto no capítulo três.

Contudo, antes que as estratégias de ecodesenvolvimento conseguissem vencer as barreiras da gestão setorializada do desenvolvimento, reverter os processos de planejamento centralizado e penetrar nos domínios do conhecimento estabelecido, as resistências à mudança da ordem econômica foram dissolvendo o potencial crítico e transformador das práticas do ecodesenvolvimento, buscando outro conceito capaz de “ecologizar” a economia, com a retórica de que seria possível eliminar a contradição entre crescimento econômico e manutenção dos ecossistemas do planeta (LAYRARGUES, 1997 e LEFF, 2001).

Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou o documento Nosso Futuro Comum em 1987, reconhecendo as disparidades entre as nações ricas e pobres e a forma como se acentuam através das relações econômicas e comerciais desiguais, que incidem direta e indiretamente nas questões sócio-ambientais. O relatório lança o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras também atenderem às suas (NOSSO FUTURO COMUM, 1991).

Para Layrargues (1997) e Leff (2001, p. 19-20), o desenvolvimento sustentável não apresenta “[...] uma justificativa rigorosa da capacidade do sistema econômico de internalizar as condições ecológicas e sociais (de sustentabilidade, equidade, justiça e democracia) [...]”.

À época preparatória da Rio-92, Sachs lança as cinco dimensões da sustentabilidade ampliando o conceito de ecodesenvolvimento (Quadro 1.2), necessárias para um desenvolvimento com maior equilíbrio ecológico e maior equidade social, adotado neste trabalho com o termo sustentabilidade, ou seja, onde houver o termo desenvolvimento sustentável entenda-se sustentabilidade.

Quadro 1.2 - Dimensões da sustentabilidade

<p>1 - Sustentabilidade social: instauração de um novo estilo de desenvolvimento que conduza a um padrão de distribuição equitativa de renda, redução das diferenças sociais e do distanciamento do nível de vida entre providos e deserdados, e a garantia e efetividade dos direitos de cidadania.</p>
<p>2 - Sustentabilidade econômica: gestão responsável dos recursos; redução das barreiras protecionistas; redução da saída de riqueza dos países menos desenvolvidos e maior acesso à ciência e tecnologia a estes; critérios econômicos visando benefícios macro-sociais e não apenas para os interesses das empresas e das instituições financeiras.</p>
<p>3 - Sustentabilidade ecológica: aumentar a capacidade de carga da terra com o respeito aos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas; com a limitação de consumo de combustíveis fósseis; com o uso de energias alternativas, recursos renováveis e tecnologias limpas; com a conscientização para a redução voluntária da produção e do consumo supérfluo; com a disseminação de normas para a proteção ambiental.</p>
<p>4 - Sustentabilidade espacial: equilibrar a repartição populacional e a atividade econômica entre a cidade e campo; redução da densidade urbana; descentralização das indústrias; promover o emprego de métodos modernos de agricultura e agroflorestamento regenerativos pelos pequenos produtores; criar uma rede de reservas naturais da biosfera para preservar a biodiversidade.</p>
<p>5 - Sustentabilidade cultural: buscar soluções de âmbito local, com a pesquisa das raízes endógenas das soluções específicas para cada ecossistema, cada cultura e cada situação, enfim, o respeito, a manutenção e o uso do patrimônio cultural e “tecnológico” de cada povo em parceria com a ciência e a tecnologia, porém se opondo a pacotes prontos de soluções pretensamente universais.</p>

Fonte: Sachs (1999)

A Rio-92 teve os méritos de proporcionar a valorização e a mundialização das organizações não governamentais (ONG's) e a colocação dos temas ligados às questões ambientais na vanguarda de grande parte da opinião pública mundial, sensibilizando, incentivando e estimulando o apoio da população às ações em favor do meio ambiente.

Entretanto, após a Rio-92, o termo desenvolvimento sustentável passou a ser utilizado para legitimar qualquer ação como sendo de cunho sustentável, sem haver reflexões estéticas, éticas e críticas sobre a relação sociedade-natureza e, antes de tudo, sobre as contradições sociais de dominação (LAYRARGUES, 1997; LEFF, 2000; FOLADORI, 2001; THIELEN, 2001), ratificando a máxima de Einstein segundo a qual “os problemas não podem ser resolvidos nos limites da mentalidade que os criou”, ao se constatar que os resultados da Rio-92, ficaram em grande parte nas intenções.

O desenvolvimento sustentável não estabeleceu limites para o crescimento econômico ilimitado. A proposição do relatório Brundtland (1987), de produzir mais com menos, aponta o otimismo tecnológico excessivo, apesar dos avanços na qualidade dos processos tecnológicos que se tornaram menos intensivos em matéria prima, no uso da energia e nos impactos ambientais, não definiu limites para o padrão de consumo dos países ricos, que vem se expandindo por todo o mundo por meio da globalização e da ação eficaz da indústria

cultural de consumo, mantendo e aumentando a degradação ambiental e cultural no planeta (LAYRARGUES, 1997 e LEFF, 2000).

George (1999), Chossudovsky (1999), Leff (2000), dentre outros autores, apontam ainda que, após a derrocada do bloco comunista com a queda do muro de Berlim nos anos de 1980, o mercado se fortaleceu e se sentiu livre para se apropriar dos últimos recantos do planeta, impondo sua lógica de forma mais intensa a partir da década de 1990, registrando-se um aumento do fluxo de capital e de riqueza do Sul para o Norte, aumento na exclusão social e na degradação ambiental especialmente nos países em desenvolvimento, permanecendo, assim, a mesma lógica do mercado, a racionalidade econômica, a intensificação dos opostos: minoria rica / maioria pobre, primeiro mundo / terceiro mundo, desenvolvido / subdesenvolvido ou em desenvolvimento.

Segundo Leff (2001), a dialética da questão ambiental produziu o seu contrário, o discurso neoliberal da sustentabilidade, com a afirmação retórica do desaparecimento da contradição natureza e cultura do crescimento econômico, através dos “novos” mecanismos de mercado que internalizariam as dimensões ecológica e social.

O novo discurso do mercado traz na sua face oculta a tentativa de debilitar as resistências das culturas e da própria natureza para diluí-las dentro da lógica do capital, com o propósito de legitimar a apropriação do espólio dos recursos naturais e culturais das populações tradicionais, em sua maioria nos países em desenvolvimento, da seguinte forma:

Através deste olhar especular (especulativo) pretende-se que as populações nativas valorizem seus recursos naturais e culturais (sua biodiversidade e seus saberes tradicionais) como capital natural, que aceitem uma compensação econômica pela cessão desse patrimônio às empresas transnacionais de biotecnologia. Seriam estas as instâncias encarregadas de administrar racionalmente os “bens comuns”, em benefício do ecológico, do bem-estar da humanidade atual e das gerações futuras (LEFF, 2000, p. 29).

Sobre pressão da nova realidade ecológica, o mercado desponta com uma nova roupagem - o desenvolvimento sustentável - que assume claramente a postura de um projeto ecológico neoliberal, produzindo a ilusão de que vivemos um tempo de mudanças, contudo, na verdade preocupa-se tão somente em preservar a ideologia dominante (LAYRARGUES, 1997 e LEFF, 2000).

Em contrapartida a esse processo de neocolonialismo, os movimentos ambientalistas e ecologista vêm se articulando e se estruturando cada vez mais na construção de um paradigma

alternativo de sustentabilidade baseado numa ética ambiental que instaura a revalorização do humano e do ecológico.

A concepção de sustentabilidade para os referidos movimentos pressupõe uma nova ética na relação sociedade e natureza através da democracia participativa, da recuperação do primado dos interesses sociais coletivos, do respeito e valorização da diversidade cultural e de mudanças estruturais nos processos de produção e consumo, para que se possa inverter o quadro de degradação ambiental e de exclusão social dominante (HERCULANO, 1988).

Diversos autores nas últimas décadas vêm trabalhando várias percepções e vários conteúdos de leitura da relação sociedade-natureza que, em última instância, se traduzem no necessário envolvimento na referida relação para o alcance da sustentabilidade, destacando-se os pressupostos do ecodesenvolvimento de Sachs (1986), a “alfabetização ecológica” de Capra (1996), o “saber ambiental” de Leff (2000), a “re-ligação dos saberes” de Morin (2001), a “Teoria Crítica” e a “Teoria de Gaia” estudadas por Thielen (2001) dentre outras leituras.

Em síntese, a sustentabilidade consiste no reconhecimento e no respeito à diversidade cultural e ecológica do planeta e na integração dos saberes tradicionais com o saber científico no manejo dos ecossistemas, para que se possa atingir um desenvolvimento equitativo e ecologicamente equilibrado.

Nesse contexto, o ecoturismo vem sendo apresentado como um instrumento de sustentabilidade, por, conceitualmente, incentivar a reeducação e reinterpretação ambiental, a valorização e o respeito à natureza e à diversidade cultural, sendo indicado como alternativa de desenvolvimento para as áreas naturais protegidas, criadas com o objetivo de conservar a natureza.

2 A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NO BRASIL

As áreas naturais protegidas refletem a relação ocidental homem-natureza, que reviveu, de um lado, o mito dos paraísos intocados, à semelhança do éden e, do outro, o conservacionismo reativo do século XIX que, influenciado pelo romantismo, atribuía ao mundo natural todas as virtudes e à sociedade todos os vícios, em oposição ao culturalismo

que impunha a conquista, a dominação e a transformação da natureza rechaçando o retorno do homem ao mundo natural selvagem (DIEGUES, 1996).

O movimento romântico, através das artes, da literatura e da filosofia (séculos XVIII e XIX), com destaques para o poeta, pintor e romântico inglês Willian Blake, crítico e opositor de Newton, e os poetas, filósofos e naturalistas alemães, Goethe e Humboldt dentre outros, que resgataram a concepção de natureza orgânica da antiguidade clássica, como resposta à transformação tecnológica e à urbanização industrial imposta pela racionalidade mecanicista, especialmente na Grã-Bretanha (DIEGUES, 1996; CAPRA, 1996 e FOLADORI, 2001).

Alexander Von Humboldt, um dos maiores pensadores unificadores da sua época, percebia o globo terrestre como um grande todo, levando-o “[...] a identificar o clima como uma força global unificadora e a reconhecer a co-evolução dos sistemas vivos, do clima e da terra, o que quase resume a contemporânea hipótese de Gaia” (CAPRA, 1996, p. 36).

O romantismo despertava no imaginário do novo cidadão urbano o ideal de liberdade existente no passado, em que as atividades do dia a dia se realizavam no campo e / ou em casa, seguindo o ritmo dos ciclos biológicos naturais (do sol, da lua, das estrelas, das estações), não havia separação entre o tempo de trabalho e o tempo livre, sendo este realizado geralmente em contato com as paisagens naturais (GONÇALVES, 1996), desenvolvendo um saudosismo de tempos mais harmoniosos que a nova sociedade rejeitara, e incorporando:

[...] uma espiritualidade e uma consciência profunda da possibilidade de uma vida mais simples, sem as complicações de uma sociedade corrompida pelo materialismo, e que podia ser conseguida de sob as seguintes condições (Short, 1991): (1) os espaços intocados tinham um enorme significado; (2) esses espaços tinham uma pureza que o contato humano degradava; (3) as áreas selvagens eram lugares de profundo significado espiritual; e (4) a conquista da natureza era uma perda de graça [...] (FENNEL, 2002, p. 81).

Esses pensamentos influenciaram o conservacionismo nos Estados Unidos no século XIX, originando as escolas preservacionista e conservacionista naquele País. As idéias essenciais da escola preservacionista foram desenvolvidas nas obras de Thoreau, Marsh e John Muir, enquanto G. Pinchot foi o principal mentor dos conservacionistas (DIEGUES, 1996).

Thoreau acreditava na existência de um Ser Universal, transcendente, no interior da Natureza. Sua escola de pensamento caracterizava-se pela reverência à Natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*) e de sua proteção contra o

desenvolvimento moderno industrial e urbano. Marsh afirmava que o homem esqueceu-se de que a terra lhe foi concedida para usufruto e não para consumo e degradação.

John Muir apresenta a visão biocêntrica, segundo a qual o homem não tem direitos superiores aos animais nem direito algum sobre a natureza. Esta posição se fortalece com a Teoria da Evolução das Espécies de Darwin, que coloca o homem de volta à natureza, como uma espécie em constante evolução, igual às demais espécies vivas, não possuindo nenhuma diferença no sentido biológico que o fizesse um ser com direitos superiores aos demais.

Os autores acima foram o sustentáculo da escola preservacionista norte americana que viam na criação dos parques nacionais a única forma de salvar pedaços da natureza de grande beleza cênica e estética, dos efeitos destrutivos da racionalidade industrial, exercendo influência marcante nos movimentos ecológicos no século XX (DIEGUES, 1996).

Por sua vez os conservacionistas, tendo como principal teórico o cientista americano G. Pinchot, que defendiam o uso racional dos recursos naturais. A conservação para eles baseava-se em três princípios: “1) o uso dos recursos naturais pela geração presente; 2) a preservação do desperdício, e 3) o uso dos recursos naturais para o benefício da maioria dos cidadãos”. Tais idéias foram as precursoras do enfoque do ecodesenvolvimento nos anos de 1970 e posteriormente para o desenvolvimento sustentável (DIEGUES, 1996, p. 29).

Enquanto o preservacionismo visava salvar os recursos do uso, o conservacionismo objetivava salvar os recursos para o uso (FENNEL, 2002, p. 79). Note-se, por oportuno, que boa parte dessas concepções são encontradas na Lei nº 9.982/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

O modelo preservacionista de criação de parques nacionais se disseminou pelo mundo levando consigo a exclusão das populações das áreas a serem protegidas com o seu acervo de símbolos, mitos e experiências alternativas de relação e convivência com a natureza, com o seu lugar, gerando conflitos sócio-culturais existentes até os dias de hoje.

Com esse olhar excludente e homogêneo, criaram-se no final do século XIX e no século XX diversas sociedades de proteção à natureza, à vida selvagem, aos animais, à flora etc., culminando com a criação da União Internacional para a Conservação da Natureza - IUCN em 1948, que englobava diversas entidades governamentais e não governamentais, com fins de sistematizar a elaboração de estratégias para a conservação da natureza no planeta

(DIEGUES, 1996; COLCHESTER, 2000 e FOLADORI, 2001). Em síntese, inicialmente o foco para a criação das áreas protegidas era o valor estético e paisagístico do ambiente natural selvagem para o lazer da população urbana.

A IUCN definia parque nacional como sendo uma área extensa não ocupada e não alterada pela exploração humana, onde as autoridades competentes deveriam tomar medidas para prevenir ou eliminar a exploração e ocupação de toda área (COLCHESTER, 2000).

Desse modo, os territórios protegidos e preservados caracterizam-se como áreas de exclusão social, e fizeram aflorar a contradição do processo de apropriação e expropriação do patrimônio cultural das populações desalojadas.

Entretanto, Gonçalves (1996, p. 92 - 95) oportunamente reporta que:

- a existência de diversos povos e cultura é um atributo próprio da espécie humana, possibilitando desenvolver múltiplas formas de organização social;
- a cultura se produz no interior e nas entranhas da natureza;
- cada povo herda de seus antepassados um patrimônio cultural de experiências com os ecossistemas, o que os torna singular e irredutível a qualquer outro;
- cada povo tem em sua cultura uma experiência única e radical, e é no interior desse ambiente cultural que se desenvolvem os atributos e qualidades sem os quais, para os indivíduos que nela vivem, a vida não vale a pena ser vivida.

Somente com a percepção do agravamento da degradação ambiental e da destruição de vários ecossistemas em todo o mundo após a segunda guerra mundial, paralelamente à evolução da biologia e da ecologia, passou-se a considerar a preservação da biodiversidade e, a partir das últimas décadas do século XX, intensificaram-se os questionamentos sobre a exclusão das populações.

O ecologismo que emergiu a partir dos anos de 1960 no primeiro mundo, com a explosão dos movimentos ativistas, das agitações estudantis na Europa e Estados Unidos, intensificou as críticas à vida cotidiana opulenta, consumista e destruidora da natureza, enfim, passaram a se preocupar com a degradação ambiental, a extinção de espécies, a ameaça à qualidade de vida, tinha seu enfoque na conservação de uma única espécie ou de uma área isoladamente (DIEGUES, 1996).

Nesse período, começa a se organizar no Terceiro Mundo um outro movimento, que ficou conhecido como ambientalismo, caracterizado pela associação de diversas minorias excluídas da sociedade (camponeses, pescadores, ribeirinhos, povos das florestas, indígenas

dentre outros) e de intelectuais e acadêmicos de vanguarda para os quais a crise ambiental estaria associada ao modelo de desenvolvimento gerador de miséria e degradação ambiental.

Com pertinência, Leff (2002, p. 114) diferencia o movimento ecologista nascido no Norte e os ambientalistas do Sul:

O ecologismo dos países industrializados surgiu como uma ética e uma estética da natureza, como uma busca de novos valores (...) livres das necessidades básicas e da sobrevivência. São movimentos de consciência que desejariam salvar o planeta do desastre ecológico, recuperar o contato com a natureza, mas que não questionam a ordem econômica dominante. Por sua vez, os movimentos ambientalistas nos países pobres surgem em resposta à destruição da natureza e ao esbulho de suas formas de vida e de seus meios de produção; são movimentos desencadeados por conflitos sobre o acesso e o controle dos recursos, pela apropriação social da natureza vinculados a processos de democratização, à defesa de seus territórios, de suas identidades étnicas, de sua autonomia política e capacidade de autogerir suas formas de vida e seus estilos de desenvolvimento. São movimentos que definem as condições materiais de produção e os valores culturais das comunidades.

Para esse autor o ecologismo dos países industrializados arrasta consigo o significado das políticas “remediais”, das ações “cosméticas” e das soluções tecnológicas desses países, sem uma percepção, sem o conhecimento da diversidade de realidades específicas de cada cultura relacionada a cada ecossistema, enfocando em suas análises da realidade e em suas ações o “imperialismo gnosiológico”, ou seja, o conhecimento estritamente científico, enquanto o ambientalismo dos países pobres aponta para a necessidade de gerar perspectivas mais ricas para o entendimento e a articulação dos múltiplos processos que integram o ambiente e a diversidade de relações cultura-natureza, capazes de construir uma nova racionalidade produtiva fundada no manejo integrado dos recursos (LEFF, 2002).

Assim, Leff (2002, p. 115) assinala que “os grupos sociais que se mobilizam pelos princípios de uma racionalidade ambiental nos países do Terceiro Mundo incorporam em suas formações um conceito de ambiente mais rico e complexo que o conceito de ecologia que está na base do conservacionismo dos países centrais”, por possuírem, os primeiros, um conhecimento prático e ancestral das características ecológicas e culturais do seu lugar, um patrimônio “tecnológico” de conhecimento tradicional, de relações e significados com a natureza que escapa à compreensão da racionalidade científica, porém, dialogando com esta, conforme expressa o ecodesenvolvimento.

Com relação à conservação da natureza no Brasil, o reconhecimento da importância dos recursos naturais brasileiros remonta ao descobrimento (o reencontro do paraíso perdido

para os europeus), quando em carta datada de 1º de maio de 1500, enviada ao Rei de Portugal, Pero Vaz de Caminha relata e exalta as belezas e riquezas naturais existentes nesta terra.

Sela, neste momento, a ação portuguesa de exploração / degradação / destruição dos recursos naturais e culturais que se cristalizou na sociedade brasileira, fundamentada, dentre outros aspectos, nas motivações e objetivos dos colonizadores que para cá vieram, grande parte deles excluídos da sociedade européia, trazendo consigo os vícios rejeitados nas suas origens, dentre esses vícios a degradação ambiental (DA MATA, 1993).

Ao buscarem o enriquecimento rápido através da exploração predatória dos recursos naturais brasileiros objetivando retornarem a Portugal com novo *status* social, esses colonizadores, em sua maioria, não criavam raízes locais, ou seja, não desenvolviam um sentimento de identidade, de pertencimento, de envolvimento com o lugar, o que, se observado, poderia resultar em um maior cuidado com a natureza. Ao contrário, disseminou-se a destruição significativa dos ecossistemas do Brasil (DA MATA, 1993).

Assim, o discurso e as práticas de uso da natureza no País sempre estiveram em lados opostos. Institucionalizou-se uma louvação exacerbada às riquezas e as belezas naturais e culturais paradoxalmente à destruição sistemática dos seus ecossistemas e das culturas nativas, levando o Brasil a importar modelo de conservação americano no século XX.

Na conservação da natureza no Brasil, destaca-se os esforços de José Bonifácio no Império, que lutou pela inversão do modelo extrativista-predatório-exportador no País, apoiando a criação do Museu Imperial Nacional, em 1818, objetivando a propagação dos conhecimentos e estudos das ciências naturais no Brasil e que influenciou D. Pedro II, na edição das primeiras instruções sobre reflorestamento da costa do Brasil, em 1802, como também o replantio da Floresta da Tijuca, em 1862 (URBAN, 1998).

Outro destaque, sob a influência da visão estética e paisagística, foi a ação do engenheiro André Rebouças, pioneiro na exploração de madeira dentro de normas de controle estabelecidas pelo Governo, que em 1876, publicou um artigo chamado “Parque Nacional”, inspirado no parque de Yellowstone dos EUA, distinguindo duas áreas do território nacional que posteriormente foram preservadas:

“O que é bem certo; o que fica acima de toda a discussão é que a geração atual não pode fazer melhor doação às gerações vindouras do que reservar intactas, livres de ferro e fogo, as duas mais bellas ilhas do Araguaya e do Paraná.

Daqui há centenas de anos poderão, nossos descendentes ir ver dous espécimens do Brazil, tal qual Deus os criou; encontrar reunidos, no Norte e no Sul, os mais bellos espécimens de uma fauna variadíssima, e, principalmente, de uma flora que não tem rival no mundo!

Tal é a nossa inspiração, escrevendo essas linhas.

Rio de Janeiro, em 2 de Abril de 1876 (*apud* URBAN, 1998, p. 82).

Entretanto, é somente na década de 1930 e, como assinalado nos moldes do modelo americano excludente, que foram criados os primeiros parques nacionais do País: Itatiaia (1937), Serra dos Órgãos e Iguazu (1939), logicamente com impactos sócio-culturais negativos, por não se considerar as especificidades e diversidade cultural brasileira, maior e diferente da americana.

Na década 1950, destacam-se medidas para a preservação do patrimônio natural, histórico e artístico, são elas: a criação de florestas protegidas nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste; o estabelecimento de normas de proteção dos animais; a promulgação dos códigos de floresta, de águas e de minas; a organização do patrimônio histórico e artístico e a criação, em 1948, da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (URBAN, 1998).

Todavia, é a partir dos anos de 1970 que a criação de áreas protegidas no País, nos moldes do preservacionismo americano, teve grande impulso, em consequência da institucionalização na esfera federal da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA em 1973, um ano após a Reunião das Nações Unidas para os Direitos Humanos e Meio Ambiente, realizada em Estocolmo.

No processo de criação dessas áreas, a opção por ignorar as populações tradicionais (indígenas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores dentre outros) preponderou, ao não se considerar o modo de vida, de relação e de conhecimento dos ciclos ecológicos naturais dessas populações, desqualificando o significado de pertencimento, de identidade, de simbologia, dos mitos, da linguagem própria para referenciar e dialogar com a natureza (DIEGUES, 1993).

As críticas impostas a esse modelo de conservação intensificaram-se com o surgimento de movimentos de caráter sócio-ambientais no Brasil a partir de 1970, originados e / ou ligados às populações e minorias excluídas, com a percepção pelos referidos movimentos de que a permanência das populações tradicionais em seus *habitats* naturais poderia favorecer a conservação, pois, exclusão destas populações vem causando degradação

sócio-cultural e ambiental, pelos conflitos gerados e pela falta de alternativas de a sobrevivência das mesmas.

Esses movimentos trouxeram uma nova visibilidade à relação conflituosa sociedade e natureza nas áreas protegidas, por entenderem que o respeito à diversidade cultural é a base para a manutenção da diversidade biológica, com a participação democrática na gestão dos espaços territoriais. Essa concepção é uma questão de ética e de direitos humanos nos seguintes termos:

Há que se inventar formas de conferir direitos e cidadania a essas diferentes concepções de organização social, por tanto tempo oculta aos olhos do poder. Mas há também, ao fazer isso, de respeitar-lhes as regras internas, não as submetendo, necessariamente, a um olhar controlador. Instituí-las como sujeitos explícitos do processo político sem reduzi-lo ao mesmo, eis o desafio que a ordem jurídica deverá superar para tornar-se reflexo de uma sociedade solidária e fundada na tolerância do outro, pronta a aprender com ele e a olhar-se nele (LIMA *apud* DIEGUES, 1996, p. 69).

Assim, começa a ganhar força o movimento ambientalista brasileiro nos anos de 1980, nos moldes de um novo paradigma relacional com a natureza, com ações efetivas nos estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, destacando-se José Lutzenberger (falecido), Alfredo Sirkis, Fábio Feldman, Fernando Gabeira dentre outros, comungando o seu pensamento e ações com as aspirações das populações excluídas (SIRKIS, 1992).

Outro fato marcante foi a inserção da problemática ambiental no âmbito político, destacando-se, dentre outras ações, a filiação de vários integrantes do movimento ambientalista no Partido dos Trabalhadores e a criação do Partido Verde na década de 1980, passando os ambientalistas a influírem decisivamente na modernização da legislação ambiental do Brasil, e na realização no Rio de Janeiro da Reunião Mundial Rio-92, um novo marco sobre as discussões teóricas relativas ao desenvolvimento e o meio ambiente, porém com poucos resultados efetivos (SIRKIS, 1992).

2.1 Política Nacional do Meio Ambiente

A Constituição do Brasil de 1988 dedicou um capítulo inteiro em seu texto ao tema meio ambiente, que é considerado um dos mais completos da legislação ambiental do mundo atualmente, onde é abordada a conservação da natureza nos seguintes termos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III – definir em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

...

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade (BRASIL, 2001).

Contudo, para a complexa tarefa de gestão do patrimônio ambiental brasileiro, desde 1981 já havia sido criada a Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA (Lei nº 6.938, de 31/08/1981), que tem dentre os seus objetivos a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental, assim como assegurar ao País condições para o desenvolvimento sócio-econômico, além da manutenção da qualidade e dignidade da vida humana.

Convém assinalar que, apesar de ser anterior à Constituição Federal de 1988, a PNMA foi recepcionada pela referida Constituição, ou seja, seu conteúdo foi incluído no texto constitucional, pelo fato de que a maioria dos princípios da PNMA estarem em consonância com o referido texto fundamental, em especial os princípios relativos à questão da conservação da natureza, nos seguintes termos:

- I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- VIII - recuperação de áreas degradadas;
- IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X - educação ambiental em todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente.

Outro aspecto de importante na construção da legislação de conservação da natureza no País trazido pela PNMA foi a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA (art. 6º), composto por “órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental”:

- I - órgão superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais; *(Redação dada pela Lei nº 8.028, de 12.04.90)*
- II - órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida *(Redação dada pela Lei nº 8.028, de 12.04.90)*
- III - órgão central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente; *(Redação dada pela Lei nº 8.028, de 12.04.90)*
- IV - órgão executor: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente *(Redação dada pela Lei nº 8.028, de 12.04.90)*
- V - Órgãos Seccionais : os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental; *(Redação dada pela Lei nº 7.804, de 18.07.89)*
- VI - Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições; Inciso incluído pela Lei nº 7.804, de 18.07.89.

A norma em questão trouxe ainda como instrumentos voltados à conservação da natureza: zoneamento ambiental; avaliação de impactos ambientais; implantação de reservas, parques ecológicos e áreas de proteção ambiental pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal; além de outros.

2.2 Sistema Nacional de Unidades de Conservação

No cumprimento da obrigação constitucional, foi editada a Lei nº 9.985, de 18/07/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, que regulamentou o referido dispositivo estabelecendo, assim, definições, critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Segundo essa norma, unidade de conservação - UC, é o “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (artigo 2º, inciso I, da Lei nº 9.985/2000).

Os objetivos do SNUC são:

- “I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (art. 4º, da Lei nº 9.985/2000).

As diretrizes do SNUC são:

- I - assegurar que no conjunto das UC's estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, *habitats* e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente;
- II - assegurar os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de UC's;
- III - assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das UC's;
- IV - buscar o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das UC's;
- V - incentivar as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem UC's dentro do sistema nacional;

- VI - assegurar nos casos possíveis, a sustentabilidade econômica das UC's;
- VII - permitir o uso das UC's para a conservação "*in situ*" de populações das variantes genéticas selvagens dos animais e plantas domesticados e recursos genéticos silvestres;
- VIII - assegurar que o processo de criação e a gestão das UC's sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais;
- IX - considerar as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;
- X - garantir às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das UC's meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos;
- XI - garantir uma alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as UC's possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos;
- XII - buscar conferir às UC's, nos casos possíveis e respeitadas as conveniências da administração, autonomia administrativa e financeira; e
- XIII - buscar proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de UC's de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas (art. 5º, da Lei nº 9.985/2000).

Dispõe ainda a referida lei que as categorias de UC que integram o SNUC dividem-se em dois grupos, compondo-se das unidades de proteção integral e de uso sustentável (artigo 7º, da Lei nº 9.985/2000).

As unidades de proteção integral visam preservar a natureza e compõe-se das seguintes categorias de UC: I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural; V - Refúgio de Vida Silvestre (artigo 8º, da Lei nº 9.985/2000).

As unidades de uso sustentável visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais e compõe-se das seguintes categorias de UC: I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural (artigo 8º, da Lei nº 9.985/2000).

Ressalte-se que a própria Lei nº 9.985/2000, em seu art. 2º inciso V, conceitua preservação como sendo "o conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção em longo prazo das espécies, *habitats* e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais".

E em seu art. 2º inciso II, conceitua conservação da natureza como sendo “o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral”.

Por fim, vale ressaltar que dentre os avanços importantes trazidos pela Lei nº 9.985, destaca-se a previsão de necessário envolvimento das populações tradicionais no processo de criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Nesse sentido, Sachs (1986, p. 29) já sinalizava que “toda sociedade possui um estilo próprio de desenvolvimento, na maioria das vezes implícito e não declarado”, e que é necessário preservar o patrimônio “tecnológico” tradicional dessas sociedades para a manutenção dos sistemas de sustentação da vida.

Diegues (1996, p. 96) também sinalizava o aumento da consciência sobre a importância da diversidade de culturas humanas para a “[...] constituição de sociedades pluralistas, democráticas, e, no final da contas, sustentáveis. Mais importante, ainda, está aumentando a consciência de que a diversidade ecológica deve caminhar *pari passu* com a diversidade cultural e que uma depende da outra”.

As percepções de Sachs (1986) e Diegues (1996) são observadas em parte pela Lei nº 9.985/2000 do SNUC, constituindo-se num avanço em direção à inclusão social e cidadania com relação à apropriação e degeneração cultural provocadas pela exclusão das populações locais do processo de implantação de áreas protegidas.

Outro aspecto de grande relevância que diz respeito diretamente a esta pesquisa é o incentivo à prática do ecoturismo, apontado como uma atividade de desenvolvimento adequada para as UC's e entorno, pelo potencial que tem em minimizar os conflitos entre a população local e as unidades de conservação, de gerar renda, de valorizar e de contribuir com a conservação da natureza e com cultura local.

3 ECOTURISMO

3.1 Evolução do turismo no contexto da racionalidade econômica

O surgimento, a sistematização e a evolução do turismo têm sido estudados por vários autores, dentre eles Andrade (1995), Barreto (1995), Ferrara (1999), Gomes (2000), Aoun (2001), Beni (2002), Molina (2003), através de abordagens filosóficas, religiosas, políticas, econômicas, sociológicas, geográficas e outras. Todavia, a sistematização da evolução do turismo apresentada por Molina (2003) qualifica a atividade turística tomando como marco o capitalismo, pois o classificou em cinco tipos, a saber: o pré-turismo, o turismo industrial primitivo, o turismo industrial maduro, o turismo pós-industrial e o pós-turismo, sintetizadas a seguir.

No **pré-turismo** (séculos XVII e XVIII) predominou o *Grand Tour*, que consistia nas viagens realizadas por filhos de famílias abastadas acompanhados por um tutor, podendo durar até cinco anos, objetivando melhorar a educação, estabelecer contatos diplomáticos e de negócios, nos centros mais importantes da Europa.

O **turismo industrial primitivo** iniciou-se no século XIX estendendo-se até a segunda guerra mundial. Caracterizou-se pelo surgimento dos primeiros hotéis urbanos, pelo desenvolvimento dos balneários no mar mediterrâneo e dos primeiros destinos para a América Latina, intensificados com a expansão dos transportes, a criação de escritórios governamentais de turismo e das primeiras agências de viagens, na Alemanha em 1863 e em Paris em 1878 e o pioneirismo de Thomas Cook, que organizou a primeira viagem com uma série de serviços incluídos em um único preço (pacote turístico).

O **turismo industrial maduro** teve um grande desenvolvimento após a segunda guerra, passando de 25 milhões de turistas internacionais em 1950 a mais de 600 milhões em 1990, ocorrendo também uma grande expansão no turismo interno, que alcançou a marca de 5 bilhões de pessoas viajando dentro do seu país em 1990, tendo no turismo de sol e praia a locomotiva de expansão da atividade, consolidando-se como um fenômeno de deslocamento em massa passando a chamado de indústria, por incorporar, “[...] um conjunto de empresas de diversos itens que se guiam por um código conceitual e operacional em que predominam os princípios de uniformização, de centralização e de maximização” (MOLINA, 2003, p. 24-25)

Molina (2003, p. 25) assinala também que “a indústria turística contribui para a colonização de diversos territórios e sociedades, ampliando significativamente as fronteiras do planeta”, e que o “[...] turismo industrial se baseia nas possibilidades do capital financeiro”, relegando para um segundo plano, [...] o capital humano, as idéias, a visão do futuro [...], que se recuperam nas fases posteriores, chegando a ocupar posição privilegiada [...]”, transcendendo as argumentações estritamente de interesse econômico.

O **turismo pós-industrial** iniciou-se na década de 1980, para atender aos novos requisitos de competitividade do mercado, em síntese, a diferenciação dos produtos e serviços, a desmassificação e a segmentação dos mercados turísticos, a personalização dos serviços, a hospitalidade, a descentralização das decisões nos níveis privado e estatal e ainda ao ecologismo que se desdobrou na conceituação do desenvolvimento sustentável.

O turismo pós-industrial estrutura-se a partir dos movimentos sociais e culturais, nos quais a tecnologia tem cada vez mais um papel fundamental sobre o comportamento da demanda, o desempenho empresarial, a atuação do setor público, o papel das comunidades locais e a estrutura dos serviços e produtos (MOLINA, 2003).

O **pós-turismo** constitui para Molina (2003) um novo paradigma, uma categoria histórica emergente, tendo por base os fenômenos sociais e culturais dos anos de 1990 - a implosão do comunismo, o avanço da globalização e do neoliberalismo dentre outros -, e a informação, que é utilizada como recurso estratégico para se saber mais sobre o mercado e seus agentes, para se gerar produtos competitivos.

Igualmente a quase todas as outras formas de turismo, o pós-turismo nasce nos países do primeiro mundo, comandado atualmente por multinacionais do turismo e lazer, podendo se deslocar, se impor e se universalizar em todo o planeta através das forças de mercado, levando a intensificação da exclusão sócio-cultural, pois, deve-se “[...] reconhecer que o pós-turismo, como todo processo de mudança, produzirá desigualdades econômicas, sociais, tecnológicas e produtivas, [...] não só entre os países desenvolvidos e os do chamado terceiro mundo, mas também entre as regiões e níveis sociais de um mesmo país” (MOLINA, 2003, p. 55-57).

Entretanto, “se a reverência para o desenvolvimento é o tipo de sociedade do primeiro mundo, ter-se-á que se realizar um esforço extraordinário para importar as idéias do pós-turismo e suas tecnologias, da mesma forma que os enormes recursos de investimento requeridos” (MOLINA, 2003, p. 55). Esse autor apresenta como a ‘menina dos olhos’ do pós-

turismo os parques temáticos, incluindo-se os *resorts* e qualquer mega estrutura turística que caracteriza a produção do não-lugar. O quadro 3.3 apresenta uma síntese das mudanças nas práticas turísticas.

Quadro 3.3 - Características do turismo pós-industrial x o pós-turismo

Turismo pós-industrial	Pós-turismo
Deslocamento temporal ao longo do território, mobilidade geográfica com estadia (ao menos um pernoite) em um lugar diferente do que se reside habitualmente.	Deslocamento desnecessário do local de residência. É factível fazer pós-turismo na cidade onde se vive, em hotéis dentro das mega-atrações, ou nos mega <i>resorts</i> . Estes podem ainda compreender espaços para turismo aventura ou para a recreação em ambientes sociais de séculos passados.
Propósito de conhecer pessoas de outras sociedades, regiões, países, costumes, realizar atividades sem ter fins lucrativos, apreciar a gastronomia e outras manifestações da sociedade-cultura que se visita.	Nenhum contato com indivíduos das comunidades. Turistas procedentes de outras cidades, e se isolam em um superatrativo, e não estão interessados na aprendizagem da cultura local, mas sim na ação que pode implicar uma aventura de risco controlado pela alta tecnologia.
Desfrutar os cenários naturais, nos quais pode-se desempenhar uma grande diversidade de atividades.	Contato com cenários naturais readaptados pela replicação de tecnologias. Construção de ambientes em sistemas fechados ou semi fechados.
Os recursos existentes determinam o turismo que se desenvolve: ecoturismo, turismo cultural, turismo cinegético, turismo aventura, turismo religioso dentre outros.	O pós-turismo não está determinado pelos recursos naturais nem culturais disponíveis na região. Os produtos turísticos não utilizam os atrativos naturais e não integram os elementos da cultura local.
Passa a dar ênfase aos processos participativos no planejamento e gestão. Desenvolvimento do turismo com base local, do cooperativismo, atenção às necessidades endógenas culturais e ecológicas do lugar, valorização e priorização da mão-de-obra local.	Planejamento e gestão para atender os interesses do mercado turístico. Deslocamento (não confundir com eliminação) de mão-de-obra local causado pela incorporação de processos automatizados de alta tecnologia. O desafio das comunidades locais é se apropriar de parte dos benefícios gerados pelas empresas pós-turísticas.
Subordinado aos ciclos da natureza, dependendo destes, o conceito de alta e baixa temporada.	Quebra essa subordinação através da tecnologia, ao criar destinos turísticos semi fechados ou totalmente isolados, que podem ser freqüentados durante todo o ano.

Fonte: Adaptação de Molina (2003)

Finalizando, Molina (2003, p. 27), assinala que, “[...] sem dúvida, resultaria completamente inútil qualquer espera pelo desaparecimento dos chamados turismos industriais. [...] Para cada um deles existem mercados demandantes e capacidades empresariais para aproveitá-los, embora os custos e benefícios sociais e privados de cada um possam mostrar resultados muitos diferentes”. O referido autor ressalta que o pós-turismo representa uma oportunidade para aprender uma nova cultura: a tecnológica.

Entretanto, conforme já foi abordado no referencial teórico sobre o uso do turismo como instrumento de homogeneização cultural e neocolonialismo subordinado ao “sistema integral de dominação moderna” (THIELEN, 2001, P. 22), entendemos que o pós-turismo é uma continuidade do referido sistema, em que prevalece a dimensão da racionalidade econômica. É necessário analisar também as dimensões sócio-culturais e ecológicas, para uma melhor reflexão sobre a emergência do ecoturismo, a seguir.

3.2 Das antigas viagens à viagem ecoturística no contexto sócio-cultural e ecológico

A idade moderna teve nas viagens do descobrimento realizadas nos séculos XV, XVI e XVII um marco revolucionar na civilização ocidental, re-significando as relações intra-sociais e entre esta e a natureza.

Entretanto, as antigas viagens não podem ser consideradas viagens turísticas. Dentre outros aspectos, a experiência do deslocamento rápido surge como signo da diferença entre espaços e tempos, distinguindo as antigas viagens e a viagem turística atual pela dualidade distante / estranho em oposição ao próximo / familiar (GOMES, 2000 e FERRARA, 1999).

De acordo com esses autores, até o século XIX as viagens eram motivadas pela busca do desconhecido, do estranho, do inusitado, onde as paisagens que se descortinavam eram traduzidas pela visibilidade construída no imaginário dos viajantes, demarcadas por três olhares: o colonizante - o olhar que descobre, tem a viagem como uma missão, vê, quantifica e volta; o conquistador - o viajante que não voltará, o imigrante com o olhar de dominação; e o olhar romântico que viajava em busca do próprio eu, que se autodescobria no confronto com o “outro”. Dessa forma, os viajantes participavam de uma mesma “viagem”, em síntese, a busca da visibilidade do estranho como dimensão a descobrir.

Diferentemente das antigas viagens, o turismo formou-se através do uso do “tempo livre” incorporado às obrigações sociais. A invenção do “tempo livre” inseriu a ociosidade como preocupação social do cotidiano, organizando-o diferentemente. Como fenômeno cultural moderno, supõe o deslocamento espacial no tempo considerado “livre”, adequado à fuga do hábito e da rotina pela apropriação mercadológica (FERRARA, 1999, p. 20-22).

O turismo tornou-se um instrumento de grande valia e de “mais valia” para a expansão do capital, para a continuidade do processo civilizatório hegemônico, forjando no cotidiano da

sociedade urbano-industrial moderna a viagem turística como uma necessidade básica e obrigatória, especialmente após os anos de 1950, caracterizando-se pela exploração exaustiva de recursos naturais, culturais e históricos, da forma mais lucrativa possível (FENNEL, 2002).

Com a complexificação e a segmentação cada vez maior da sociedade pós-industrial, o turismo tem se expressado em diversas tipologias para atender à diversidade de demandas por lazer, atividades artísticas, esportivas, a busca da qualidade da vida material (consumismo), que compõem um conjunto de elementos introjetados na psique do cidadão moderno como caminho para a felicidade, para a liberdade, através da valorização e supremacia do indivíduo.

Nesse contexto, o turismo é o complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos, atividades culturais, visitas, lazer, entretenimento, dentre outros (ANDRADE, 1995).

Com relação à ocupação dos espaços, os interesses mercadológicos estimulam a crença de que o turismo é a salvação econômica de regiões e até países, cooptando governos e alguns cidadãos da comunidade como agentes de desenvolvimento do turismo, cujos antecedentes demonstram pouco ou nenhum interesse com as questões ambientais e as necessidades locais. Ao contrário, esses agentes, em sua maioria, têm um currículo considerável de exploração predatória sócio-cultural e ecológica.

Durante o processo de apropriação e uso dos espaços turísticos, grande parte da população local é desviada das atividades econômicas tradicionais de subsistência, seduzidas pela possibilidade, pela magia do enriquecimento rápido, alardeada pelos agentes econômicos do turismo, desenvolvendo na região a “monocultura” do turismo. Dessa forma a atividade turística:

[...] tem acarretado a perda de cultura dos povos residentes, que tendem a absorver valores e costumes impostos pelos habitantes do mundo desenvolvido. Cria-se, assim, um padrão cultural mundializado – os costumes passam a ser iguais e monótonos; da mesma maneira, reproduzem-se festejos dentro de uma concepção homogênea de lazer e recreio. O acréscimo de carga humana compromete a paisagem formada por atrativos cênicos, e a descaracterização da diversidade natural e cultural (SEABRA, 2001, p. 15).

Diante disso, vem acontecendo com vários núcleos turísticos no mundo, em maior ou menor grau, o mesmo que tem ocorrido com qualquer produto da sociedade de consumo (RODRIGUES, 2001): “[...] Quando um produto deixa de ser comprado, os fabricantes o descartam e o substituem por outro. Só que, no caso do turismo, o “produto” são populações

inteiras, que, quando os turistas já não quiserem como objeto de consumo, não poderão ser jogadas no lixo. O que será feito então?” (BARRETTO, 2002, p. 30).

Nesse sentido, Rodrigues (2001, p. 82) assinala que predomina na cultura moderna o homem materialista, egoísta, narcisista, consumista, competitivo, superficial e alienado, “[...] produto da sociedade de consumo de massa que se caracteriza por ser caótica, efêmera, fragmentária, descontínua, transitória, fugaz, lúdica, espetacular e simulada [...]”, quase sempre incapaz de realizar quaisquer questionamentos a algo que não diz respeito aos seus interesses egoísticos e egocêntricos, menos ainda sobre as questões sócio-culturais e ecológicas. “O turismo alimenta quase todas essas características”.

Santos (1997, p. 261-262) assinala que “a cultura de massa, denominada de *cultura* por ser hegemônica [...] é indiferente à ecologia social. Ela responde afirmativamente à vontade de uniformização e indiferenciação, [...] e se alimenta das coisas”. As classes médias, por disporem de recursos para a aquisição das coisas que transmitem e asseguram a cultura de consumo de massa, deixam-se absorver por ela, “[...] e dela tiram argumento para racionalizar sua existência empobrecida”.

Por outro lado, percebe-se cada vez mais a valorização da diversidade cultural. Santos (1997, p. 261-262), “[...] denomina de cultura profunda, a cultura popular que se nutre dos homens [...], que tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e o seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar. [...] Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e o seu meio [...]”.

3.2.1 Conceitos e princípios éticos do ecoturismo

No contexto, da emergência dos movimentos sociais de contestação, nos anos de 1960 e 1970, surgiu um novo grupo de turistas, inicialmente chamados de turistas alternativos, que dentre outras coisas, buscou conhecimento e experiência junto à natureza e junto a outras culturas. Em síntese, abarcou o grupo dos insatisfeitos com o turismo de massa. Sob essa nova modalidade de turistas, Krippendorf (1989, p. 77) assinala que:

(...) o imperativo essencial dos turistas alternativos é o de se dissociar do turismo de massa. Agir diferente de outras pessoas, ficar fora das veredas batidas pelo turismo. Se possível, ir a lugares inexplorados até então. Ou fazer algo fora do comum, onde se viva uma aventura fora da civilização. Querem ter mais contatos com os nativos,

renunciar à maioria das infra-estruturas, alojar-se de acordo com os hábitos locais e utilizar os meios de transporte públicos do país. Procuram se informar antes e durante a viagem, que empreendem sozinhos ou em pequenos grupos.

Esse novo “conceito” de viagem foi recebendo várias designações: turismo de natureza, turismo suave, turismo responsável, turismo participativo, turismo rural, turismo ecológico, turismo de aventura (LINDENBERG e HAWKINS, 1999), inclusive a designação atualmente mais difundida e que será adotada neste trabalho, o ecoturismo.

Demonstrando uma mudança de comportamento do turista em geral, em favor da natureza e da cultura, uma pesquisa realizada para identificar o perfil do turista americano na Europa teve como resultados: “em 1990 tais turistas tinham como prioridade: 73 % ver as belezas naturais; 88% compreender a cultura; 72 % perceber novas perspectivas de vida; 57% visitar um novo lugar”. Comparando-se com dados de 1980: 60% ver as belezas naturais; 48% compreender a cultura; 44% conhecer um novo lugar; 88% tinham como prioridade gastar dinheiro” (BARRETO, 2002, p. 21).

Outro estudo realizado pela revista *Travel & Leisure* ratifica essa tendência. Foram entrevistados 801 turistas, com mais de 18 anos, de diversos ramos de atividades, que viajaram no último ano nos Estados Unidos, Canadá e México ou outro destino, revelou que:

O turista dos anos 90 é mais voltado para si mesmo, intensamente apaixonado por viagens e experiências novas. (...) dão ênfase à compreensão da cultura e da história de outros povos, preocupam-se com o meio ambiente e viajam para ter novas perspectivas e acrescentar aventura a suas vidas. (...) buscam, ainda, lugares que nunca visitaram antes, preferem a beleza natural, criam seus próprios itinerários e gostam de conhecer as pessoas desses locais. As compras, a vida noturna, os hotéis de luxo e os campos de golfe não são importantes para esse novo tipo de viajante (YENKEL *apud* RUSCHMANN, 1997, p. 148-149).

Para Ceballos-Lascurain (1999), os pioneiros do ecoturismo foram os viajantes naturalistas Humboldt, Darwin, Bates, Wallace dentre outros, enquanto Western (1999) discorre que os visitantes dos primeiros parques criados no século XIX podem ser considerados os precursores dos ecoturistas. Em ambos os casos encontram-se as raízes do ecoturismo, as viagens à natureza conservada.

Entretanto, a origem do ecoturismo como uma atividade sócio-econômica é bastante recente, com a emergência dos conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável nos anos de 1970 e 1980 e dos movimentos ambientalistas e ecologistas surgidos desde então e, após a Rio-92 é cunhado como tipologia do turismo e incorporado à atividade como instrumento de desenvolvimento local com conservação.

Ao trabalhar no desenvolvimento de estratégias para a proteção de áreas florestais utilizadas pelo turismo em Chiapas, no México, nos anos de 1980, Ceballos-Lascurain percebeu que o turismo poderia ser capaz de auxiliar a conservação da natureza, ficando com o mérito de ter desenvolvido o primeiro conceito de ecoturismo:

[...] consiste em viajar para áreas naturais não degradadas ou não poluídas, com o objetivo específico de estudar, admirar e fruir a paisagem, suas plantas e animais, tanto quanto manifestações culturais (do passado e do presente) encontradas nessas áreas. Nesses termos, o turismo orientado para a natureza implica em colocações científica, estética ou filosófica. O ponto principal é que a pessoa que pratica ecoturismo tem a oportunidade de mergulhar na natureza de uma maneira não possível no meio ambiente urbano (DIAS, 2003, p. 109).

Mesmo assim, essa definição apresenta conteúdos relacionados à contemplação, passividade, a pouca responsabilidade com a natureza e com a cultura local. Porém, o conceito de ecoturismo evoluiu em favor das questões sócio-culturais e ecológicas, passando a incorporar conotações ecológicas e de ética ambiental.

Nesse sentido, Wallace Pierce (1996), sinaliza para as possibilidades e perspectivas de uma nova percepção inclusiva na relação homem-natureza, com a seguinte definição:

[...] viagem a áreas naturais relativamente intocadas, para o estudo, o divertimento, ou a assistência voluntária. É a viagem em que há preocupação com a flora, a fauna, a geologia e os ecossistemas de uma área, assim como com as pessoas (guardiães) que vivem nas vizinhanças, suas necessidades, sua cultura, seu relacionamento com a terra. O ecoturismo encara as áreas naturais como a “casa de todos nós” num sentido global (“eco” significa “casa”), mas também especificamente a “casa dos habitantes das vizinhanças”. Ele é visto como uma ferramenta para a conservação e o desenvolvimento sustentável – especificamente nas áreas onde a população local é solicitada a abrir mão do uso predatório dos recursos naturais em favor de outros tipos de uso (*apud* FENNEL, 2002, p. 49).

Outros autores conceituaram o ecoturismo com uma percepção semelhante a Wallace Pierce, como Western (1999, p. 18), segundo o qual “ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética”. Para o “*The Ecotourism Society* ecoturismo é uma viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local” (WESTERN, 1999, p. 17).

Mas, efetivamente, o que é o ecoturismo?

- É um modismo? O jeito de viajar agora é de mochila, através de uma trilha, sentindo a natureza de perto, praticando aventuras e esportes radicais, quase sempre com todos os luxos domésticos e apetrechos tecnológicos incluídos?
- Será um instrumento para a prática da educação ambiental, ou seja, um processo de ensino no qual os indivíduos adquirem conhecimento para se tornarem capazes de buscar soluções para os problemas ambientais presentes e futuros, em síntese conservar a natureza para o uso humano, no contexto da ecologia rasa?
- É um instrumento de interpretação ambiental, capaz de induzir reflexões e mudanças de atitude na relação do homem com o próprio homem através da valorização e do respeito à diversidade de culturas, e na relação do homem com a natureza através do reconhecimento do valor intrínseco de todos os seres vivos e não vivos, no contexto da ecologia profunda, sendo, assim, uma ponte de re-ligação do homem à natureza, à espiritualidade, ao cosmos?
- É um subconjunto de atividades turísticas baseadas na natureza, um novo nicho de mercado, cujas estimativas de crescimento, entre 10 a 30%, são bem superiores aos outros segmentos do turismo, que, através de uma eficiente prática de marketing da indústria turística, “embala a natureza” para indivíduos urbanos abastados, convidando-os a viver em um mundo romântico, o reencontro do paraíso perdido (WEARING e NEIL, 2000)?
- O ecoturismo é um novo instrumento de políticas governamentais para conciliar desenvolvimento com preservação com ênfase nas unidades de conservação, a exemplo das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo no Brasil e das Diretrizes para uma Política de Ecoturismo do Estado de São Paulo?
- O ecoturismo é um instrumento de desenvolvimento com base local, ou seja, a partir das necessidades endógenas sócio-culturais e ecológicas, promovido a partir do envolvimento da comunidade local?

Exemplo 1: Projeto turístico promovido pela Fundação Paria, de caráter privado, que envolvem a parceria entre sete municípios do Estado de Sucre, na Venezuela, região marginalizada do desenvolvimento do país, produtora de cacau, pesca artesanal e agricultura, que perceberam o turismo de natureza como atividade complementar, capaz de gerar benefícios para as comunidades locais. O projeto está delineado pelos seguintes programas básicos:

[...] 1. Apoio à economia popular (microempresas), que compreende ações como a reabilitação de fazendas, a implantação de escritórios de contabilidade, a alfabetização e a produção de artesanato; 2. Afirmção cultural, com a finalidade de preparar as pessoas para enfrentar a modernização, compreende o resgate de manifestações culturais, a criação de centros populares do saber, a promoção da arquitetura nacional e a pesquisa histórica; 3. Capacitação que abrange o desenvolvimento de habilidades para ações de cidadania. Esse projeto é empreendido com a certeza de que todos precisam aprender, ponderar e atuar. O projeto não conta com o financiamento externo e estimula a auto-estiam local ao provar às pessoas que elas podem fazer coisas por si próprias (MOLINA, 2003, p. 26-27).

Exemplo 2: Uma ação coletiva para o desenvolvimento turístico em uma localidade da Estônia, apresentada pela WWF, em reunião ocorrida em 1997 em São Paulo. Foi definida a delimitação do raio de influência da atividade turística, através do cruzamento das necessidades de cada família da região. Os moradores envolvidos com o turismo negociaram áreas exclusivas de operação, resultando no zoneamento do receptivo, evitando concentrar a atividade turística em poucas propriedades que pudessem abrigar a maior parte de atrativos, ou serviços, ou de equipamentos turísticos (DALE, 2002).

Dessa forma, diante da diversidade de interpretação, de usos e práticas adotadas no ecoturismo, que variam de acordo com os interesses dos envolvidos nessa atividade (ambientalistas, governos, operadores de turismo, donos do capital, comunidade local e ecoturistas), concordamos com Kinker (2002, p. 22) que aponta para a necessidade de um componente normativo, ou seja, um conjunto de princípios ou código de ética para nortear as práticas do ecoturismo.

Esses princípios, expostos no quadro 3.4 resultariam nas bases para um compromisso dos envolvidos no ecoturismo, visando minimizar os impactos sócio-culturais negativos e maximizar os positivos, através da conservação da área e do envolvimento da comunidade.

Quadro 3.4 – Princípios éticos do ecoturismo

- **O atrativo principal é a natureza:**
 - Quanto mais qualidade tiver a área natural visitada, ou seja, quanto mais conservada, maior será o seu diferencial no mercado.
 - O aspecto cultural complementa a visita.
- **Produz mínimo impacto no meio ambiente natural e cultural:**
 - Não degrada o recurso. Concentra-se em valores intrínsecos (facilidades e serviços servem para facilitar o acesso ao recurso, mas não são atrativos por si só e não podem degradar ou descaracterizar o ambiente).
 - Depois de implantado, não pode ameaçar os programas de conservação das áreas protegidas, gerando uma pressão interna ainda maior do que a pressão externa em geral exercida sobre essas unidades.
- **Em relação à infra-estrutura:**
 - Utiliza arquitetura ambiental e culturalmente adequada.
 - dá preferência ao uso de materiais reciclado / recicláveis e regionais da região.
 - Utiliza fontes de energia renováveis. Preocupa-se com a destinação do lixo e esgoto.
- **Em relação à operação:**
 - Utiliza análise de capacidade de carga e metodologia de planejamento e monitoramento da visitação, como o Limite Aceitável de Mudança (LAC), ou o monitoramento do Impacto da Visitação (VIM), no gerenciamento da atividade.
 - Controla / ajusta o número de turistas e / ou seu comportamento no ambiente visado, mesmo que intuitivamente (no caso de não ser possível utilizar o monitoramento para o controle do impacto do visitante em ambientes naturais).
 - Monitora constantemente / periodicamente o ambiente para adequação das variáveis.
 - Ordena o comportamento e / ou educa os turistas.
- **Desperta e sensibiliza o turista e a comunidade local, a fim de formar uma consciência ambientalista:**
 - Promove e incentiva uma nova ética e um novo comportamento do turista em relação ao ambiente visado.
 - Possibilita ao turista a vivência em áreas naturais conservadas / preservadas e conduz a visita, com o objetivo de criar gradativamente uma consciência ambientalista, por meio da interpretação do ambiente.
 - Leva a comunidade receptora a valorizar seu local de moradia, a natureza que a cerca e sua própria cultura.
- **Promove benefícios diretos e indiretos para a conservação das áreas visitadas:**
 - Contribui financeiramente para a proteção / conservação do meio ambiente e manutenção e melhoria da infra-estrutura disponível, por meio de arrecadação de fundos, taxas de ingresso, taxas ambientais etc.
- **Promove benefícios econômicos e o fortalecimento das comunidades locais:**
 - Deve ser a base para o turismo desenvolvido pela comunidade local.
 - Gera uma fonte alternativa de renda e outros benefícios materiais para as comunidades locais – dá suporte para o desenvolvimento econômico.
 - Promove o consumo de bens de serviço de guia / empresários / proprietários locais.
 - Incentiva a criação de cooperativas e novos empreendimentos locais.
- **Promove / estimula o respeito pelas comunidades locais:**
 - Orienta o turista com informações que valorizam o local visitado (ecoturistas aceitam o ambiente como ele é e não esperam que seja modificado para sua conveniência).
 - Promove o respeito à cultura local, orientando o turista sobre costumes crenças e normas sociais locais.
 - Não se impõe em uma comunidade sem que seja convidado ou aceito por ela.

Entretanto, Kinker (2002, p. 24) prevê que dificilmente todos os itens de um produto ecoturístico (hospedagem, alimentação, transporte, atrativos, guias, dentre outros) venham a cumprir em sua totalidade esses princípios. Porém eles auxiliam a “[...] separar o joio do trigo [...]”, ou seja, dificultar e denunciar a apropriação do termo ecoturismo por quaisquer atividades de turismo, apenas por “[...] motivos de divulgação e estratégia de *marketing*” com objetivos de maximização do lucro e outros.

É importante salientar que, após a Rio-92, tanto quanto o termo desenvolvimento sustentável já referenciado anteriormente, o prefixo “eco” – ecoturismo, turismo ecológico dentre outros - foi também apropriado pelo mercado e incorporado ao discurso retórico da maioria dos governos, sendo muitas vezes usado de forma anti-ética como elemento de marketing, enfim, como cosmético para maquiagem e legitimar quaisquer atividades turísticas.

Como exemplo dessa apropriação indevida do termo ecoturismo, Chossudovsky (1999, p. 118-119) denuncia, dentre outros, a intenção de se transformar um vasto território em um parque nacional, em Moçambique, onde seria construído um complexo turístico para a prática do ecoturismo. As comunidades locais seriam forçadas a se retirem da área.

Um outro exemplo verificado *in loco* pelo autor deste trabalho, diz respeito à comunidade remanescente indígena do Parque Nacional de Ubajara que à época de sua criação (década de 1960) foi deslocada para uma área sem nenhuma infra-estrutura, não recebendo apoio dos poderes públicos municipal, estadual e federal e nunca receberam benefícios relativos às visitas no referido Parque. Apenas recentemente (2001), uma funcionária do IBAMA, iniciou contatos com a comunidade buscando uma integração maior.

A despeito das divergências e dificuldades práticas, o ecoturismo, vem sendo apontado a partir dos anos de 1980 como uma das atividades sócio-econômicas mais adequadas para as áreas protegidas, pelas possibilidades de conciliar desenvolvimento com conservação da natureza e envolvimento das populações locais, podendo, se bem planejado e gerido, minimizar os conflitos e insatisfação entre a população local e a gestão dessas áreas.

3.2.2 Ecoturismo, conservação da natureza e desenvolvimento sustentável

Como já mostrado, o ecoturismo vem assumindo vários significados, desde um instrumento de desenvolvimento até o reencontro com a natureza através de vivências

estéticas e espirituais, do contato com um mundo simples, do experienciar de novas relações através do contato turista / nativo, sendo assim considerado um indutor de uma nova ética ambiental e cultural, necessária à proteção da natureza no contexto do ecodesenvolvimento.

O ecoturismo foi bem aceito tanto pelo setor econômico, motor da “indústria do turismo”, sendo incorporado à tipologia do turismo após a Rio-92, quanto pelas organizações não governamentais ambientalistas, por internalizar na atividade turística o ideário da ética conservacionista associado à ecologia, como por exemplo, o uso sustentável de áreas protegidas e do seu entorno, a educação ambiental dos turistas e da comunidade local, auxílio na administração e na sustentação econômica dessas áreas dentre outros (BOO, 1999).

Na busca emergencial de alternativas de desenvolvimento com potencial de internalizar a conservação da natureza, especialmente para os países do terceiro mundo possuidores de florestas tropicais e de grande diversidade de ecossistemas, o ecoturismo passou a fazer parte dos programas de governo de muitos desses países, como alternativa ao desenvolvimento tradicional baseado na extração predatória de recursos florestais e minerais (WEARING e NEIL, 2000).

Com o crescente interesse da população pelas questões sócio-ambientais nas últimas décadas, além do *stress* acentuado da vida cotidiana nas grandes cidades, as pessoas têm procurado cada vez mais a visitação às áreas naturais, protegidas ou não, em todo o mundo, “[...] e estão encarando essa experiência como uma forma de conhecer e apreciar o meio ambiente natural” (BOO, 1999, p. 34).

Já na década de 1980, foi identificado o interesse crescente por visitas a áreas naturais protegidas. De acordo com uma pesquisa realizada em 1988 sobre o ecoturismo na América Latina (México, Belize, Costa Rica, República Dominicana e Equador), foi identificado que 58% dos turistas consultados citavam o nome de uma área protegida que haviam visitado. Desse grupo, 28% visitaram dois parques e 13% visitaram três parques, comprovando que independentemente dos motivos que o levaram a visitar o país, elevado número de turistas freqüentava os parques e áreas protegidas, atestando a indissociável afinidade entre essas unidades de conservação e o ecoturismo (EMBRATUR/IBAMA, 1994).

Os referidos países têm uma experiência significativa na exploração do ecoturismo em áreas protegidas, apresentando em muitos deles resultados positivos para a comunidade local.

Como exemplo, na comunidade do entorno do Parque Nacional de Tortugo na Costa Rica, 70% das pessoas envolvidas com a atividade turística pertencem à comunidade local.

Nesse sentido, “[...] embora o turismo em muitos parques de países da América Latina não seja significativo para a economia nacional, em nível local sua importância é amplamente reconhecida como gerador de benefícios sociais para as comunidades do entorno” (FAO/PNUMA, *apud* KINKER, 2002, p. 87).

Discorrendo sobre experiências desenvolvidas em parques nacionais de países da América Latina, África e Ásia, Kinker (2002, p. 87-105) conclui que “[...] não é possível conservar e proteger os recursos naturais, especialmente nos países em desenvolvimento [...]” excluindo do planejamento, as necessidades de subsistência humana das comunidades locais:

[...] com uma perspectiva de longo prazo, deve-se encorajar a população local a participar, fazendo com que ela seja dirigente do seu próprio destino, mas esclarecendo-a e fornecendo ferramentas para que possa expressar seus sentimentos e problemas em fóruns abertos, suprimindo suas deficiências técnicas com programas de capacitação, apresentando novas tecnologias para o manejo sustentável dos recursos. O principal motivo da ênfase da população local do desenvolvimento do ecoturismo em áreas protegidas é estruturá-lo para que atinja as necessidades da comunidade, aliviando [...] a pressão antrópica que ameaça essas áreas (KINKER, 2002, p. 105).

Assim, o ecoturismo, sendo utilizado através dos seus princípios, consoantes à legislação ambiental pertinente e às políticas de ecoturismo envolvendo efetivamente a população local de forma horizontalizada, torna-se um instrumento com potencial de reduzir significativamente os impactos nessas áreas.

3.2.3 Impactos negativos do ecoturismo

Como qualquer atividade econômica o ecoturismo pode gerar impactos negativos significativos, mesmo em áreas protegidas e seu entorno, dependendo fundamentalmente da maneira como seu planejamento, implantação, gestão e monitoramento foram sistematizados e efetivados. De uma maneira geral, os impactos negativos advindos com a prática do ecoturismo são:

- Incremento do consumo de recursos naturais podendo levar ao seu esgotamento;
- Estímulo ao consumo de *souvenires* produzidos a partir de elementos naturais escassos;
- Transformação negativa da paisagem pela implantação de construções e infra-estrutura;

- Pisoteamento, compactação, erosão e abertura de atalhos em trilhas;
- Depredação da infra-estrutura e de atrativos e elementos naturais;
- Aumento da produção e / ou descarte inadequado do lixo, resíduos sólidos e efluentes líquidos;
- Alteração de ecossistemas naturais devido a introdução de espécies exóticas de animais e plantas;
- Aumento do risco de incêndios na vegetação da região;
- Stress e migração da fauna para outras áreas em razão da presença humana, provocados pelo barulho, cheiro e cores estranhos ao ambiente;
- Descaracterização de valores tradicionais em consequência da influência cultural dos visitantes;
- Aumento do custo de vida, supervalorização dos bens imobiliários e conseqüente perda da propriedade de terras, habitações e meios de produção por parte das populações locais;
- Geração de fluxos migratórios para áreas de concentração turística tendo como conseqüências adensamentos urbanos não planejados e favelização; dentre outros.

Contudo a qualidade da paisagem e a valorização e o respeito ao lugar são premissas fundamentais no arcabouço conceitual e para as práticas do ecoturismo.

3.2.4 A paisagem e o lugar no ecoturismo

Como se viu, o ecoturismo como uma “viagem” de retorno à natureza e/ou com um novo olhar em que se busca a interpretação e a interação com a paisagem, a valorização da diversidade de culturas e como um novo estilo de desenvolvimento vem se afirmando como um contraponto ao processo de degradação da paisagem e do lugar.

Segundo Pires (1996) e Beni (2002), a paisagem é uma categoria de percepção do ambiente criada pelo homem, que pode ser entendida como sendo tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança. Ela pode ser definida como o domínio do visível, ou seja, aquilo que a vista abarca.

A paisagem é um conjunto heterogêneo de elementos, formas e volumes, podendo ser classificada como paisagens naturais, aquelas que não foram modificadas pelo homem e

paisagens culturais, que são aquelas modificadas pela presença e pela ação do homem, tais como áreas cultivadas, barragens, construções, cidades e outras (PIRES, 1996 e BENI, 2002).

O homem mantém contato com a paisagem através da percepção sensorial, classificada em dez modalidades: a visão; a audição; a pressão; o tato; a temperatura; a sinestesia (o sentido muscular); a dor; o paladar; o olfato e o sentido químico comum. “A paisagem contém todos os tipos de energia necessários para estimular as dez modalidades sensoriais [...], que se combinam na percepção. [...] A visão é a mais complexa e a mais importante” (BENI, 2002, p. 394).

As energias da paisagem necessárias para estimular a percepção sensorial do homem expressam-se nas categorias forma, odor, cor, luz, textura, som, temperatura e atmosfera dos elementos naturais e artificiais (PIRES, 1996 e BOULLÓN, 2002).

A paisagem exprime a realidade de determinado lugar, elaborada por um observador, podendo adquirir expressões plástica, estética, poética, ética, espiritual e / ou quantitativa através de uma leitura concreta, objetiva e analítica (científica) dos elementos que a compõem, ou através de uma leitura interpretativa subjetiva, motivada por fatores culturais, sentimentais, emotivos, afetivos, sensitivos, espirituais, o estado psicológico do indivíduo naquele momento, dentre outros; ou de ambos os casos conjuntamente (PIRES, 1996 e BOULLÓN, 2002).

Enquanto a leitura objetiva da paisagem analisa e descreve os seus elementos, as imagens mentais formadas ao se contemplar subjetivamente uma paisagem é uma experiência única, pessoal e exclusiva do observador, que não será a mesma em outro momento. Quando o observador se vai, leva consigo a paisagem, no sentido de que esta é apenas uma idéia da realidade elaborada por ele ao interpretar aquilo viu, permanecendo o espaço físico natural e / ou cultural (BOULLÓN, 2002).

Assim, entendemos e definimos a paisagem como sendo o instante fotográfico captado pelas lentes dos nossos olhos naquele momento especial, que, conforme a qualidade e a interação entre o observador e a paisagem, esta é registrada na nossa memória.

É a possibilidade de sensibilização, de estímulo a uma outra percepção, de provocar uma mudança de atitude na relação dos homens entre si e com o planeta, que torna a paisagem um instrumento, uma força de *religare*, um componente essencial do ecoturismo:

Mirar la naturaleza com ojos “estéticos” significa abrirse al placer de su belleza, libre del afán investigador exclusivamente científico, del trabajo agrícola, de consideraciones técnicas, de reflexiones militares, de ideas de comercialización turística. (...). El paisaje se convirtió en espacio “útil” de descanso y tiempo libre, la sociedad se apropió de él, lo reivindicó para sí; lo usa e consume. Se comercializa la belleza de la naturaleza; la belleza paisajística se transforma en mercadería. Urge entonces fortalecer las fuerzas que saben apreciar el paisaje estético por su valor intrínseco (MARTIN ROCK *apud* PELLEGRINI FILHO, 2001, p. 141).

Para Veras (1995), a abordagem da paisagem pode ocorrer de três maneiras: primeiro como um sistema determinado pela inter-relação de seus elementos concretos, naturais e / ou culturais. Segundo, entendendo-a como expressões metafóricas sensoriais e, terceiro, compreendendo-a como a inter-relação destas abordagens, ou seja, conceituá-la como um produto da interação do homem com o seu meio (urbano, regional, rural, natural).

Dessa forma, a paisagem apresenta como condições de existência o suporte físico-geográfico, onde é possível materializar as relações sociais construídas historicamente, manifestando a diversidade cultural expressa pelos elementos estético-sensoriais inerentes a cada grupo social (VERAS, 1995).

Já o lugar é a teia de relações humanas com a natureza de determinado grupo social no plano do vivido, que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e pela cultura, produzindo o sentimento de identidade e de pertencimento, “[...] posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele [...]” (CARLOS, 1996, p. 29).

No lugar, para Veras (1995, p. 119-127), “percebe-se nitidamente o conjunto de características que lhe impõem específica caracterização e importância simbólica resultante de sua própria relação com a paisagem, num permanente processo de troca, [...] definido por uma determinada sociedade que tem seus valores, cultura e história próprios”, onde a complexidade apresenta-se como um desafio, pela necessidade de se inter-relacionar as dimensões sociais, culturais e ambientais.

Assim, as experiências simbólicas têm a faculdade de interagir o natural e o cultural, o sonho e a realidade, consciente e inconsciente. “É aí que a paisagem, por possibilitar estas leituras relacionais, pode ser considerada uma metalinguagem para identificar o lugar. O lugar tem na paisagem uma das formas de expressar a vida que palpita, indicando um mundo de idéias, valores e significados” (VERAS, 1995, p. 132).

Ainda segundo a autora, o lugar, por assumir uma posição de apropriação consciente, permite uma interação entre espaço e o sujeito observador / interventor, que vai transformá-lo em algo que lhe pertence, ou algo de que se sinta fazendo parte. Quando se considera determinada paisagem um lugar, automaticamente se deixa de ser um simples observador (o “forasteiro viajante”) e passa-se a fazer parte do cenário apreciado:

na paisagem observo, no lugar leio a paisagem e interajo, penetro no cenário e sou mais um elemento a ser percebido por quem não sente este, como um seu lugar, e permanece distante ao observá-lo. O lugar é interação, troca e simbiose com o sujeito observador. O sentido de pertinência e posse possibilita se estabelecer um diálogo informal, numa dialógica com o universo apropriado (VERAS, 1995, p. 134).

Ao buscar estabelecer também um diálogo subjetivo com a paisagem e com o lugar através da interpretação ambiental, da estética, da poética, da interação, da vivência, do aprendizado e do respeito à cultura local, o ecoturismo pode contribuir para a valorização e a conservação da paisagem, fazendo com que os atores locais estimem sua cultura e sintam-se sujeitos do seu lugar, determinem seu próprio desenvolvimento, admirem e cuidem da sua paisagem, criando possibilidades ilimitadas para a reconstrução de uma nova ética ambiental e respeito à diversidade cultural, o ecodesenvolvimento.

Nesse sentido, o ecoturismo traz no seu conceito e nos seus princípios a (re) valorização da paisagem e do lugar, em oposição ao turismo tradicional. A prática do ecoturismo depende da paisagem conservada, além de ser um instrumento de educação e de interpretação ambiental, o grande diferencial que o destaca das práticas convencionais de turismo. Ao possibilitar a interação do (eco) turista com a natureza, estimula uma mudança de atitude na relação homem-natureza.

Sobre o lugar, o ecoturismo conceitualmente estimula o respeito e a valorização das culturas locais. Uma cultura autêntica é um componente fundamental do ecoturismo, nesse caso, autêntico deve ser lido como soberano, ou seja, as comunidades locais devem estar em posição de poder, e não em posição de subordinação, dispendo de autonomia sobre sua cultura, seus artefatos e rituais, sua própria direção, enquanto se relaciona com culturas que interagem com a sua, sem exploração, e decidem sobre as inovações e as mudanças a serem introduzidas no seu lugar (WEARING e NEIL, 2001, p. 126).

3.2.5 O ecoturismo no Brasil

Possuidor de grande diversidade de ecossistemas tropicais e subtropicais que compõem uma variedade de cenários paisagísticos, complementado pela diversidade de lugares com suas especificidades culturais, o Brasil apresenta-se com grande potencial para a prática do ecoturismo, atividade esta que já faz parte das políticas de desenvolvimento sustentável do Governo Federal.

Contudo, anterior à sua internalização como instrumento de Política de Governo através das Diretrizes para uma Política de Ecoturismo no Brasil (EMBRATUR/IBAMA, 1994), o ecoturismo começou a ser implementado no Brasil por ações isoladas da iniciativa privada nos anos de 1980, tendo como principais destinos o Pantanal Mato-grossense, a Amazônia e alguns parques nacionais (SEABRA, 2001).

Nesse período, de forma tímida, o Governo Federal teve a iniciativa de ordenar a atividade, com a criação da Comissão Técnica Nacional em 1987, constituída pelo IBAMA e pela EMBRATUR, para monitorar o Projeto de Turismo Ecológico, cujos resultados foram deficientes, pelo enfoque mercadológico e a falta de conhecimento técnico sobre o ecoturismo predominante no mercado turístico brasileiro (SEABRA, 2001).

Segundo Seabra (2001), o referido Projeto não gerou os benefícios sócio-econômicos e ecológicos desejados, comprometendo o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro interna e externamente, em um período em que a expressão desenvolvimento sustentável passava a integrar não só o discurso ambientalista, mas, também o discurso dos governos, em âmbito mundial.

Essas razões levaram o Governo Federal a criar um novo Grupo de Trabalho (GT) em 1994, integrado por representantes do Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo (MICT), do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA), da EMBRATUR e do IBAMA, para estudar e propor uma Política e um Programa Nacional de Ecoturismo (SEABRA, 2001).

Como resultado do GT, foi lançado o documento Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo que, em linhas gerais, teve seus fundamentos teóricos e conceituais embasados em pesquisas realizadas por diversos autores em trabalhos internacionais de países avançados na utilização do ecoturismo, dentre eles, os Estados Unidos, a Costa Rica, o

Equador, o Quênia, além do envolvimento dos segmentos da sociedade brasileira envolvidos direta e indiretamente com o turismo.

Esse documento apresentou como justificativas os benefícios sociais, econômicos e ambientais, principalmente para áreas mais pobres e remotas do Brasil, destacando-se a geração de empregos e renda, a indução à instalação de micros e pequenos negócios, a diversificação da economia regional, a fixação da população do interior, a melhoria das infra-estruturas de transporte, comunicações e saneamento das localidades com potencial ecoturístico, alternativa para financiar a proteção dos recursos naturais e culturais e a administração das áreas protegidas, minimizando os impactos negativos nas comunidades decorrentes da implantação dessas áreas.

Os objetivos básicos das Diretrizes são os seguintes:

- compatibilizar as atividades de ecoturismo com conservação de áreas naturais;
- fortalecer a cooperação inter-institucional;
- possibilitar a participação efetiva de todos os seguimentos do setor;
- promover e estimular a capacitação de recursos humanos para o ecoturismo;
- promover, incentivar e estimular a criação e melhoria da infra-estrutura para a atividade de ecoturismo;
- promover, incentivar e estimular a criação e melhoria da infra-estrutura para a atividade de ecoturismo como veículo de educação ambiental (EMBRATUR/IBAMA, 1994).

Adotadas a partir 1994, as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo apresentaram o conceito de ecoturismo como “Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, os patrimônios natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (EMBRATUR/IBAMA, 1994).

O conceito adotado pela (EMBRATUR/IBAMA, 1994) é considerado um dos mais completos, por incluir também a experiência educacional interpretativa e a busca da sensibilização ambiental do turista, sendo, assim, adotado neste trabalho, complementando os quatro pilares de sustentabilidade teórico-conceitual dessa pesquisa juntamente com as dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento de Sachs (1999), os princípios ou código de ética do ecoturismo apresentados por Sônia Kinker (2002) e a Lei 9.985/2000 do Sistema Nacional de Unidade de Conservação.

PARTE II – MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa científica é fruto de um conjunto de procedimentos que fornece diretrizes e orientações sistemáticas objetivando a solução de problemas propostos, através da utilização de processos e métodos científicos, onde são traçadas as etapas a serem executadas na investigação, conferindo maior segurança, precisão e confiabilidade aos resultados obtidos.

4 METODOLOGIA UTILIZADA

A ciência moderna tem evoluído em busca da qualidade do fazer completo, uma “[...] característica da natureza de colocar as coisas juntas em um padrão de significado cada vez mais cinegético”. Assim, como resultado do somatório de recursos naturais, sócio-culturais e econômicos, o ecoturismo tem campo de estudo “superabrangente, complexíssimo e pluricausal”, exigindo a inter e a multidisciplinaridade (BENI, 2002, p. 17).

Acordando com Beni (2002), Rodrigues (2001, p. 13-16) afirma que a distinção polar entre homem e natureza, grave equívoco que marcou as ciências sociais no último século, está sendo revisada, e que a superação dessa dicotomia vem sendo construída sobre a égide das ciências sociais, ao entender o homem como autor e sujeito do mundo, “[...] colocando hoje o que se designa por natureza no centro da pessoa [...]”, caminhando-se então para uma postura transdisciplinar, uma vez que o conhecimento passa a ser total, postura essa necessária para o estudo do ecoturismo.

O método para este projeto é o **estudo de caso**, em virtude de que o uso e a proteção do patrimônio natural da Serra de Itabaiana constitui-se numa realidade complexa, ou seja, inter-relações, ações, divergências e contradições envolvendo aspectos legais, institucionais, o poder público, órgãos ambientais, interesses econômicos privados e a população local.

Conforme a assertiva de Yin (*apud* GODOY, 1989, p. 25), "o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas", porém é possível se fazer observações diretas, entrevistas sistemáticas dentre outros.

Godoy (1995, p. 25) afirma que,

o propósito fundamental do estudo de caso (como tipo de pesquisa) é analisar intensivamente e com profundidade uma unidade social, e que tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões “como” e “por quê” certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de um contexto da vida real.

Ainda segundo Yin (*apud* BRESSAN, 2000, p. 2-3), o estudo de caso se caracteriza pela “[...] capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações”, adequando-se ao estudo de situações contemporâneas, onde os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, porém é possível se fazer observações diretas, entrevistas sistemáticas, etc., destacando-se, dentre as diversas aplicações, as seguintes:

- Para explicar ligações causais nas intervenções na vida real que são muito complexas para serem abordadas pelos 'surveys' ou pelas estratégias experimentais;
- Para descrever o contexto da vida real no qual a intervenção ocorreu;
- Para fazer uma avaliação, ainda que de forma descritiva, da intervenção realizada; e
- Para explorar aquelas situações onde as intervenções avaliadas não possuam resultados claros e específicos (YIN *apud* BRESSAN, 2000, p. 2-3).

Para Gil (1996) e Denker (2001), o estudo de caso traz a possibilidade de novas descobertas, pois a sua flexibilidade permite ao pesquisador, durante o processo, atentar para outros aspectos não observados anteriormente, proporcionando maior ênfase na totalidade do estudo e permitindo uma maior simplicidade na linguagem e nos procedimentos da pesquisa.

De acordo com Selltitz et alii (1967) e Gil (1996), em face dos seus objetivos gerais, as pesquisas são classificadas em exploratórias, descritivas e experimentais. Em relação aos objetivos, esta pesquisa é um estudo **exploratório e descritivo**, pois a adoção de ambos no estudo de caso permite ao pesquisador mostrar, dentro de uma realidade complexa, a multiplicidade de dimensões que o problema apresenta e o contexto onde se situa, portanto, adequam-se ao conhecimento profundo da realidade dinâmica da Serra de Itabaiana.

As pesquisas exploratórias possuem como finalidades o desenvolvimento, o esclarecimento e a modificação de conceitos e idéias com vistas à formulação de hipóteses e problemas mais precisos, tornando-os passíveis de investigação mediante procedimentos melhor sistematizados, sendo muito adotada em estudos pouco explorados, assumindo na maioria das vezes a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso (DENKER, 2001 e

GIL, 1994).

A pesquisa descritiva se propõe a descrever aspectos gerais e amplos dos fenômenos, ou seja, observar, registrar, classificar, analisar e interpretar os fenômenos observados e/ou estabelecer relações entre as variáveis. Há pesquisas que mesmo definidas como “[...] descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias” (GIL, 1994, p. 45).

Neste estudo foi adotado um enfoque **quali-quantitativo**. O enfoque quantitativo foi empregado na quantificação das informações coletas e no tratamento delas através da associação entre as variáveis, de acordo com os objetivos descritivos e exploratórios desta pesquisa. No enfoque qualitativo foi realizada uma abordagem junto aos atores sociais pertinentes à pesquisa, sobre a percepção, motivos, aspirações, crenças e valores relativos às ações e relações humanas no ambiente natural da Serra de Itabaiana.

Segundo Oliveira, cientistas apontam diversos aspectos que envolvem conotações qualitativas, dos quais destacam os três seguintes:

1. Situações em que se evidencia a necessidade de substituir uma simples informação estatística por dados qualitativos. Isto se aplica, principalmente, quando se trata de investigação sobre fatos do passado ou estudos referentes a grupos dos quais se dispõe de pouca informação.
2. Situações em que observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento de estruturas sociais.
3. Situações em que se manifesta a importância de uma abordagem qualitativa para efeito de compreender aspectos psicológicos, cujos dados não podem ser coletados de modo completo por outros métodos devido à complexidade que envolve a pesquisa. Neste caso, temos estudos dirigidos à análise de atitudes, motivações, expectativas, valores, opinião, etc. (1999, p. 117).

Godoy (1995, p. 21) assinala ainda que, “hoje em dia a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrínsecas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”, nesse caso o ambiente natural e cultural da Serra de Itabaiana.

4.1 Área de estudo

A pesquisa deste estudo realizou-se na área de 4.389 hectares pretendida para a implantação de uma unidade de conservação na Serra de Itabaiana e em seu entorno. Inicialmente essa unidade de conservação foi definida como Estação Ecológica, mas

encontra-se em fase de implantação desde 1983. Entretanto só foram desapropriados até hoje 288,54 hectares, onde se encontra instalada a sede do IBAMA da Serra, responsável pela gerência da referida Estação. A Serra de Itabaiana está localizada entre os municípios sergipanos de Itabaiana e Areia Branca, distante aproximadamente 40 km de Aracaju, capital do Estado.

4.2 Procedimentos técnicos adotados

Os procedimentos técnicos expressam o modelo, a sinopse e o plano operacional da pesquisa, é o esquema de desenvolvimento desta, em síntese, é o roteiro das etapas a serem executadas para se atingir os objetivos propostos.

Os referidos procedimentos dividem-se em documentação indireta ou dados secundários (pesquisa em fontes escritas e documentais) e documentação direta ou dados primários (pesquisa de campo e / ou de laboratório) (LAKATOS e MARCONI, 1992; GIL, 1994; DECKER, 2000).

4.2.1 Dados secundários

Os dados secundários são de fontes de dados coletados por outras pessoas, podendo se constituir de material já elaborado cientificamente ou não, tem como finalidade colocar o pesquisador em contato com tudo que já foi escrito, falado, filmado, registrado e apresentado sobre determinado tema, dividindo-se em pesquisa bibliográfica e pesquisa documental (LAKATOS e MARCONI, 1992; GIL, 1994 e 1996; DECKER, 2000).

A **pesquisa bibliográfica** tem o objetivo de levantar a bibliografia publicada relacionada ao assunto em estudo, faz parte de quase todas as pesquisas, porém, há aquelas que se desenvolvem quase que exclusivamente a partir desse tipo de pesquisa, como a maioria dos estudos exploratórios (LAKATOS e MARCONI, 1992; GIL, 1996).

A **pesquisa documental** baseia-se em materiais escritos ainda não elaborados cientificamente, ou que ainda não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser re-elaborados de acordo com os objetivos da pesquisa e servir de fonte de informações. Esses

materiais são obtidos em órgãos e instituições públicas, privadas, documentos particulares dentre outros (LAKATOS e MARCONI, 1992; GIL, 1996).

Os dados secundários oferecem subsídios para a definição e a resolução de situações problemáticas já conhecidas, como também descobrir e explorar novas situações onde os problemas não foram suficientemente esclarecidos. O levantamento de dados secundários foi efetuado em livros, periódicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, monografias de graduação e pós-graduação “*latu sensu*”, legislação e normas, documentos governamentais, documentos de particulares, documentos cartográficos, revistas, jornais, Internet, multimeios dentre outros pertinentes ao tema.

As instituições pesquisadas para o referido levantamento foram as seguintes: Universidade Federal de Sergipe - UFS, Universidade Tiradentes - UNIT, Universidade Federal do Ceará - UFC, Universidade Estadual de Pernambuco - UEPE, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Secretaria de Turismo do estado de Sergipe - SECTUR, Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC, Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação do Sergipe - COHIDRO, Programa de Desenvolvimento Turístico - PRODETUR, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Banco do Nordeste - BNB, superintendência do IBAMA-SE, sede do IBAMA na Serra de Itabaiana-SE, sede do IBAMA no parque nacional de Ubajara no Ceará, Secretaria de Turismo de Itacaré, além de acervo pessoal.

4.2.2 Dados primários

A obtenção dos dados primários realiza-se através do levantamento de dados no local do fenômeno em estudo e / ou em laboratório. De acordo com Gil (1994), os elementos mais importantes para o delineamento (sistematização e estruturação) de uma pesquisa de campo ou laboratório são os procedimentos adotados para a coleta de dados, que nesse trabalho foi efetuado através da pesquisa empírica e de campo utilizando as técnicas de observação e entrevistas pessoais.

A Pesquisa de campo é utilizada na coleta de informações e / ou conhecimentos sobre o problema de pesquisa. Tem como vantagens: o acúmulo de informações sobre o fenômeno

em estudo; facilidade de acesso na amostragem de indivíduos, população ou classe de fenômenos. Contudo, possui como desvantagens: interferência nos resultados pela dificuldade de controle na coleta de dados, com a possibilidade de se obter respostas falsas nas entrevistas (em ciências sociais), pois o comportamento verbal muitas vezes não é confiável (LAKATOS e MARCONI, 1992).

A **Observação** é o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano, podendo ser utilizada como procedimento científico. Nesse sentido, constitui um elemento fundamental e imprescindível durante o processo de pesquisa. É, todavia, na fase de coleta de dados que seu papel se torna mais evidente, podendo estar presente em vários momentos da pesquisa, chegando a ser considerada como método de investigação (GIL, 1994).

Para Lakatos e Marconi (1992), a observação pode ser sistematizada em: observação direta extensiva que utiliza as técnicas de questionário, formulário, medidas de opinião e de atitudes, testes, sociometria, análise de conteúdo, história de vida, pesquisa de mercado; e observação direta intensiva que utiliza algumas técnicas, dentre elas a observação simples, participante, sistemática e a entrevista, que foram adotadas neste estudo.

Na observação simples o pesquisador observa de maneira espontânea os fatos que ocorrem numa comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, sendo muito útil quando é dirigida ao conhecimento de fatos ou situações que tenham certo caráter público (hábitos de compra, de vestuário, de convivência social, de frequência de lugares etc.). É mais adequada aos estudos exploratórios qualitativos (GIL, 1994).

Na observação participante o pesquisador interage com os membros da situação investigada, podendo assumir o papel de um membro do grupo, chegando ao conhecimento da realidade local a partir do interior do mesmo, sendo necessário manter um relacionamento agradável e de confiança. O pesquisador observa a distinção entre ciência popular e ciência dominante, envolvendo posições valorativas derivadas do humanismo e de concepções marxistas. Interessa-se pela minimização da relação entre dominantes e dominados, prioriza a investigação junto às minorias (GIL, 1996).

A Observação sistemática é utilizada em pesquisas cujo objetivo é a descrição com maior precisão de fenômenos ou o de teste de hipóteses, podendo ocorrer em situações de campo ou laboratório, neste último, torna-se quase um procedimento experimental. O

pesquisador, antes da coleta de dados, deve realizar estudos exploratórios visando elaborar um plano específico para a organização e registro das informações, estabelecendo, de antemão, as categorias necessárias à análise da situação (GIL, 1994).

A Entrevista, segundo (GIL, 1994), é a técnica em que o investigador formula perguntas para a coleta de dados frente ao investigado, visando obter informações para a investigação, sendo considerada, por muitos autores, a técnica ‘por excelência’ da investigação social.

Para Selltiz et alii (1967, p. 272), “[...] a entrevista é a técnica mais adequada para a revelação de informação sobre assuntos complexos, emocionalmente carregados ou para verificar os sentimentos subjacentes a determinada opinião apresentada.” Portanto, é adequada para a obtenção de informações sobre o que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem, desejam, pretendem fazer, fazem, fizeram, e sobre as explicações ou razões a respeito de fatos e eventos do cotidiano.

Com relação à classificação das entrevistas, Gil (1994) discorre que o grau de estruturação é a forma mais usual de classificá-las. As entrevistas mais estruturadas predeterminam o número de respostas a serem obtidas, enquanto as menos estruturadas são mais espontâneas, não estando sujeitas a interrogações pré-estabelecidas. São elas: informais, focalizadas, por pautas (roteiro de entrevista) e formalizadas (estruturadas). Foi adotado neste trabalho a entrevista informal e a entrevista por pautas ou roteiros de entrevistas (apêndices A, B, C, D e E).

Entrevista informal – é a menos estruturada. Visa à obtenção de uma visão geral do fenômeno através da percepção do entrevistado sobre diversos aspectos da realidade local em estudo. É recomendada nos estudos exploratórios, por oferecer uma visão panorâmica do fenômeno, e na investigação de certos problemas psicológicos, pois o investigado tem a liberdade de expressar opiniões e atitudes diversas sobre o objeto de pesquisa.

Entrevista por pauta (roteiro de entrevista) – apresenta algum grau de estruturação, ao guiar-se por uma relação de pontos de interesse ou pautas, ordenadas e com alguma relação entre si. Nesse sentido, o entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente sobre cada pauta, evitando o afastamento destas, de forma sutil, visando preservar a espontaneidade do processo. Conforme a experiência e a memória do pesquisador, após o término, a entrevista poderá ser reconstruída de forma mais estruturada, possibilitando

uma análise mais objetiva das respostas do formulário.

As perguntas dos formulários podem ser abertas ou fechadas, determinando o maior ou menor grau de estruturação deste tipo de entrevista. As perguntas abertas permitem ampla variedade de respostas, expressas livremente pelo entrevistado. Nas perguntas fechadas, é permitido ao entrevistado apenas a escolha entre um número limitado de respostas (GIL, 1994). Foi adotado neste trabalho um roteiro de entrevista com perguntas abertas.

O levantamento é a pesquisa em que as pessoas são interrogadas diretamente. Quando envolve todo o universo de pesquisa, tem-se um censo. Porém a maioria dos levantamentos envolve a pesquisa de uma determinada amostra significativa do universo em estudo, que pode ser obtida a partir de métodos estatísticos, ou através da definição do pesquisador de acordo com os objetivos a serem atingidos (GIL, 1996).

Para facilitar a compreensão, a coleta de dados primários deste trabalho foi sistematizada em três etapas: a observação simples, a observação participativa, a observação sistemática através do levantamento do potencial ecoturístico da Serra de Itabaiana e as entrevistas pessoais.

A observação simples ocorreu durante o processo inicial da pesquisa, através de visitas à Serra de Itabaiana e seu entorno, ocorrendo também a realização de entrevistas simples junto às pessoas do local e àquelas que tiveram e / ou têm contato com a Serra de Itabaiana, objetivando coletar dados iniciais para, em conjunto com os dados secundários, estruturar e esquematizar os procedimentos técnicos que foram adotados.

A observação participativa transcorreu em consequência à observação simples, com a intensificação das visitas e dos contatos com as pessoas do local, havendo uma abertura para depoimentos e desabafos surpreendentes de alguns atores locais, sobre a problemática em estudo, além da participação do pesquisador no processo participativo de criação da Associação dos Amigos e Voluntários da Serra de Itabaiana.

4.2.3 Universo / população / amostra para as entrevistas

Foi observado como referencial para a delimitação do universo da pesquisa o modelo de “Planejamento Ecoturístico para Áreas Protegidas” elaborado por Elizabeth Boo (1999, p.

31-58), devido à condição atual da Serra de Itabaiana, de unidade de conservação em fase de implantação. No referido modelo Boo (1999) enfatiza os atores sociais e institucionais que apresentam significação à área protegida em estudo, dentre eles funcionários, representantes da comunidade local, proprietários de estabelecimentos comerciais e serviços dentre outros.

Nesse sentido, o universo da pesquisa para realização das entrevistas foi dividido em três segmentos: atores diretamente envolvidos; usuários potenciais do ecoturismo; e beneficiários com o fluxo turístico. O quadro 4.5 apresenta a distribuição da amostra cujos relatos dos atores sociais e institucionais são apresentados nos resultados e discussões.

Quadro 4.5 – Distribuição do universo da pesquisa e da amostra prevista & realizada

Segmentos	População	Amostra	
		Prevista	Realizada
Atores diretamente envolvidos	• Superintendente do IBAMA	01	01
	• Gerência do IBAMA na Serra de Itabaiana	01	01
	• Proprietários de terra	04	04
	Subtotal	06	06
Usuários potenciais do ecoturismo	• Secretaria responsável pelo turismo em Areia Branca	01	01
	• Secretaria responsável pelo turismo em Itabaiana	01	01
	• Secretaria de turismo do estado de Sergipe	01	01
	• Guias de ecoturismo da Serra de Itabaiana	05	05
	• Agências de Receptivo	10	08
	• Agências de ecoturismo / turismo aventura	04	04
	Subtotal	22	20
Beneficiários com o fluxo turístico (município de Areia Branca)	• Restaurantes	02	02
	• Bares / Lanchonetes	02	02
	• Industrias caseiras: doces, artesanato)	02	02
	• Serviços	02	02
	• ONG´s	03	03
	• Hospedagem	01	01
	Subtotal	12	12
Total de entrevistados		40	38

Assim, com relação à definição da amostragem, houve a intencionalidade na seleção dos entrevistados, ou seja, foram escolhidos os atores sociais e institucionais já envolvidos com a Serra de Itabaiana e / ou os que apresentam potencial de envolvimento com a perspectiva de desenvolvimento da atividade ecoturística:

No caso de variáveis que envolvem formas de avaliação ou opinião de segmentos específicos, não existe a necessidade de investigar todos os indivíduos que compõem a população (universo considerado). Os dados podem ser levantados por meio de amostragem definida pelo pesquisador, por critérios estatísticos ou de forma intencional, sem que isso comprometa sua veracidade (DENKER, 1998, p. 88).

Na escolha intencional dos elementos entrevistados, foram considerados os seguintes parâmetros: as instituições e / ou empresas que geralmente são procuradas por visitantes que freqüentam a Serra e por turistas ou pessoas que estão de passagem pelo município de Areia Branca com o intuito de obterem alguma prestação de serviços ou informações, parâmetros esses observados na primeira etapa da coleta de dados primários.

Para a obtenção das informações foi utilizado como ferramenta roteiros de entrevistas contendo questões abertas (apêndices), divididos em três partes. A primeira consta de perguntas que se referem à percepção dos entrevistados sobre a situação legal da Serra de Itabaiana. A segunda se refere à percepção dos referidos entrevistados sobre as práticas e usos atuais na Serra de Itabaiana. A terceira parte do roteiro de entrevistas se refere à percepção dos entrevistados sobre as perspectivas e possibilidades para a prática do ecoturismo na Serra, sendo subdividida em: aspectos econômicos; aspectos ecológicos; aspectos culturais; e aspectos legais.

4.2.4 Levantamento do potencial ecoturístico da Serra

O levantamento foi referenciado no contexto da observação sistemática, por atender a requisitos previamente estabelecidos a partir da observação simples e da sistematização dos dados secundários relativos ao ecoturismo, às unidades de conservação, as categorias paisagem e lugar, e a documentação disponível sobre a Serra de Itabaiana, sendo elaborado um plano de visitas intensivas com a utilização do seguinte instrumental: georreferenciamento remoto com o uso de aparelho GPS (Sistema de Posição Global), registros fotográficos e preenchimento da ficha de campo.

Beni (2002) e Boullón (2002) defendem a necessidade de levantamentos que contribuam para uma descrição mais precisa do atrativo turístico, através do levantamento dos cenários naturais e / ou culturais que compõem o campo motivacional do turista, tendo por base o estudo da fisiologia da paisagem.

Diante do exposto, Boullón (2002) propõe uma classificação para a análise e descrição da paisagem, adotada para o levantamento do potencial ecoturístico da Serra de Itabaiana neste trabalho, por estar coerente com a realidade local, ou seja, uma área em processo de implantação de uma unidade de conservação devido à sua diversidade e importância de elementos naturais (quadro 4.6).

Quadro 4.6 - Elementos para a análise e descrição da paisagem na Serra de Itabaiana

Elementos básicos da paisagem	Topografia: relevo e morfologia do terreno; Vegetação: original ou plantada; Clima: situações atmosféricas perceptíveis; Hábitat: efeitos da ação do homem e condições de habilidade do bioma.
Propriedades da paisagem	Diversidade; Repetição; Unidade; Mudança.
Tipos de paisagem (homogêneas e heterogêneas)	Geológico-geomorfológico; Hidrológico; Fitogeográficos e cinegéticos; Unidades de conservação.
Descrição da paisagem	Estrutura; Forma nítida; Diferenciação.
Componentes sensoriais da paisagem	Forma; Odor; Cor; Luz; Textura; Som; Temperatura; Atmosfera.

Fonte: Boullón (2002)

Para facilitar o levantamento do potencial ecoturístico, Boullón (2002) subdivide a descrição e análise da paisagem em duas categorias, adotadas nesse trabalho, a seguir: a percepção estética, ou seja, a qualidade estética que os diferentes elementos de um espaço físico adquirem somente quando o homem aparece como observador, animado por uma atitude contemplativa dirigida a captar suas propriedades externas, seu aspecto, seu caráter e outras particularidades que permitem apreciar sua beleza ou destacar sua fealdade, e a percepção objetiva da paisagem como um geossistema, ou seja, o estudo científico dos seus elementos.

Devido às dimensões da Serra de Itabaiana e à sua variedade fisionômica de elementos bióticos e abióticos, a estética da paisagem da Serra foi sistematizada em quatro grandes unidades para a descrição e análise do seu potencial ecoturístico: a primeira unidade da

paisagem é o topo da Serra; a segunda é o campo visual no topo da Serra voltado para a vertente oeste; a terceira é o campo visual no topo voltado para a vertente leste e a quarta unidade da paisagem corresponde aos vales dos riachos.

Foram percorridos o topo da Serra, os leitos, as margens e o entorno dos 4 riachos principais da vertente leste, das nascentes no topo até a base da Serra, registradas as ocorrências de locais com potencial para a atividade ecoturística e de interesse para o estudo da Serra de Itabaiana. Em cada local foram efetuados o georreferenciamento das coordenadas UTM com o GPS, os registros fotográficos e o preenchimento do memorial descritivo na ficha de campo (Quadro 4.7), num total de 114 fichas preenchidas e 241 registros fotográficos.

Quadro 4.7 - modelo sintético da ficha de campo

Tipologia	
Nome	
Georreferência - UTM	
Fotos	
Memorial descritivo	

Foram realizadas 14 visitas para entrevistas no entorno da Serra de Itabaiana. Para o levantamento do potencial ecoturístico foram realizadas 21 visitas com a participação das seguintes pessoas:

- Dois moradores locais, do povoado Rio das Pedras no entorno da Serra, inicialmente o Sr. Noel, agricultor que também trabalha como vigia do IBAMA na Serra de Itabaiana e, posteriormente, pelo Sr. Pedro, antigo caçador e agricultor aposentado, que hoje colabora com a gerência da Estação ecológica da Serra no controle de incêndios, ambos portadores de um conhecimento tradicional local que enriqueceram sobremaneira a pesquisa;
- O biólogo Joe, participou de quatro visitas à Serra junto à equipe. A sua contribuição foi considerável, especialmente pelos relatos e opiniões sobre a sua experiência em trabalhos de pesquisa efetuados na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em todo ao País, em áreas

protegidas na Amazônia e no Pantanal mato-grossense, possibilitando comparações e discussões com a realidade sócio-cultural e ecológica da Serra;

- A Srta. Fernanda Cruz, graduanda do curso de geografia da UFS e bolsista do PIBIC/CNPq em 2002 com renovação em 2003 através dos projetos de iniciação científica inseridos nos objetivos desta pesquisa, contribuindo significativamente, para a descrição e contextualização geográfica da Serra de Itabaiana; e
- O Sr. Luiz Carlos, graduado em turismo, com especialização em gestão ambiental, autor desta dissertação, sob a orientação da Dra. Maria Augusta Mundim Vargas.

4.3 Dimensões e variáveis

A Teoria Geral dos Sistemas afirma que cada variável, em um sistema, interage com outras variáveis de forma tão completa que causa e efeito não podem ser separados. Uma única variável pode, ao mesmo tempo, ser causa e efeito. A realidade não permanecerá imóvel. Mas não poderá ser desmembrada. Não será possível entender uma célula, a estrutura de um cérebro, a família, uma cultura ou o turismo se forem isolados do seu contexto. O relacionamento é tudo (BENI, 2002).

Assim, entendendo as variáveis como parâmetros interligados e relacionados às questões de pesquisa e aos objetivos propostos, visando auxiliar a compreensão da realidade e a totalidade da área pesquisada, foi tomado como referência os estudos realizados por Beni (2002) e Boullón (2002), para a definição das categorias, dimensões e variáveis relativas aos atrativos ecoturísticos utilizados neste estudo. Como princípios norteadores, em consonância ao referencial teórico, foram adotadas as dimensões do ecodesenvolvimento e os princípios do éticos do ecoturismo. É o que se mostra, sinteticamente, nos quadros 4.8 e 4.9.

Quadro 4.8 – Dimensões do ecodesenvolvimento & princípios do ecoturismo

Dimensões do ecodesenvolvimento	Princípios do ecoturismo
<p>1 - Sustentabilidade social: instauração de um processo de desenvolvimento baseado num “outro” crescimento, ou seja, que conduza a um padrão de distribuição equitativa de renda, redução das diferenças sociais e do distanciamento do nível de vida entre providos e deserdados, e a garantia e efetividade dos direitos de cidadania.</p>	<p>Promove benefícios econômicos e o fortalecimento das comunidades locais: deve ser a base para o turismo desenvolvido pela comunidade local; gera uma fonte alternativa de renda e outros benefícios materiais para as comunidades locais – dá suporte para o desenvolvimento econômico; promove o consumo de bens de serviço de guia / empresários / proprietários locais; Incentiva a criação de cooperativas e novos empreendimentos locais.</p>
<p>2 - Sustentabilidade econômica: gestão responsável dos recursos; redução das barreiras protecionistas; redução da saída de riqueza e de recursos financeiros dos menos desenvolvidos e maior acesso à ciência e tecnologia, por estes; eficiência econômica com critérios de benefícios macro sociais e não em benefício e interesse das empresas e instituições financeiras.</p>	<p>O atrativo principal é a natureza: quanto mais qualidade tiver a área natural visitada, ou seja, quanto mais conservada, maior será o seu diferencial no mercado; o aspecto cultural complementa a visita.</p> <p>Promove benefícios diretos e indiretos para a conservação das áreas visitadas: contribui financeiramente para a proteção / conservação do meio ambiente e manutenção e melhoria da infraestrutura disponível, e para a geração de renda para a comunidade local, por meio de arrecadação de fundos, taxas de ingresso, taxas ambientais etc.</p>
<p>3 - Sustentabilidade ecológica: aumentar a capacidade de carga da terra usando-se o potencial de recursos dos ecossistemas respeitando o limite da capacidade de suporte destes, minimizando danos aos sistemas de manutenção da vida; limitação de consumo de combustíveis fósseis; buscar alternativas de energias e recursos renováveis e tecnologias limpas; conscientização para a redução voluntária da produção e do consumo supérfluo; definição e disseminação de normas para a proteção ambiental.</p>	<p>Produz mínimo impacto ambiente natural e cultural: não degrada o recurso; concentra-se em valores intrínsecos (facilidades e serviços servem para facilitar o acesso, não são atrativos por si só, não podem degradar / descaracterizar o ambiente); depois de implantado, não pode ameaçar os programas de conservação das áreas protegidas.</p> <p>Infra-estrutura: utiliza arquitetura ambiental e culturalmente adequada; dá preferência ao uso de materiais reciclado / recicláveis e que existam na região; utiliza fontes de energia renováveis; preocupa-se com a destinação do lixo e esgoto.</p> <p>Operação: utiliza capacidade de carga e metodologia de planejamento e monitoramento da visitação; controla / ajusta o nº de turistas e / ou seu comportamento no ambiente visado; monitora o ambiente para adequação das variáveis; ordena o comportamento e / ou educa os turistas.</p>
<p>4 - Sustentabilidade espacial: equilibrar a repartição populacional e a atividade econômica entre a cidade e campo; reduzir a densidade urbana; descentralização das indústrias; cessar a degradação ambiental pela colonização de ecossistemas frágeis de importância vital; promover o emprego de métodos modernos de agricultura e agroflorestamento regenerativos pelos pequenos produtores; incentivar, criar uma rede de reservas naturais da biosfera para preservar a biodiversidade.</p>	<p>Desperta e sensibiliza turista / comunidade local, para formar uma consciência ambientalista: promove e incentiva uma nova ética e um novo comportamento do turista em relação ao ambiente visado; possibilita ao turista a vivência em áreas naturais conservadas e conduz a vista com o objetivo de criar uma consciência ambientalista, por meio da interpretação do ambiente; leva a comunidade receptora a valorizar seu local de moradia, a natureza que a cerca e sua própria cultura.</p>
<p>5 - Sustentabilidade cultural: buscar soluções de âmbito local, ou seja, a pesquisa de raízes endógenas na aplicação de sistemas agrícolas integrados; pesquisa e tradução da diversidade de soluções específicas para cada ecossistema, cada cultura e cada situação, enfim, o respeito, a manutenção e disseminação do patrimônio cultural e “tecnológico” de cada povo.</p>	<p>Promove / estimula o respeito pelas comunidades locais: orienta o turista, disponibilizando informações que valorizam o ambiente visitado (ecoturistas aceitam o ambiente como ele é e não esperam que seja modificado para sua conveniência); promove o respeito à cultura local, orientando o turista sobre costumes crenças e normas sociais locais; não se impõe em uma comunidade sem que seja convidado ou aceito por ela.</p>

Fonte: Sachs (1999) e Honey (1999) *apud* Kinker (2002), adaptado pelo autor

Quadro 4.9 – Categorias, dimensões e variáveis

Categoria	Dimensões	Variáveis
Paisagem	1) Atrativos naturais 1.1) Geossistema da paisagem 1.2) Estética da paisagem	Clima, relevo, topografia, fauna, flora, vales, grutas, rios, riachos, quedas d'água, poços de acumulação de água, locais para banho, locais para pesca, locais para a prática de esportes de aventura, locais para contemplação, locais para observação da flora e da fauna, trilhas e mirantes naturais.
	Atrativos culturais	Construções religiosas, instituições de estudo e pesquisa, atividades de explorações mineral, agropecuária, barragens.
Lugar	Manifestações e usos tradicionais e populares	<ul style="list-style-type: none"> - Festas, comemorações e atividades religiosas, populares e folclóricas; - Mitos, lendas, histórias do lugar; - Uso de plantas medicinais; - Feiras, artesanato, culinária
Unidade de conservação	Modalidade de manejo (tipo de UC)	Prática de turismo em ambiente natural nas suas diversas tipologias: ecoturismo, turismo aventura, lazer e recreação, educação ambiental e pesquisa científica.
Atores sociais entrevistados	Percepção	<p>Situação legal; práticas e usos atuais;</p> <p>Perspectivas e possibilidades: Aspectos econômicos, ecológicos, culturais e legais.</p>

Fonte: Boo (1999), Beni (2002) e Bullón (2002) adaptado pelo autor

4.4 Análise dos dados

A dinâmica e a complexidade das relações sócio-culturais e ecológicas que ocorrem na Serra de Itabaiana tornaram-na um excelente laboratório para a realização de diversas abordagens na análise dos dados da pesquisa, tanto no âmbito da objetividade, quanto da subjetividade das ciências sociais e, ainda mais, o desafio de um relacionamento entre ambas, no contexto sistêmico, holístico e ecológico.

Diante desse cenário, foram realizadas neste trabalho três abordagens de pesquisa que se inter-relacionam entre si, a seguir: a situação atual da Serra de Itabaiana; levantamento do potencial ecoturístico da Serra de Itabaiana; e as possibilidades e perspectivas da prática de ecoturismo na Serra.

A análise dos dados sobre a **situação atual da Serra de Itabaiana** foi efetuada de duas formas: a primeira através da releitura de documentos disponíveis sobre a Serra caracterizando-se como um estudo exploratório, descritivo, qualitativo.

A segunda, foi através da análise da primeira e da segunda parte do roteiro de entrevistas, caracterizada como um estudo descritivo e qualitativo, em que se obteve a opinião sobre a situação legal da Serra e a descrição dos usos e práticas atuais na percepção dos atores sociais e institucionais naquele dado momento da pesquisa.

Nesse momento ocorreu uma certa resistência inicial de muitos entrevistados a responderem determinadas perguntas, ao perceberem que o assunto envolvia questões legais e o IBAMA, órgão responsável pela área delimitada para o estudo. Nesse sentido, foi adotado neste trabalho a não identificação dos atores sociais entrevistados.

O **levantamento do potencial ecoturístico** caracterizou-se como um estudo exploratório e descritivo, através da observação direta intensiva, do preenchimento e análise do memorial descritivo das fichas de campo com a descrição dos recursos paisagísticos e culturais do lugar e de registros fotográficos, que forneceram subsídios para avaliar as informações e o conhecimento empírico sobre a possível vocação ecoturística da Serra de Itabaiana e seu entorno.

As fichas de campo foram sistematizadas no computador, objetivando formar um banco de dados relativo a todas as informações obtidas na pesquisa de campo na Serra de Itabaiana.

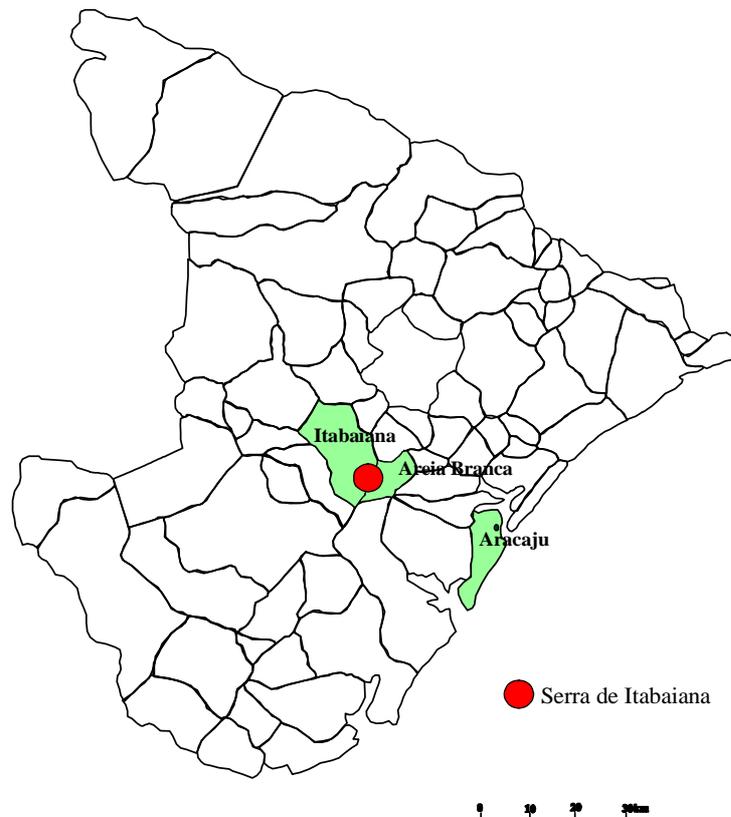
A abordagem das **perspectivas e possibilidades da prática de ecoturismo na Serra de Itabaiana** caracterizou-se como um estudo exploratório qualitativo, através da análise da legislação ambiental, das políticas ambientais e de turismo do Brasil, e da análise da segunda parte do roteiro de entrevistas com o subtítulo “perspectiva e possibilidades de ecoturismo para a Serra de Itabaiana”, que foi subdividido nas variáveis: aspectos econômicos, aspectos ecológicos, aspectos culturais e aspectos legais.

Com relação à análise dos dados qualitativos coletados nas entrevistas, foi utilizada a análise de conteúdo, que permite o exame de variáveis complexas sem impor reducionismos e a distribuição de frequência de fenômenos que se repetem, buscando-se identificar suas relações.

PARTE III – RESULTADOS E DISCUSSÕES

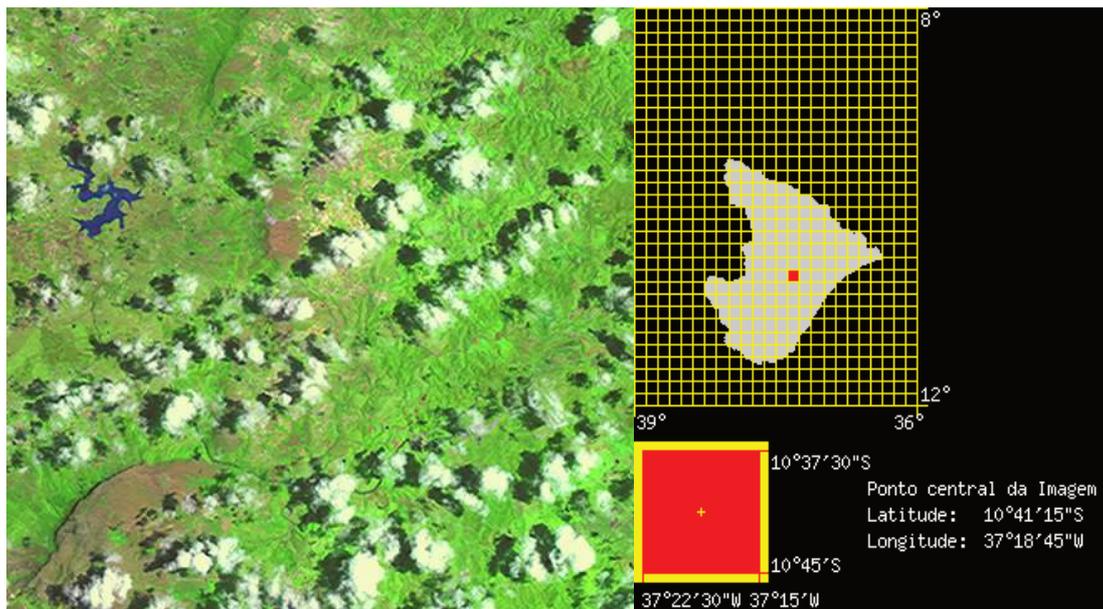
5 CONTEXTUALIZANDO A SERRA

A serra de Itabaiana situa-se na porção central do Estado de Sergipe, a cerca de 40 km da capital, e seu topo com alinhamento geral N/S, alcança a altitude de 669 m (figura 5.1). Sua vertente Leste, mais suave, é drenada por várias nascentes com cascatas, corredeiras e cavernas encobertas por matas de galeria que percorrem perpendicularmente uma sucessão de formas vegetais: campo rupestre, cerrado, restinga e mata atlântica. Sua vertente oeste constitui um paredão abrupto que faz descortinar a paisagem sertaneja. Essa diversidade de feições e ecossistemas justifica o cuidado especial e restrições de uso, ratificado ainda, pelo cenário de degradação ambiental já instalado. Na figura 5.2, o domo da Serra de Itabaiana pode ser visualizado próximo ao canto esquerdo da imagem, no quadrante SW.



Fonte: Atlas de Sergipe

Figura 5.1 – Estado de Sergipe - Mapa de situação da Serra de Itabaiana



Fonte: Embrapa/2003

Figura 5.2 – Imagem de satélite do domo da Serra

5.1 Situação atual da cobertura vegetal do estado de Sergipe

Destacam-se como as principais causas da degradação ambiental no Estado de Sergipe o processo de colonização iniciado no século XVII, através da utilização de técnicas europeias de agricultura e pecuária de clima temperado inadequadas para o clima tropical e semi-árido, a introdução de espécies exógenas, dentre elas o coco, a monocultura da cana de açúcar que devastou a mata atlântica, a pecuária extensiva que se alastrou pelo sertão devastando a caatinga.

Mais recente, o desmatamento para fins de expansão urbana, a especulação imobiliária, a construção de rodovias, a chegada dos sem terra nos últimos anos e a criação de assentamentos rurais sem infra-estrutura sócio-econômica e sem precauções ambientais mínimas para o uso e ocupação do solo, agravaram ainda mais o quadro de degradação (PORTO, 1999).

Com relação à situação da cobertura vegetação do estado de Sergipe, apenas dois estudos significativos foram realizados por iniciativa do governo na década de 1970, são eles: o Zoneamento Ecológico-Florestal do Estado de Sergipe – Convênio SUDENE/CONDESE, de 1976 (SERGIPE, 1976); e o RADAMBRASIL, realizado de 1977/1981 (BRASIL, 1984), embora com metodologias diversas. Do primeiro trabalho, obteve-se como resultado a identificação da vegetação primitiva do estado de Sergipe, composta de caatinga

(hiperxerófila e hipoxerófila), cerrado, mata atlântica (floresta mesófila e semi-decídua). Já o segundo estudo foi realizado no período de 1977 a 1981, pelo projeto Radambrasil (BRASIL, 1984), objetivando quantificar as formações vegetais do estado (SANTANA, 2003).

Nos anos de 1990 foram realizados outros dois estudos abrangendo a região litorânea e a caatinga, o primeiro, através do laboratório de sensoriamento remoto de Sergipe (1997) e o segundo, pela UFS em convênio com a CODEVASF e a SEPLANTEC, nos anos de 1997 e 1998. Os referidos trabalhos, demonstram que a situação da cobertura vegetal original do estado de Sergipe sofreu um processo intensivo de devastação, restando cerca de 5% de mata atlântica (em sentido amplo), e não mais que 17% de caatinga (SANTANA, 2003).

Esse quadro de degradação ambiental torna-se ainda mais crítico devido ao aumento da exclusão social, onde as camadas mais pobres da população vão buscar abrigo e recursos para a sobrevivência nas áreas de fragilidade ambiental tais como, manguezais, encostas de morros, nascentes e margens de rios, matas ciliares dentre outras. Nesse sentido, a densidade demográfica tem crescido significativamente no entorno da Serra (MENEZES, 2002), inclusive na cidade de Areia Branca, onde o crescimento urbano sem planejamento está avançando em direção à base da Serra, intensificando-se o uso de seus recursos naturais por aqueles que têm pouca ou nenhuma alternativa de sobrevivência, conforme observação e depoimentos colhidos neste trabalho.

Nesse contexto, ressalte-se a inexistência de uma política ambiental e de uma legislação ambiental no estado de Sergipe, como também a pouca efetividade dos órgãos ambientais nos níveis federal, estadual e municipais nas ações relativas à proteção da natureza no estado de Sergipe (MENEZES, 2002 e SANTANA, 2003). Nesse sentido, pode-se constatar que grande parte dos governantes e elites percebem a conservação dos ecossistemas como entrave ao desenvolvimento econômico e, os desprovidos, como entrave à subsistência.

Por outro lado, Santos *et alii* (1997, p. 465-477) reportam que os benefícios proporcionados pelos ecossistemas estão relacionados ao conceito de ‘funções ambientais’, isto é, a capacidade dos ecossistemas de fornecerem “bens e serviços” que satisfaçam direta ou indiretamente as necessidades humanas, como também manter o equilíbrio mínimo necessário do meio ambiente para a manutenção da vida, tudo isso de graça, é importante que se frise, pois os custos ambientais não são contabilizados no modelo econômico hegemônico de acumulação de capital.

Ainda segundo Santos *et alii* (1997), as funções ambientais classificam-se nas categorias de: funções de regulação, funções de suporte, funções de produção e funções de informação.

As funções de regulação subdividem-se em:

- regulação climática: influência nas condições hidrológicas, no equilíbrio da radiação solar e nas flutuações de temperatura;
- proteção da bacia de drenagem e prevenção da inundação e da erosão: é exercida pela vegetação e áreas alagáveis;
- fixação bioenergética: corresponde à absorção e transformação da energia solar através da fotossíntese pela cobertura vegetal, base de desempenho da maioria das funções ambientais;
- armazenamento e reciclagem de nutrientes: contribui para a qualidade e equilíbrio dos solos, tanto para os processos naturais quanto para a agricultura;
- armazenamento e reciclagem de efluentes industriais e domésticos: ajuda na despoluição de diversos tipos de poluentes: matéria orgânica e nutrientes, agrotóxicos, etc., que tem sua origem na região próxima;
- controle biológico: exerce controle de pragas e polinização de culturas agrícolas;
- manutenção da migração e de *habitats* reprodutivos: constitui área de refúgio para diversas espécies animais;
- manutenção da biodiversidade: possibilita o equilíbrio do ecossistema e do seu entorno, com a manutenção das atividades específicas de cada organismo vivo e suas relações complexas com o meio;

As funções de suporte subdividem-se em:

- silvicultura / agricultura / aquíicultura / recreação: atividades permitidas em determinadas áreas protegidas, conforme a legislação pertinente, desenvolvidas de forma sustentável;

- proteção da natureza: dentre os principais fatores destacam-se a preservação de vegetação ciliar, de espécies raras, etc., em suma, é soma de valores de todas as funções ambientais;

As funções de produção subdividem-se em:

- recursos genéticos: manutenção de estoques genéticos naturais;
- recursos medicinais: plantas de interesse medicinal, dados sobre os nomes populares, uso terapêutico, forma de preparo e parte utilizada da planta obtidas com os moradores do entorno, podem se reverter em fonte de renda para esses moradores, uma farmácia natural viva por exemplo;
- matéria-prima para construção e trabalhos artesanais: podem ser identificados e explorados de forma sustentável, de acordo com um plano de manejo adequado;

As funções de informação subdividem-se em:

- estética: os ambientes naturais fornecem infinitas oportunidades de enriquecimento espiritual, cognitivo e recreação;
- científica educacional: espaço para o estudo e a pesquisa “*in locu*” para diversas áreas relacionadas sócio ambientais tanto nos aspectos qualitativos quanto quantitativos, desde o ensino básico, passando pela educação ambiental ao ensino de graduação e pós-graduação.

Todavia, a ação antrópica “civilizada?” (especialmente após a revolução industrial) vem acelerando a perda e / ou o desequilíbrio das funções ambientais em várias regiões do planeta, chegando a causar danos irreversíveis aos ecossistemas dessas regiões, o que implica altos custos econômicos e energéticos para a recuperação pelo menos parcial das áreas degradadas, além de comprometer a qualidade de vida no planeta tanto para as gerações presentes e quanto para as futuras. Assim,

[...] quando os processos naturais são interrompidos, o meio ambiente pode sofrer graves mudanças. Pior, ele pode perder a sua capacidade de responder às perturbações e tornar-se permanentemente degradado. Desta forma, a manutenção de uma atmosfera sustentável exige que conservemos os processos biológicos responsáveis por sua produtividade (RICKLEFS, 1996, p. 406).

Diante do cenário de degradação ambiental mundial contemporâneo, reflexo do processo civilizatório da modernidade, o estado de Sergipe não foge à regra, pois vem sendo “premiado” nas últimas décadas com algumas áreas em processo de desertificação (SANTANA, 2003), tornando-se de extrema importância a conservação efetiva não só do patrimônio natural da Serra de Itabaiana mas também de outras áreas com remanescentes de cobertura vegetal ainda existentes no Estado.

Nesse sentido, torna-se emergencial a elaboração de políticas de desenvolvimento participativas que internalizem a dimensão ambiental e promovam efetivamente o envolvimento e a inclusão das populações nos processos decisórios, visando, dessa forma, criar alternativas de desenvolvimento local considerando as especificidades culturais e ecológicas da cada lugar, com incentivos à conservação e recuperação das áreas degradadas.

Contudo, diante do enfoque desenvolvimentista que norteia as ações públicas e privadas no estado de Sergipe, torna-se um desafio, ou até mesmo uma utopia, conforme assinala (FERREIRA, 1998), a internalização, nas políticas públicas estaduais, dos princípios ecológicos de equilíbrio dinâmico, capacidade de sustentação, elasticidade e diversidade, como forma de se compreender a rede de relações que ocorre nos ecossistemas.

Ferreira (1998) ressalta ainda a primordial importância da compreensão da inter-relação dos processos sociais locais com a natureza, o que viria a possibilitar o entendimento holístico da atual crise ecológica, obtendo-se como resultados a formulação de políticas públicas ecologicamente sustentáveis, emergenciais para o estado de Sergipe, tão degradado ambientalmente, carente de unidades de conservação e de recuperação de áreas degradadas.

Assim, além da proteção do patrimônio natural da Serra de Itabaiana, justifica-se a criação e efetivação imediata de outras áreas protegidas no Estado de Sergipe, pelo fato de que, segundo estudos realizados já mostrados anteriormente, resta muito pouco da sua cobertura vegetal original, o que vem comprometendo a qualidade de vida, ou seja, os aspectos sócio-culturais, econômicos e ecológicos, em síntese, as funções ambientais.

5.2 A conservação da natureza na serra de Itabaiana

Pela sua reconhecida beleza paisagística e diversidade de recursos naturais, a Serra de Itabaiana sempre esteve inserida no contexto sócio-cultural dos sergipanos, especialmente da população local, sendo utilizada livremente de forma crescente e desordenada como ponto de lazer e recreação e como fornecedora de recursos para a subsistência de parcela significativa dos moradores do seu entorno.

Porém, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente do Governo Federal (SEMA) em 1973, objetivando acelerar a implantação de novas áreas protegidas em todos os estados do Brasil através do Programa de Estações Ecológicas, a Serra de Itabaiana foi escolhida unilateralmente no estado de Sergipe para atender ao referido programa, ou seja, sem a participação da população.

As estações ecológicas têm como principais premissas reservar espaços naturais para preservá-los da interferência e das ações antrópicas que perturbe o seu estado natural, servir como laboratório para as ciências ecológicas e para a educação ambiental, sendo proibido o uso dos seus recursos naturais, inclusive a visitação com objetivos de lazer e recreação.

Os órgãos oficiais de Sergipe, através da extinta Secretaria Executiva de Controle de Poluição de Sergipe e do Conselho de Desenvolvimento de Sergipe, com o aval da SEMA, elaboraram o Projeto Básico para a Implantação da Estação Ecológica da Serra de Itabaiana, em julho de 1978, onde foram identificados os critérios seguintes (SERGIPE, 1978):

- aptidão agrícola restrita - pois todo o maciço da Serra possui solos pedregosos e rasos, com exceção de algumas áreas de solo de textura arenosa situada na encosta;
- aptidão restrita para outras atividades econômicas – inexistência de atividade industrial nas proximidades, como também a inexistência de recursos minerais de algum valor para a exploração;
- características singulares quanto ao ecossistema local – localiza-se numa zona climática de transição no Estado de Sergipe, possuindo algumas características de clima próprias pela sua altitude, e, como ecossistema, possui estrutura complexa pela presença de vegetação diversificada pela variedade de solos existentes encontrando-se restingas, cerrado, floresta mesófito decídua, campos e restinga e matas justapostas dentro da mesma;

- características singulares em relação aos principais ecossistemas brasileiros – a Serra de Itabaiana apresenta características próprias de altitude, clima e solo, biodiversidade diversificada, pertencente aos ecossistemas gerais brasileiros em especial os nordestinos, gerando demanda para o estudo e pesquisas científicas;
- possibilidade de regeneração e desenvolvimento da vegetação atual e conseqüente enriquecimento da flora e fauna – foi observado que as áreas onde a devastação havia cessado apresentavam recuperação significativa da vegetação (SERGIPE, 1978).

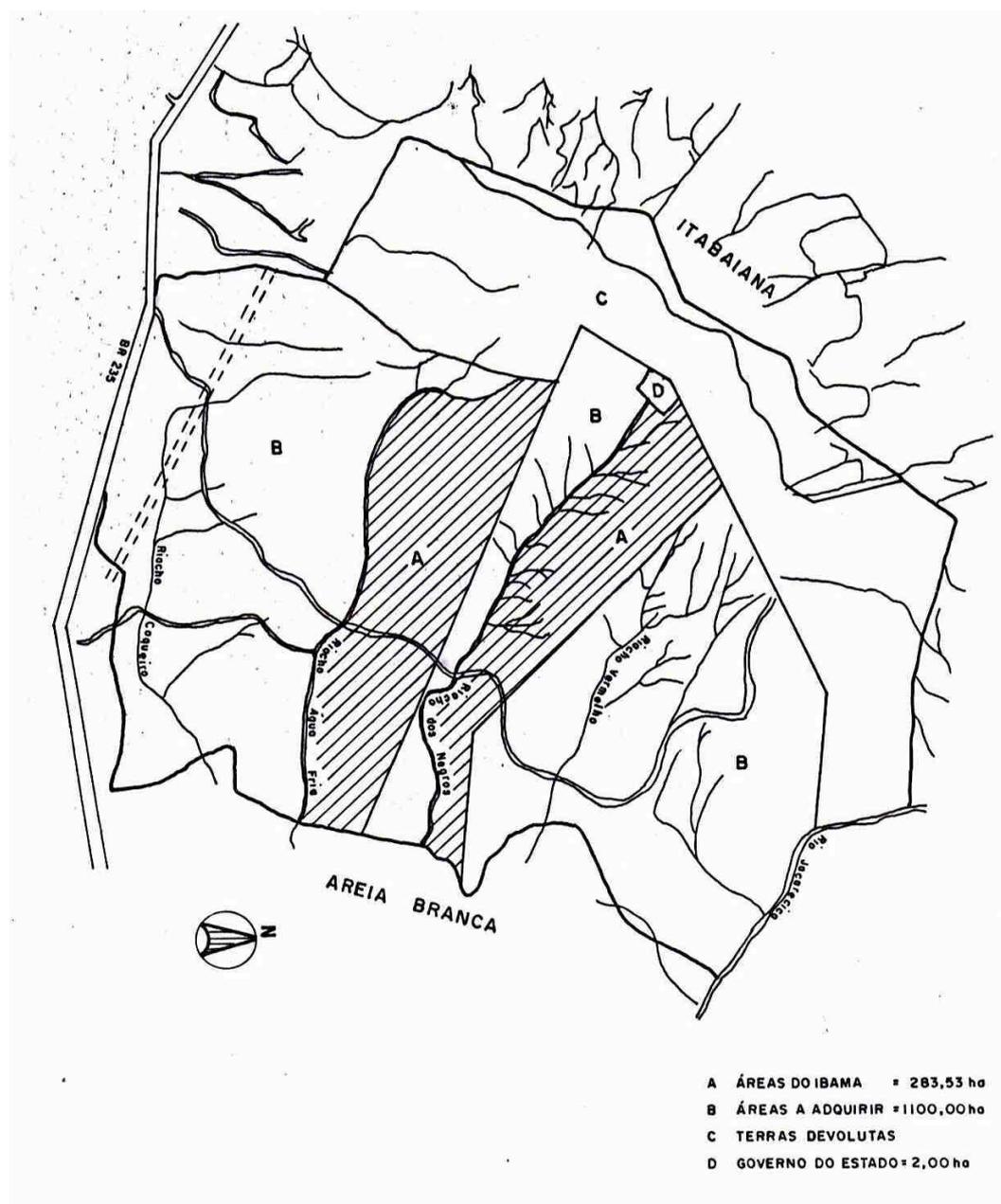
A área escolhida para a implantação da estação ecológica na Serra de Itabaiana possui 4.389,76 hectares, abrangendo parte dos municípios de Itabaiana e Areia Branca, sobre cotas altimétricas entre 200 a 669 metros, onde foram observados os seguintes aspectos: maior exclusão possível de propriedades rurais efetivamente ocupadas; maior inclusão possível de elementos da biodiversidade para estudos científicos dentre outros (SERGIPE, 1978).

Pela sua diversidade biótica e abiótica foram definidas as seguintes áreas de atuação para a estação ecológica da Serra: botânica, zoologia, edafologia e hidrologia, climatologia e bioclimatologia, ecologia geral e conservacionismo. Além da importância dos levantamentos e estudos específicos de cada área de atuação, destacam-se, os seguintes objetivos:

- incremento e plantio de espécies em extinção;
- montagem de herbário com plantas locais e da região;
- introdução de espécies próprias ao ecossistema da área afugentadas por diversos fatores;
- montagem de museu zoológico com espécies peculiares à área;
- estudo sobre a existência do podocarpus e sua relação com o clima atual e o paleoclima (o podocarpus é uma conífera de clima temperado remanescente da era glacial, encontrada em poucos lugares de clima tropical, em grandes altitudes);
- investigação sobre os processos de recomposição e re-povoamento da flora e da fauna; dentre outros (SERGIPE, 1978).

A proposta para a criação da referida estação ecológica foi acatada pela SEMA, sendo desapropriados 02 imóveis rurais descontínuos em 1983 somando 288,53 he (Figura 5.3) pela Administração Estadual do Meio Ambiente – ADEMA, que ficou responsável pela condução do processo de implantação e efetivação da referida Estação Ecológica da Serra de Itabaiana.

Assim, através de uma ação verticalizada, exógena e autoritária própria das políticas públicas da ditadura militar, iniciou-se o processo de implantação da estação ecológica da Serra de Itabaiana, inconcluso há mais de vinte anos, gerando frustrações, conflitos e hostilidades, resultando em ações predatórias junto ao patrimônio natural da Serra de Itabaiana por muitos daqueles que se sentiram prejudicados economicamente e culturalmente, conforme depoimentos colhidos neste trabalho.



Fonte: IBAMA/SE, 2002

Figura 5.3 – Situação fundiária da Serra de Itabaiana

Contudo, permaneceu na Lei 9.985/2000 do SNUC a criação das estações ecológicas através de decreto do Governo, ou seja, sem consulta pública, configurando o processo de

exclusão das populações direta e indiretamente envolvidas nos aspectos sócio-culturais e econômicos da área de interesse para a preservação.

Nesse sentido, dentre outras ações atribuídas à ADEMA na época, destacam-se a proibição à visitação à área desapropriada e no seu entorno, onde se localiza o poço das Moças no leito do riacho dos Negros e outros locais para banho, locais esses bastante freqüentados pelos visitantes; a desapropriação das áreas particulares na área de interesse; o incentivo à pesquisa científica e à educação ambiental e, a regularização definitiva da referida estação ecológica. Essas ações tiveram pouca ou nenhuma efetividade, devido ao desinteresse político no estado de Sergipe no que diz respeito às questões ambientais.

Ainda sobre a decisão unilateral do governo federal em parceria com o governo estadual para a criação da estação ecológica, Santana (2002, p. 45), reporta que o Sr. Paulo Nogueira, responsável pela SEMA à época, em um vôo realizado sobre a Serra de Itabaiana para averiguar a possibilidade de criação de uma estação ecológica, autorizou os já citados órgãos estaduais a efetivarem o projeto para a criação da Estação ecológica da Serra de Itabaiana, mesmo tendo conhecimento “[...] que o lugar “atrai ecoturistas” há anos, essa característica da área não foi levada em conta”, inclusive pelo IBAMA que, após assumir a gerência da estação em 1990, buscou a efetivação da proibição às visitas e a realização de manifestações religiosas e culturais na Serra dentre outras atividades, respaldado também pelo movimento ecológico de Sergipe.

Vargas (1999) reporta que, enquanto na década de 1980 o ambientalismo no Brasil e no mundo evoluíam ao incorporar as questões sócio-culturais, passando estas a integrarem também o discurso do desenvolvimento - o ecodesenvolvimento e posteriormente o desenvolvimento sustentável – como também a problemática das áreas protegidas, em síntese a emergência da cidadania como alternativa de redução dos impactos ambientais, o movimento ambientalista de Sergipe ainda adotava a sacralização da natureza no seu discurso preservacionista radical de exclusão social das populações locais como forma de preservar áreas como ilhas isoladas de biodiversidade ou espécies ameaçadas, os santuários ecológicos.

A referida autora cita dentre outros exemplos, a luta pela preservação irrestrita da Serra de Itabaiana e a preservação das tartarugas no litoral norte do estado de Sergipe, discorrendo que o ambientalismo sergipano tardiamente vem evoluindo no trato das questões sócio-culturais. Contudo, o sucesso da preservação das tartarugas na Reserva Biológica de

Santa Isabel no norte do Estado deve-se, dentre outros fatores, ao envolvimento das comunidades locais no processo de preservação, contrariamente à situação da Serra de Itabaiana.

Como a experiência tem demonstrado em todo o mundo, a exclusão das populações locais tem sido causa de conflitos entre a gerência das áreas protegidas e as populações prejudicadas, refletindo em ações que têm intensificado a degradação dessas áreas, principalmente pelos moradores locais que não têm alternativas de sobrevivência a não ser o uso dos recursos naturais da referida área, além, das relações culturais com o seu lugar:

[...] Na maior parte do mundo, os números absolutos e a pressão das necessidades sociais estão ditando que a exclusão humana das áreas protegidas - a abordagem “obstáculos e multas” para a conservação da natureza - é simplesmente inviável (WELL e BRANDON, 1992). Isso levou a uma mudança gradual, que busca a integração entre as necessidades de desenvolvimento das comunidades locais e a administração das áreas de proteção. A “abordagem preservacionista” está condenada nesse contexto, já que requer “uma estratégia de defesa essencialmente militarista, quase sempre aumentando ao conflito” (MACHLIS e TCHNELL, 1985 *apud* WEARING e NEIL, 2001, p. 156).

Nesse quadro, a Serra de Itabaiana é um exemplo prático. Dentre os diversos depoimentos tomados por Santana (2002) que ratificam a citação acima, um entrevistado afirmou que mesmo colocando o exército para vigiar a Serra ele arranjará uma maneira de burlar a vigilância e entrar no interior da “área protegida?”, além do fato de que a Serra e seu entorno continuam sendo usado sem planejamento, tanto para o lazer e a recreação quanto para a retirada de recursos naturais embora em escala menor comparativamente ao período anterior à presença do IBAMA, conforme pesquisas e depoimentos colhidos neste trabalho.

O documento estratégico elaborado no Congresso Mundial de Parques e Áreas de Proteção, realizado em Caracas em 1992, aponta nitidamente uma mudança de percepção relativa à prioridade ecológica em detrimento do humano, especificamente com relação às culturas locais: “As áreas de proteção devem ser administradas de modo que as comunidades locais, os países envolvidos e a comunidade mundial sejam beneficiados” (IUCN, 1992 *apud* WEARING e NEIL, 2001, p. 157).

Essa percepção está presente na Lei nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Brasileiro de Unidade de Conservação, salientando-se que a legislação específica sobre unidades de conservação no Brasil segue a orientação da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

Outro aspecto relevante abordado neste congresso foi a conservação fora das áreas protegidas, tendo sido evidenciado o reconhecimento de que “ilhas” isoladas de biodiversidade são vulneráveis e têm se tornado inviáveis ao longo do tempo. Isso reforça a idéia da conservação com a participação das populações locais através de práticas ecológicas sustentáveis, o que possibilitaria estender as áreas conservadas, denominadas de reserva da biosfera de uso múltiplo e / ou os corredores de biodiversidade, no caso brasileiro as reservas da biosfera da mata atlântica (onde estaria inclusa a Serra de Itabaiana), do cerrado, da caatinga, colocando em cheque as práticas de criação de áreas preservadas isoladas.

Nesse sentido, a Lei nº 9.985/2000 em seu artigo 41, diz que:

A Reserva da Biosfera é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Assim, entendemos que os responsáveis pelas estratégias de conservação da natureza tanto no mundo quanto no Brasil estão buscando seguir a trilha da sustentabilidade.

Contudo, a corrente preservacionista continua defendendo a criação dos santuários ecológicos intocáveis, que tanto afetou e tem afetado negativamente a diversidade cultural do planeta com seus saberes tradicionais acumulados durante séculos e milênios, em favor do conhecimento científico objetivo e ahistórico a serviço do capital e da homogeneização cultural moderna. Depoimentos colhidos por Santana (2002), chegam a defender o uso da força e de armas de fogo para a preservação irrestrita da Serra de Itabaiana.

Por sua vez, somando-se à opção da classe política sergipana e do Ministério do Meio Ambiente pela indefinição da situação legal da Serra, o poder público do estado de Sergipe e dos municípios de Itabaiana e Areia Branca não têm se mobilizado para resolver tal situação, muito menos para criar alternativas de geração de renda, de melhoria de qualidade de vida e de formas sistemáticas de lazer e recreação que viessem a compensar pelo menos em parte aqueles que foram afetados nos aspectos sócio-culturais e econômicos, e até a estimular a conservação e ampliar o patrimônio natural da Serra.

Na estratégia para o ecodesenvolvimento,

[...] o cuidado com os recursos naturais em nome da solidariedade diacrônica para as gerações futuras constitui parte integrante dessa estratégia. De resto, parece ser um campo ideal para o “investimento humano” (Raynaud, 1969), visto que numerosos

trabalhos de conservação dos solos e das águas, de reflorestamento etc., se prestam à utilização de técnicas muito intensivas de mão-de-obra. Como, além disso, a mão-de-obra está freqüentemente disponível, ainda que apenas nas entressafas dos grandes trabalhos agrícolas, é possível conceber-se programas de recuperação de recursos naturais [...] (SACHS, 1986, p. 25).

Nesse contexto, se os objetivos previstos inicialmente no projeto de implantação da estação ecológica da Serra de Itabaiana tivessem sido colocados em prática, dentre eles o incremento e plantio de espécies em extinção, montagem de herbário com plantas locais e da região, a introdução de espécies próprias aos ecossistemas da área afugentadas por diversos fatores, o reflorestamento das áreas degradadas, montagem de museu zoológico com espécies peculiares à área, certamente exigiria o envolvimento de mão-de-obra intensiva local, podendo ter minimizado os impactos negativos junto à população local, além de disseminar uma cultura de práticas e usos conservacionistas que provavelmente estaria em estágio avançado, tornando-se um exemplo para outras áreas no Brasil.

Todavia, a situação legal da unidade de conservação da Serra de Itabaiana tem possibilitado apenas a preservação precária do seu patrimônio natural pelo IBAMA, devido às práticas e os usos que continuam ocorrendo na Serra, conforme será visto a seguir.

5.3 Situação legal da Serra na percepção dos atores sociais e institucionais

Para a **superintendência do IBAMA/SE**, a política da atual gestão consiste no incentivo à criação de unidades de conservação federais, estaduais e municipais e de reservas particulares de patrimônio natural - RPPN's, que essa discussão não vinha ocorrendo no Estado e ainda que, não existe interesse do Estado e dos Municípios sobre essa discussão, porém afirma haver uma relação institucional de respeito entre o IBAMA/SE e os referidos executivos.

Com relação à Serra de Itabaiana, o que continua pendente é a questão fundiária, que poderia se resolver através de recursos próprios do MMA/IBAMA, de compensação ambiental e de conversão de multas.

Sobre o processo de regularização da unidade de conservação da Serra de Itabaiana envolvendo a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) que não houve continuidade, o Superintendente falou que estava “resgatando o processo para colocar em andamento, pois o mesmo estava perdido em Brasília”, e que na primeira quinzena de janeiro

do corrente ano, em uma reunião em Recife sobre as unidades de conservação do Nordeste, reiniciaria as discussões sobre o referido processo com a CHESF.

O referido processo objetiva a regularização da unidade de conservação da Serra de Itabaiana. Com relação à regularização das unidades de conservação, a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei nº 9.985, de 18/07/2000), em seu art 55, diz que:

As unidades de conservação e áreas protegidas criadas com base nas legislações anteriores e que não pertençam às categorias previstas nesta lei serão reavaliadas, no todo ou em parte, no prazo de até dois anos, com o objetivo de definir sua destinação com base na categoria ou função para as quais foram criadas, conforme disposto no regulamento desta lei.

Ainda em seu artigo 36, a Lei do SNUC expressa que:

Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento da Lei.

Estes artigos da Lei do SNUC somam-se à Resolução CONAMA N° 002/96, que em seu artigo 1° estabelece a obrigatoriedade da implantação de uma unidade de conservação de domínio público e uso indireto, definida pelo órgão licenciador, como forma de reparação dos danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas, nos casos de implantação de empreendimentos de relevante impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento no EIA/RIMA. No parágrafo 1°, do referido artigo, consta que:

Em função das características da região ou em situações especiais, poderão ser propostos o custeio de atividades ou aquisição de bens para unidades de conservação públicas na legislação, já existentes ou a serem criadas, ou a implantação de uma única unidade para atender a mais de um empreendimento na mesma área de influência.

Os dispositivos legais anteriores vieram favorecer a regularização do processo de implantação da Estação Ecológica da Serra de Itabaiana, pelo fato de que o IBAMA tem destinado parte dos recursos das medidas compensatórias das empresas para criação e regularização das unidades de conservação.

Nesse contexto, o IBAMA utilizaria os recursos referentes à compensação ambiental decorrente da construção da linha de transmissão LT 500 kV Jardim II/Camaçari, realizada

pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, para a conclusão do processo de implantação de uma unidade de conservação na Serra de Itabaiana.

Em 2002 foi lançado pela CHESF o edital de licitação para tomada de preços – TP – 4.92.2002.1780 de acordo com a Lei nº 8.666/93, com objetivo de execução de consultoria técnica para desenvolvimento de estudos para a criação de uma unidade de conservação de proteção integral na Serra de Itabaiana/SE, de acordo com Capítulo IV, parágrafo 2º da Lei do SNUC que estabelece que “a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.”

Já a **Gerência da estação ecológica da Serra de Itabaiana** afirmou que a Serra não consta na lista de prioridades do MMA para a criação de unidades de conservação e, para que isso ocorra, é necessário não só uma gestão política forte do IBAMA/SE, como também a mobilização e engajamento da sociedade sergipana (políticos, governo estadual, prefeituras, sociedade civil organizada, população do entorno da Serra, instituições de ensino dentre outros) para pressionar o MMA a colocar a Serra na lista de prioridades.

A Gerência afirmou ainda que foram solicitados recursos financeiros ao MMA para o ano corrente, para dar continuidade ao processo de implantação da UC na Serra, mas não há garantias de liberação desses recursos. Sobre as desapropriações de terras, o valor a ser pago pelo IBAMA aos proprietários corresponde ao valor médio de mercado.

Com relação aos **proprietários de terra**, aquelas afetadas pelo processo de desapropriação para a implantação da Estação Ecológica, foram levantadas a percepção sobre a situação legal da Serra junto a quatro proprietários.

Para os quatro proprietários, não houve solução para a Serra de Itabaiana devido à falta de interesse político e por questões financeiras, ou seja, a falta de verba do MMA/IBAMA e também, segundo um entrevistado, por desacordo entre as partes sobre o valor a ser indenizado, e que tentou várias vezes com o IBAMA e com o governo do Estado negociar uma solução, sem sucesso. Segundo os entrevistados, há interesse em se negociar a desapropriação, porém não há retorno ou interesse tanto do MMA/IBAMA, quanto dos governos estadual e dos municípios de Itabaiana e Areia Branca.

Foi sugerida por dois entrevistados como alternativas para a solução, o MMA/IBAMA buscar o diálogo e a negociação com os proprietários. Um outro entrevistado sugeriu o seguinte para tentar agilizar a busca de solução para a Serra: “mobilizar toda a imprensa, governo estadual, secretários, instituições de ensino e a população em geral e trazer todo mundo na Serra para mostrar que a Serra está na UTI, e necessita de socorro urgente”.

No que diz respeito ao relacionamento entre os proprietários e o IBAMA, um entrevistado disse que o seu relacionamento é de “isolamento, falta entendimento, indiferença e frustração devido ao descaso e irresponsabilidade do IBAMA”.

Um outro entrevistado disse que “o IBAMA consegue envolver a comunidade da Serra em palestras, porém, não quer o bem da Serra, pois nunca traz propostas concretas”. Outro depoimento disse que o IBAMA é muito fechado, não considera a comunidade local, “não procura a comunidade para discutir sobre o projeto da implantação da área protegida com a participação comum, parceria”, mas que seu relacionamento “é pacífico com tolerância”. O último proprietário disse que a sua relação com o IBAMA é indiferente, “não tem havido problemas por que a área não é aproveitada economicamente por nós, mas se fosse permitido, faríamos inicialmente uma hospedagem que poderia se transformar em uma pousada”.

Foram entrevistadas três **secretarias responsáveis pelo turismo** sobre a situação legal de Serra de Itabaiana, a seguir: Secretaria de Turismo do Estado de Sergipe – SECTUR, o Departamento de Eventos, Esporte, Lazer e Turismo subordinado à Secretaria de Educação do Município de Itabaiana-SE e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município de Areia Branca - SE.

Há um consenso nas opiniões dos três entrevistados sobre a questão fundiária, ou seja, a falta de recursos financeiros do MMA/IBAMA para solucionar a problemática da Serra, e que a solução seria uma somação de esforços entre IBAMA, governos estadual e municipais e a iniciativa privada para resolver a questão fundiária e transformar a Serra em um parque. A secretaria de turismo do Estado assim se expressou: “é preciso uma somação de esforços do Estado com a União para a alocação de recursos”. Dois entrevistados afirmaram que “é um risco continuar do jeito que está”.

Sobre o interesse e participação dos respectivos governos / secretarias na resolução da situação legal da Serra, o entrevistado da prefeitura de Itabaiana disse que tem interesse em explorar turisticamente, e que isso seria agilizado caso se resolvesse a questão legal da Serra

com parcerias entre os governos e a iniciativa privada. Segundo o entrevistado, o relacionamento entre a prefeitura de Itabaiana e o IBAMA é “ótimo! Facilitam desde que não traga prejuízo para a Serra e para o MMA”.

O entrevistado da prefeitura de Areia Branca disse que estava reestruturando e providenciando projetos sobre o meio ambiente em parceria com diversos órgãos estaduais e instituições (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe - EMDAGRO, Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe - COHIDRO, Universidades e outros). Sobre a relação com o IBAMA, afirmou que a relação é boa, que o IBAMA participa de algumas reuniões dos conselhos municipais, aproveitando para trocar informações.

A secretaria de turismo do governo estadual afirmou que tem interesse que se regularize a Serra como uma unidade de conservação mais aberta, para que se possa explorar o turismo como instrumento de geração de renda, redução das desigualdades locais e desenvolver os produtos da região da Serra. Sobre a relação do governo estadual com o IBAMA, o entrevistado falou que o IBAMA tem “acento” no projeto turístico do Estado de nome Pólo dos Coqueirais, e que seria convidado a participar do fórum estadual de turismo a ser implantado, além de diálogo com o projeto TAMAR. Assim, segundo o entrevistado, “há uma política de aproximação e respeito”.

Das dez **agências de receptivo** localizadas em Aracaju, previstas para o levantamento sobre a situação legal da Serra, só foi possível entrevistar oito. Duas delas desmarcaram e / ou não apareceram para a entrevista por várias vezes.

Sobre a situação legal da Serra de Itabaiana, das oito agências de receptivo entrevistadas, quatro delas afirmaram desconhecer esse assunto, dentre elas uma afirmou que “não acompanha as coisas do governo” e que acha a Serra de Itabaiana muita largada, e outro entrevistado afirmou: “desconheço. Mas o governo do Estado, junto com o SEBRAE e algumas agências estão desenvolvendo roteiros de turismo na Serra inclusive divulgando. No caso de haver questões legais, isso é um erro, não vai funcionar bem se não for resolvida a situação legal”. Falou que conhece a Serra da Canastra, onde é tudo bem organizado pelo IBAMA.

As outras quatro agências afirmaram que não há interesse político dos governos em resolver o problema da Serra. Um dos entrevistados afirmou que “quando eles querem, eles

resolvem. Acho que é porque não dá voto ou não é prioridade ou é descaso com o ambiente mesmo”. Outro afirmou que a área é muito visitada e, “não sei se os governos não têm conhecimento ou idéia do que poderia se gerar de benefícios para a região. Existe demanda”, sugerindo que a opinião pública deveria se manifestar e se mobilizar para cobrar ações dos governos.

Foram entrevistadas quatro **agências de ecoturismo / turismo de aventura** sobre a situação legal da Serra. Das quatro agências entrevistadas uma não tinha conhecimento sobre a questão legal da Serra. As outras três apontaram a falta de verbas para resolver os problemas com os proprietários de terra e a falta de interesse político nas questões relativas à natureza no estado de Sergipe. A solução apresentada foi o diálogo entre os envolvidos (IBAMA, comunidades locais e órgãos estaduais e municipais) para se buscar um consenso entre as partes.

Uma entrevistada falou que “deveria ocorrer seminários e debates entre os interessados, criar uma associação, envolver o terceiro setor devido à sua importância atualmente, para sentir o interesse e disponibilidade de governos e empresários e se cobrar ações práticas”.

Foram entrevistados cinco **guias de ecoturismo** sobre a situação legal da Serra, distribuídos da seguinte forma: três guias moradores do entorno da Serra e dois guias moradores de Aracaju-SE, mas que trabalham constantemente com roteiros na Serra, portanto, com bastante conhecimento e experiência das trilhas da Serra. Ressalte-se que independentemente da regulamentação da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR sobre a profissão de guia turístico, adotamos o termo guia de ecoturismo neste trabalho, para identificar os atores sociais que fazem roteiros na Serra de Itabaiana.

Dois dos guias moradores do entorno da Serra percebem o problema das terras não desapropriadas pelo governo (IBAMA), reclamaram da falta de união e de conscientização das pessoas com a Serra. Um deles, como sugestão, falou que deveria haver maior controle nas visitas, pois “tá muito descontrolada as visitas, roubo, assaltos, precisa de segurança”. O outro sugeriu que houvesse negociação para a desapropriação.

O terceiro guia morador local disse que a atuação do IBAMA na questão da legalização da Serra “é uma piada. A tecnocracia do IBAMA não tá ligando para a Serra. Só se preocupa com os manguezais. Para o pessoal dos mangues eles ajudam e fazem projetos

para compensar a conservação, enquanto para nós é só punição e proibição. Só multar os que tiram alguma coisa têm levado a vários incêndios na Serra por revolta. Falta segurança na Serra, porque não solicitar a cavalaria ou policiais com moto?”. Com relação a uma solução, disse: “posso considerar que a Serra tá na UTI, e precisa de bons médicos”.

Foram entrevistados doze **beneficiários com o fluxo turístico** sobre a situação legal da Serra. Esses beneficiários pertencem ao segmento de comércio e serviços de interesse (eco) turístico delimitados no município de Areia Branca.

Entre os doze entrevistados, dois não tinham conhecimento sobre a questão legal da Serra. O restante, em linhas gerais, falaram sobre a falta de interesse dos políticos, sobre algumas promessas do IBAMA para solucionar a situação da Serra que não foram cumpridas, sobre a falta de políticas sérias dos governos, “as prefeituras não ligam para o ambiente natural (lixo, esgoto jogado nos riachos, restos do matadouro jogado à toa)”. O seguinte depoimento resume o pensamento geral dos entrevistados: “Não há interesse do IBAMA. Se os grandolas tivessem interesse já tinha resolvido”.

Sobre as sugestões para resolver a situação legal da Serra, três entrevistados disseram: “isso aí não vai se resolver nunca!”, enquanto outros sugeriram o seguinte: “mobilização da comunidade em parceria com o IBAMA da Serra”, “os prefeitos se envolverem na política ambiental”, “preservar a Serra trazendo lucro”, definir o tipo de área preservada”, “o IBAMA investir para regularizar as terras”, “união entre todos”, “ explorar o turismo com controle para gerar renda para a população e para o município”. Em síntese o depoimento a seguir resume o consenso sobre a situação atual: “Do jeito que tá não dá, tem mais de vinte anos que se fala nisso!”.

Sobre o relacionamento da população do entorno da Serra com o IBAMA, oito entrevistados consideraram o relacionamento ótimo, dentre esses oito, sete creditaram esse relacionamento aos funcionários da estação ecológica da Serra, principalmente à Sra. Valdineide (mais citada) e também ao Sr. Marleno, e não às ações do IBAMA como órgão. O seguinte depoimento traduz a forma como esses entrevistados distinguem a relação com o IBAMA\instituição e os funcionários do IBAMA envolvidos com a Serra: “é a melhor possível, com os que estão envolvidos, Val (Sra. Valdineide gerente da Estação Ecológica da Serra) e Marleno (analista ambiental do IBAMA na Serra), que dão tudo pela Serra”.

Sobre as ações do IBAMA como órgão, alguns depoimentos fornecem as dimensões das queixas contra o referido órgão: “a fiscalização pune e multa os pequenos, que buscam a sobrevivência do dia a dia, enquanto que com os grandes não acontece nada! É tudo farinha do mesmo saco!”. “Eles chegaram aqui, e me multaram. Em vez disso, podia ter me dito como regular o que eu estava errado! Foi a primeira vez, e não me deram nenhuma orientação! É por isso que tacam fogo na Serra, depredam, não respeitam”. “O IBAMA não se mistura muito não. É muito restrito. Deveria participar mais, conscientizar, ensinar, fica vigiando, empata os proprietários vizinhos da Serra de produzir”.

Outros falaram que “Esse pessoal do IBAMA ganha bem. Não sabe o que é passá fome, ter que ir no mato arranjar o que comê. Muita gente tira coisa da Serra por necessidade, não tem outro jeito. Mas tem gente que vive bem e tira coisa da Serra sem precisar, pra ganhar dinheiro”.

5.4 Práticas e usos atuais na Serra na percepção dos atores sociais e institucionais

Para o IBAMA/SE, através da **gerência da Estação Ecológica da Serra**, não há levantamentos da fauna e da flora específicos sobre a ameaça de extinção de espécies, e afirma que não está ocorrendo diminuição da fauna e da flora. Ao contrário, tem melhorado a recuperação de algumas áreas e a redução dos incêndios na Serra. Antes não havia controle. No entanto, algumas áreas estão degradadas devido à ação antrópica com a retirada de matéria prima para as olarias, argila e lenha, incêndios por atos de vandalismo, coivara no entorno que alcança a Serra.

A infra-estrutura física para receber visitas com foco na educação ambiental e em pesquisa científica não atende à demanda. O sistema de sinalização é precário e o galpão é pequeno para atender aos estudantes. Atualmente existe um barracão, dois quiosques, dois banheiros, um alojamento para seis pessoas, cozinha, sala e escritório. É necessário criar pelo menos um centro para o atendimento dessas demandas.

As ações atuais com relação à educação ambiental consistem no atendimento às escolas, integração e troca de informação com as comunidades do entorno, participação nas reuniões dos conselhos comunitários dos povoados e dos municípios de Itabaiana e Areia Branca, criação de uma associação e do comitê de gestão da estação ecológica da Serra, como

também oficializar a brigada de combate a incêndios, formada por voluntários das comunidades locais há muitos anos.

Essas ações têm o intuito de buscar a aproximação e o envolvimento das comunidades do entorno da Serra e minimizar, em parte, os impactos sócio-culturais do processo de criação da estação ecológica.

Com relação ao controle das visitas, nos últimos anos só foram realizados controle com os pesquisadores e os estudantes. É muito difícil fazer um controle em toda a Serra, pois ela tem vários acessos.

Os locais mais visitados da Serra apresentam recursos naturais frágeis. Por exemplo, o Poço das Moças, o Salão dos Negros, a Gruta, as nascentes e o *podocarpus* no topo da Serra são locais sensíveis. Os impactos causados pelos visitantes são o vandalismo, incêndios, que às vezes é proposital, lixo, caça e retirada da flora. Nesse sentido, o número de funcionários da Estação Ecológica não é suficiente.

Atualmente o quadro de funcionários é composto por quatro funcionários efetivos do IBAMA nas seguintes funções: um gerente, um analista ambiental, um auxiliar de escritório e um motorista e quatro funcionários contratados: dois vigilantes que também auxiliam na recepção dos visitantes e dois auxiliares de serviços gerais.

Os funcionários contratados recebem orientação e treinamento dos funcionários efetivos do IBAMA conforme a necessidade das tarefas as serem cumpridas. Seriam necessários mais dois fiscais pelo menos, e um grupo maior e melhor preparado para atender aos estudantes e visitantes, e auxiliar nas ações de educação ambiental, que poderia advir de parcerias, por exemplo, com as universidades da seguinte forma: estágios de alunos das diversas áreas científicas com orientação dos professores, acompanhados pelo IBAMA.

Foram levantadas, junto aos **proprietários de terra na Serra**, as práticas e usos atuais em quatro propriedades afetadas pelo processo de implantação da Estação Ecológica da Serra de Itabaiana.

Das quatro propriedades, uma nunca foi explorada economicamente, apenas até os anos de 1970 para lazer e recreação do proprietário e amigos. Outra foi adquirida na década de 1990 com o objetivo de implantação de um complexo turístico na margem esquerda do riacho dos Negros próximo ao Poço das Moças, inclusive prevendo o desvio do riacho para a

construção de piscinas, o que foi proibido pelo IBAMA. Essa propriedade está localizada entre as duas áreas da estação ecológica da Serra, conforme a figura 5.3 na página 96. O proprietário encaminhou um processo para a criação de uma reserva particular de patrimônio natural - RPPN, em tramitação no IBAMA, para tentar viabilizar o projeto turístico.

A terceira propriedade era explorada economicamente inclusive com dois alambiques para a fabricação de aguardente, já extintos, onde “foi montada a estrutura econômica familiar muito antes da presença dos órgãos ambientais por meu pai, já falecido”, segundo a entrevistada. Após o processo de implantação da estação ecológica da Serra, essa propriedade passou apenas a vender a produção de coco. Nos últimos anos foi invadida por pequenos agricultores, que foram expulsos pela justiça nos últimos meses de 2003. Segundo a proprietária, houve várias denúncias ao IBAMA sobre a retirada de madeira, de lenha e outros recursos naturais da propriedade, obtendo como resposta a falta de pessoal para a fiscalização.

A quarta área particular é utilizada economicamente pelos herdeiros com agricultura, pecuária, apicultura, e exploração turística. Nessa propriedade há uma hospedagem para receber visitantes, cuja procura maior é de escolas para lazer e educação ambiental, seguida de grupos religiosos. Segundo o entrevistado, o seu objetivo é buscar a conservação da mata atlântica; das matas ciliares; já faz coleta seletiva de lixo; está buscando usar técnicas agrícolas sustentáveis e abandonando a pecuária. A referida área particular, está localizada próxima ao rio Jacarecica, foi sendo desenvolvida pelos herdeiros, familiares e parentes no decorrer desses mais de vinte anos em que não se definiu a situação da Serra, já sendo considerada um aglomerado rural, denominado povoado Água Fria.

Sobre as práticas e usos atuais na Serra das três **secretarias responsáveis pelo turismo**, as secretarias de Areia Branca e Itabaiana não têm projetos turísticos para a Serra. A secretaria de turismo do Estado, juntamente com o SEBRAE e algumas agências de receptivo de Aracaju, lançaram um roteiro turístico no início do segundo semestre de 2003 que inclui visitas à Serra de Itabaiana, pretendendo divulgar nos eventos de turismo do País. Durante a pesquisa foi verificado que o IBAMA não participou da elaboração do referido roteiro turístico, nem tinha conhecimento da existência do mesmo.

Foram entrevistadas oito **agências de receptivo** e apenas quatro delas levam visitantes para a Serra de Itabaiana. Das quatro que no depoimento anterior desconhecem que a área está a mais de vinte anos em processo de implantação de uma estação ecológica, duas fazem

roteiros para a Serra. Para uma delas a Serra é o terceiro passeio mais procurado, inclusive por turistas do exterior, perdendo apenas para Xingó e Mangue Seco. Os motivos da procura são “para ecoturismo e esportes de aventura” e, o período mais procurado é na alta estação, entre os meses de novembro e fevereiro. Os locais mais visitados são o riacho das Pedras, o topo da Serra e o poço das Moças. Utiliza apenas guia da agência. A propaganda é feita através de cartazes, panfletos e boca a boca.

A outra agência estava divulgando o recém lançado (julho de 2003) roteiro turístico “Fale bem de Sergipe” elaborado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/SE e pela Secretaria de Turismo do estado de Sergipe – SECTUR que inclui visitas à Serra, havendo alguma procura principalmente por esportes de aventura e ecoturismo, e estava iniciando também a divulgação do roteiro em outros estados do Brasil. Antes não trabalhava com a Serra de Itabaiana.

Das quatro agências de receptivo que no depoimento anterior têm conhecimento da situação legal da Serra, apenas duas delas fazem roteiros com a Serra. Uma foi procurada uma única vez por estudantes de uma faculdade para realizar estudo, porém está divulgando o roteiro “Fale Bem de Sergipe”, iniciando os contatos. A outra agência faz o transporte de escolas, academias, praticantes de esportes de aventura, geralmente para o poço das Moças e riacho das Pedras, afirmando que “pela quantidade de pessoas que transporta para a Serra, existe uma demanda que poderia crescer se houvesse infra-estrutura e planejamento”. Não fornece guias.

Com relação às práticas e usos atuais, das quatro **agências de ecoturismo / turismo de aventura na Serra**, todas trabalham com roteiros para Serra. Uma das agências trabalha apenas com visitas para contemplação da paisagem, contato com a natureza e espiritualidade, afirmando que “aparece muita gente para conhecer a Serra que se impressionam, passam a sentir necessidade de retornar ao contato com a natureza, repetindo outras vezes as visitas. As pessoas que me procuram são por indicação, a propaganda boca a boca é o carro chefe; uso também panfletos e mala direta e de vez em quando entrevistas e reportagens em jornais e revistas”. Para ele, a época das chuvas é mais procurada pela beleza e pujança das águas que descem a Serra e acha também que, se houver excesso de gente pode provocar desequilíbrio ecológico. E finaliza: “Mas, mesmo com pouca água a Serra é bonita e há procura”.

Os locais mais visitados são o poço das Moças, Salão dos Negros, a Gruta da Serra e a cachoeira Véu de Noivas, todos localizados no vale do riacho dos Negros, e o riacho das Pedras. Utiliza guia local para acompanhar as visitas, pois os “locais necessitam desse serviço, senão estaria roubando o seu ganha pão”.

As outras três agências, além do contato com a natureza, oferecem também esportes de aventura. Usam a propaganda boca a boca, panfletos, cartazes e adesivos. Uma das agências utiliza com muita frequência a Internet para divulgação da agência e envio de correio eletrônico para os clientes com os pacotes turísticos. Os locais mais visitados na Serra são o Salão dos Negros, a Gruta da Serra, cachoeira Véu de Noivas, riacho das Pedras, topo da Serra e vertente oeste. Apenas uma dessas agências utiliza moradores locais para o apoio nas visitas.

Foram entrevistados cinco **guias de ecoturismo** sobre os usos e práticas atuais na Serra. Dos três guias moradores do entorno da Serra, um deles é procurado esporadicamente pelos visitantes (uma vez por mês em média). Os outros dois afirmaram que há procura por visitas à Serra, inclusive por estrangeiros que ficam encantados com suas belezas e que não vêm mais por falta de divulgação. Porém afirmam que já houve mais procura em tempos passados, debitando a diminuição do fluxo à indefinição do IBAMA.

Os guias comentaram sobre a grande quantidade de pessoas principalmente de Itabaiana que frequentam a Serra para o lazer e a recreação e praticam vandalismos, deixam o lixo, garrafas de bebidas vazias. Um deles afirmou que “o nome do poço das Poças devia mudar para poço das garrafas”.

Dois deles fazem *folders* para a divulgação dos roteiros na Serra, anunciam em algumas revistas, jornais e adesivos. A procura é maior para banhos, caminhadas, contemplação de paisagens e esportes. As áreas mais visitadas são o poço das Moças, Salão dos Negros, a Gruta da Serra, cachoeira Véu de Noivas, riacho das Pedras, o topo e a vertente oeste.

Os outros dois guias residentes em Aracaju afirmaram que tem havido procura por visitas à Serra, e que a maioria das pessoas é do estado de Sergipe, criando uma oportunidade para a conscientização do sergipano sobre a natureza e sobre a situação da Serra. Os locais mais visitados são os mesmos dos guias moradores locais. Trabalham esporadicamente em parceria com algumas agências de receptivo de Aracaju-SE.

Foram entrevistados doze **beneficiários com o fluxo turístico** sobre os usos e as práticas atuais na Serra. Os beneficiários pertencem ao segmento de comércio e serviços e outras atividades de interesse (eco) turístico delimitados ao município de Areia Branca.

Dos doze entrevistados, onze afirmaram que a contribuição para o faturamento dos seus empreendimentos motivados pelas visitas atuais à Serra varia de inexistente a inexpressiva. Apenas o restaurante localizado na entrada da Estação Ecológica da Serra, na margem da BR 235, afirmou ter uma boa contribuição.

Porém, todos acham que melhoraria significativamente se “se investisse em um turismo controlado”. Alguns dos entrevistados disseram que “quando havia acampamento e visitas em maior quantidade na Serra, muito mais gente parava para compras. Era um movimento bom para o negócio”, afirma.

A proprietária da loja de doces artesanais, localizada às margens da BR 235, entre a Serra de Itabaiana e a serra Comprida, disse que as pessoas que estão de passagem e param para comprar seus doces fazem elogios e comentários sobre a beleza da paisagem da Serra, indagando-a: “como é que faz para entrar e conhecer essa Serra?”, e sugerem o seguinte: “por que a senhora não faz uma pousada aqui, para que a gente possa dormir e acordar de manhã cedo vendo essa maravilha da janela?”

Esta senhora relatou ainda que, certa vez, um governador do estado de Sergipe parou para provar os seus doces e, entre abraços e elogios, sobre a fantástica qualidade dos doces e o tipo de serviço que ela estava prestando, ou seja, um produto local, que valoriza também todo o Estado de Sergipe. Aproveitando a oportunidade, ela perguntou: “por que o Senhor não faz um parque na Serra para que as pessoas possam visitar e resolver o problema da Serra?” Obteve a seguinte resposta, de forma serena e calma: “Aí a senhora pisou num dos meus calos...”, e continuou saboreando os doces entre afagos e elogios.

5.5 Avaliando as práticas e usos atuais

A “cerca invisível” percebida por Santana (2002) é confirmada pelos depoimentos. A cerca que isolaria a Serra de quaisquer atividades humanas subjetivas, permitindo apenas as atividades relativas à objetividade racional dominante de acordo com a legislação vigente, ou

seja, a preservação, a pesquisa científica e a educação ambiental, não é aceita pela população local.

Com relação às visitas na Serra de Itabaiana, não há o cumprimento dos requisitos mínimos para que se possam considerar as visitas atuais como ecoturismo, pelo fato de que, dentro de uma unidade de conservação quaisquer atividade está subordinada ao plano de manejo, e no entorno da unidade ou zona de amortecimento, “[...] as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”, conforme o artigo 2º da Lei do SNUC.

Ainda de acordo com esta Lei, toda unidade de conservação deve ter um plano de manejo, que é um documento elaborado após a criação da unidade de conservação, documento este que regula, orienta e estabelece critérios para as atividades no interior de uma unidade de conservação. Em seu artigo 2º, a Lei do SNUC define o plano de manejo:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

O zoneamento é uma etapa do Plano de Manejo elaborado através de estudos biológicos, físicos, sociais, econômicos, geográficos dentre outros, que visa facilitar o gerenciamento e o monitoramento das práticas e usos da unidade de conservação.

De acordo com a Lei do SNUC, em seu artigo 2º, zoneamento é a “definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”.

Com relação ao ecoturismo, é através do Plano de Manejo e do zoneamento que se tem condição de estabelecer as áreas de maior interesse e que sejam permitidas para as práticas dessa atividade.

Nesse sentido, as trilhas para o uso público em unidades de conservação têm o propósito de suprir as necessidades recreativas dos visitantes, ao mesmo tempo em que visa minimizar e facilitar o controle dos impactos decorrentes da presença humana na área.

Assim, é a partir do zoneamento da unidade de conservação que se definem as trilhas e os pontos de visita a serem utilizados na atividade ecoturística, visando reduzir os

impactos ambientais às áreas visitadas. Isso não ocorre na Serra de Itabaiana, pelo fato de que a unidade de conservação ainda não foi implantada.

A intensidade dos impactos mais comuns em trilhas é influenciada tanto pelo tipo e quantidade de visitação quanto pelas características físicas da trilha e adjacências, ou seja, o relevo, o tipo de solo e de vegetação e os recursos hídricos, estes, foco principal da procura pelas visitas à Serra atualmente.

Do levantamento das práticas e usos atuais ocorrentes na Serra, destaca-se a multiplicidade de usuários que “definem” as trilhas de seu próprio interesse, sem um ordenamento e avaliação prévia de seus impactos. Todavia, as trilhas assim construídas, podem provocar efeitos negativos tais como demonstrados no quadro 5.10. Aí são mostrados os impactos percebidos a partir do depoimento dos usuários e constatados nas visitas de campo, quando do acesso aos locais mais visitados.

Quadro 5.10 - Impactos em trilhas e os seus efeitos ecológicos e sociais

TIPO DE IMPACTO	EFEITO	
	Ecológico	Social
Erosão de Solo	Perda de solo e nutrientes, sedimentação e turbidez de água, alteração de do padrão de drenagem. É o tipo de impacto mais permanente.	Maior dificuldade de viagem (caminhada), degradação de qualidade visual, aumento de risco de acidentes.
Exposição de raízes	Danificação de raízes, redução na saúde de árvores, intolerância a períodos de seca	Degradação de qualidade visual, aumento de risco de acidentes.
Formação de trilhas secundárias	Perda de vegetação, exposição de solo	Degradação de qualidade visual
Solo úmido	Mais suscetível a ficar barrento e a impermeabilização	Maior dificuldade de viagem, degradação de qualidade visual
Água corrente	Maior intensidade de erosão	Maior dificuldade de viagem
Alargamento de trilha	Perda de vegetação, exposição de solo	Degradação de qualidade visual
Trilhas criadas por visitantes	Perda de vegetação, fragmentação de habitat de vida animal	Evidência de impacto humano, degradação de qualidade visual
Lixo	Poluição, contaminação e doenças em animais silvestres	Evidência de impacto humano, degradação de qualidade visual

Fonte: Marion e Leung (2001) *apud* Borges (2002)

Utilizam-se como ações preventivas para a prática do ecoturismo, visando minimizar e controlar os impactos negativos, a colocação de materiais e equipamentos de proteção nas trilhas e pontos de visitação para facilitar a drenagem, a ultrapassagem de corpos d'água, a

ultrapassagem de alagados, a contensão da erosão, além de sinalização adequada e equipamentos de segurança que servem tanto para a segurança do visitante quanto para reduzir os impactos à área natural, como também o monitoramento constante, ou seja, o exame periódico dos níveis de mudança ocorridos em determinado local com a visita, isto é, as alterações causadas ao ambiente visitado tanto positivas quanto negativamente.

Nesse sentido, a determinação da capacidade de carga é uma ferramenta para auxiliar no planejamento e no monitoramento das trilhas, entendendo-se por capacidade de carga o número de turistas que podem ser acomodados e atendidos em um determinado ambiente, “sem provocar alterações significativas nos meios físico e social e nas expectativas dos visitantes” (DIAS, 2003, p. 80).

Os princípios para a prática do ecoturismo propostos por Kinker (2002) trazem outros critérios além dos citados acima, que fazem com o que o ecoturismo seja a atividade mais indicada para as unidades de conservação, ressaltando que, como já visto, o que ocorre na Serra de Itabaiana em sua grande maioria são visitas aleatórias, desordenadas, com pouco ou nenhum controle. Apenas algumas visitas seguem empiricamente alguns princípios do ecoturismo, tais como a preocupação com lixo, com o número de visitantes e a educação ambiental.

Assim, diante dos resultados relativos às práticas e usos atuais na Serra de Itabaiana, cabe perfeitamente verificar as perspectivas e possibilidades de sistematização das práticas de ecoturismo, através do levantamento do potencial ecoturístico da Serra e da percepção dos atores sociais pertinentes, considerando os aspectos legais e institucionais relativos ao processo inconcluso de implantação de uma unidade de conservação em sua área.

6 PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE ECOTURISMO NA SERRA

As informações colhidas nas visitas de campo têm ratificado a vocação da Serra de Itabaiana como *locus* de lazer e recreação além de atividades de pesquisa científica e educação ambiental, tornando-se emergencial a verificação sistematizada das perspectivas e possibilidades da prática de atividades ecoturísticas, através do levantamento do potencial ecoturístico da Serra e da percepção dos atores sociais e institucionais sobre os aspectos

legais, institucionais, econômicos, ecológicos e culturais considerando o processo inconcluso de implantação de uma unidade de conservação na Serra de Itabaiana.

Nas primeiras décadas do século XX, o sociólogo sergipano Florentino Menezes, juntamente com um grupo de intelectuais idealistas, vislumbravam a apropriação e uso da Serra de Itabaiana para fins turísticos (SANTANA, 2002).

Florentino Menezes idealizava a implantação de um complexo turístico no topo da Serra de Itabaiana, composto por uma pequena cidade de veraneio com centros de saúde, de bem estar e de lazer, tendo, dentre seus objetivos, além de servir à sociedade urbana do estado de Sergipe, atrair turistas de outros estados e divulgar as belezas naturais da Serra.

É importante ressaltar que Florentino Menezes incluía no projeto do complexo turístico, não realizado, o reflorestamento das áreas degradadas e o aumento da área de vegetação em outros locais adequados na Serra, para manter as suas belezas paisagísticas.

6.1 A paisagem da Serra

Várias áreas da ciência estudam a paisagem, dentre elas a ecologia, a geografia a biologia, a antropologia, a sociologia, possibilitando a compreensão dos fenômenos da natureza e as relações de interdependência entre os sistemas natural e cultural.

As informações científicas são fundamentais no momento de intervir sobre os atrativos turísticos, os atrativos naturais, seja para usá-los turisticamente, ou para preservar a sua integridade (BOULLÓN, 2002). Ambas as vertentes estão postos na discussão da Serra de Itabaiana, ou seja, o uso sustentável através do ecoturismo ou a sua preservação irrestrita.

A definição das qualidades estéticas de uma paisagem perpassa por avaliações subjetivas, onde se busca a apreciação de sua beleza. Mas como essas avaliações acontecem no pensamento de cada indivíduo conforme a sua capacidade perceptiva e seus gostos pessoais, “[...] é muito difícil generalizar, porque o conceito de beleza varia de uma cultura para outra e, dentro de cada cultura, de indivíduo para indivíduo” (BOULLÓN, 2002, p. 121).

Todavia, considerando a “[...] a paisagem uma qualificação estética outorgada aos elementos que constituem o meio ambiente natural, entendemos que o procedimento natural

para defini-la de modo sistemático deve começar por um conhecimento o mais objetivo possível do meio que lhe serve de base” (BOULLÓN, 2002, p. 116-117).

A paisagem pode ser percebida através de dois enfoques: o estético, ou seja, a imagem criada, seja ela pintada, fotografada ou observada por um indivíduo comum (o turista, por exemplo), que não depende do conhecimento detalhado e profundo dos seus elementos, e o enfoque científico que corresponde à descrição e análise dos elementos da paisagem e suas inter-relações. Neste trabalho foi reservado ao “[...] termo *paisagem* a interpretação que depende da informação visual simples e [...] *geossistema* ou *criptosistema* à versão científica dessa mesma paisagem” (BOULLÓN, 2002, p. 118).

6.1.1 A Serra como um geossistema

Em estudo pioneiro, Cunha (1993) aborda a Serra da Itabaiana como um geossistema e, de acordo com essa metodologia, os níveis subseqüentes ocorrentes na Serra são os geofácies de mata atlântica, cerrado, mata ciliar, restinga, campo rupestre e o geótopo onde há a ocorrência do *podocarpus sellowii*, que serão abordados a seguir. Essa seqüência, bem como seus constitutivos naturais são apresentados a seguir e identificados como elementos de avaliação do potencial turístico.

Geofácies e diversidade biótica da Serra

A mata atlântica, cuja formação é consequência da corrente quente do Brasil que provoca precipitações abundantes no litoral, é uma ramificação da floresta tropical, que acompanhou a evolução do clima durante a Era Quaternária. “Nos períodos úmidos, de excesso de chuvas, “[...] avançou sobre o cerrado e a caatinga, deixando relictos nas serras, cursos de água, locais úmidos. Nos períodos secos, a caatinga avançou sobre a mata atlântica chegando até o litoral, onde deixou relictos” (FRANCO, 1997, p. 128).

Em Sergipe, a mata atlântica encontra-se em pequenas manchas no litoral, com maior densidade no sudeste do Estado. Nos municípios de Itabaiana e Areia Branca, grande parte já foi devastada para a produção de lenha, madeira e agropecuária, sobrando pequenas áreas de relictos na Serra de Itabaiana.

Na pesquisa de campo, foi observada a distribuição espacial do geofácio mata atlântica no entorno da Serra, em sua maioria localizada no sopé, apresentando-se também em manchas pequenas e médias nas matas de galeria e em relictos agrupados no topo, possuindo significativa diversidade de espécies: Sucupira (*Bowdichia virgilliodes*), Pau-Pombo (*Tapirira guianensis*), Oiticica (*Clarisia racemosa*), Ingá-porca (*Sclerolobium densiflorum*), Biriba (*Eschweilera ovata*), Ouricuri (*Syagros comosa*), Piaçava (*Attalea sp.*), Umbaúba (*Cecropia sp.*), Bromélia (*Bromeliaceae*) dentre outras.

No transecto longitudinal da vertente leste da Serra, próximo ao sopé, encontra-se vegetação típica de restinga, nativa de áreas de influência marinha, havendo controvérsias sobre a sua origem. A teoria mais aceita é de Aziz Ab'Saber (*apud* SERGIPE, 1978), segundo a qual a areia é oriunda dos processos erosivos do quartzito, que durante as oscilações climáticas da era Quaternária, de clima acentuadamente árido, formou “dunas fósseis” que se acumularam em um tabuleiro na vertente leste, criando condições para a disseminação desse tipo de vegetação, encontrando-se as espécies *Hancornia speciosa* Gomez (mangaba), *Manilkara salzaminni* (maçaranduba), *Anacardium occidentale* (cajueiro), *Melocactus bahiensis* (cabeça de frade), dentre outras.

Já o cerrado na Serra de Itabaiana se apresenta contínuo à vegetação de restinga, ocupa as menores altitudes da vertente leste e as áreas periféricas da Serra, cujas espécies mais conhecidas são o Cajueiro Bravo (*Plumeria spp*), Cajueiro (*Anacardium occidentale*), Murici (*Byrsomina spp*) Mangaba (*Hancornia speciosa Gomez*), Sucupira (*Bowdichia virgilioides*), Folha Larga, entre outros.

O geofácio campo rupestre é peculiar de elevadas altitudes, sendo encontrado na Serra de Itabaiana a partir de 450 m, apresentando gramíneas, ervas, líquens e musgos, bromélias, orquídeas dentre outras espécies. O pequeno porte desta vegetação está relacionado ao tipo de solo litólico, muito raso, com rochas expostas, à maior incidência solar, à mudança de temperatura e à presença constante de ventos fortes.

Segundo Franco (1997), “Nos campos rupestres há muito endemismo, pelo isolamento que tiveram no decorrer do tempo”. Dentre as espécies endêmicas encontra-se o *Podocarpus sellowii*, que se dispersou isoladamente pela Chapada Diamantina-BA, Serra de Itabaiana-SE, Brejo dos Cavalos-PE e Chapada do Araripe-CE. Na Serra de Itabaiana encontram-se algumas relíquias de 12 e 15m de altura no topo da Serra, indicando as mudanças paleoclimáticas

ocorrentes em tempos passados que criaram condições para a dispersão pelo País. Devido a restrição de sua ocorrência, é entendido por Cunha (1993) como um geótopo.

Quanto à fauna, foram confirmadas no trabalho de campo as espécies citadas por Franco (1997), tais como: paca (*Cuniculus paca*), raposa (*Canis vetulus*), tatupeba (*Euphactus sexcinctus flavimanus*), tatu verdadeiro (*Dasipus novemcincta*), gato do mato (*Felis tigrina*), teiú (*Tupinambis teguixin*), lagartos (*Polychrus spp*), sagüi (*Callithrix jacchus*), tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactylus*) etc., além de várias espécies de aracnídeos, anelídeos, pequenos répteis e aves, dentre elas beija-flores, aves de rapina, ocorrências essas ratificadas em conversas informais com moradores da região.

Geologia e diversidade morfológica

A Serra é constituída por um relevo testemunho ou residual nomeado pela literatura como domo estrutural de Itabaiana. Ele surgiu devido processo de soerguimentos e dobramentos da crosta terrestre, cuja parte central foi “esvaziada” por processos erosivos devido ao clima semi-árido acentuado no Pleistoceno, restando os relevos residuais que formam o domo. Suas rochas são do grupo Miaba (Pré-cambriano), constituídas por quartzitos feldspáticos com camadas de metarenitos sílticos e espessos leitos de metassiltitos que afloram ao redor do “domo” de Itabaiana e na “janela tectônica” de Simão Dias.

A litologia e a estrutura das rochas da Serra apresenta conglomerados com clastos de embasamento, metarenitos e quartzitos médios a grossos, quartzos finos; filitos às vezes negros; metarenitos conglomeráticos no topo, predominando, entretanto, a rocha quartzítica. Sobressaem-se as estruturas paralelas e cruzadas planas e festonadas com ondulações, como também estruturas de escape de fluidos, cuja formação ocorreu em local marinho raso retrabalhado por marés, correntes e tempestades (D’EL – REY SILVA, 1992 *apud* SANTOS, 1997).

Quanto aos aspectos geomorfológicos, a Serra localiza-se entre o pediplano sertanejo e a planície costeira, apresenta-se com um formato retangular-ovóide, com a disposição das camadas inclinadas de leste para oeste, cujo *front* se volta para oeste e declividade menos acentuada para leste (SERGIPE, 1978; SANTOS e ANDRADE, 1992).

A morfologia da Serra de Itabaiana apresenta as seguintes características:

- feição alongado na direção SW-NE, elíptico, cujo eixo maior se orienta nesta direção e o eixo menor na direção SE-NW;
- forma hemisférica e ligeiramente achatada, na qual se observa sobre a superfície do maciço diversos afloramentos rochosos, como também diversos sedimentos cenozóicos, produtos do intemperismo;
- superfície semiplana e ligeiramente inclinada votada para leste, de fácil acesso, onde os pequenos rios e riachos drenam a Serra por esse lado diretamente à calha do rio Sergipe ou através do seu afluente, o rio Jacarecica. Já aqueles que drenam a vertente oeste, de inclinação quase vertical e difícil acesso, vão ter ao platô central, desaguando no açude da Marcela, no sentido leste / oeste (SERGIPE, 1978).

As águas e o clima da Serra

A Serra de Itabaiana é dispersora de vários cursos d'água formadores de bacia hidrográfica de grande relevância para o Estado, a bacia do rio Sergipe. Os riachos da vertente leste são os mais importantes dentre eles o riacho Coqueiro, riacho Água Fria, riacho dos Negros e o riacho Vermelho, contribuintes do rio Jacarecica, afluente do rio Sergipe, de grande importância para a agropecuária e para o abastecimento de água da população da região (CUNHA, 1994).

Os cursos d'água perenes nesta vertente ocorrem devido à composição geológica da Serra que permite, através das rochas porosas e das fissuras por entre as camadas, a surgência da água, originando uma drenagem de padrão controlado, dado o paralelismo dos leitos, e encachoeirados com ocorrência de bacias de acumulação no percurso (SERGIPE, 1978, p. 17).

Com relação ao clima, devido aos fatores altitude, posição geográfica, distância do mar e vegetação, a Serra apresenta, segundo a classificação de Thornthwaite (*apud* CUNHA, 1993), clima megatérmico sub-úmido, com as chuvas ocorrendo no período de março até outubro e o período seco de novembro até fevereiro, com a presença de nevoeiros durante todo o ano.

A situação da Serra confere-lhe um clima de transição entre o litoral úmido e o sertão semi-árido e, pela altitude, que alcança 669 m, conforma uma barreira que retém parte das

nuvens que se dirigem para o interior. Com essas características, as chuvas orográficas são constantes na vertente leste, mais úmida do que a vertente oeste (CUNHA, 1993).

6.1.2 A estética da paisagem da Serra

Além da diversidade geossistêmica propícia para a realização de estudos científicos e de atividades de educação ambiental na Serra, sua diversidade de elementos e capaz de sensibilizar e despertar a percepção estética da paisagem pelo observador comum, conforme assinala Boullón (2002, p. 126), em vez do método científico para a leitura e apreciação da paisagem, para o turista comum o que tem maior significado é a sua própria percepção estética, captada “[...] por meio de seus sentidos, influenciado por seu estado de espírito”.

Boullón (2002, p. 133-136), aponta três fatores que auxiliam a decifrar de uma forma geral as qualidades estéticas de uma paisagem, e facilitam a identificação do potencial (eco) turístico de determinada paisagem, ou seja, as suas características e os traços mais significativos, que podem despertar a percepção e o interesse do visitante, a saber: “a estrutura, a forma nítida e a diferenciação”.

A estrutura constitui a distribuição, disposição e organização das partes que integram o cenário que se observa, geralmente determinado pelo relevo, considerado o elemento principal de visualização e identificação de uma paisagem. Conforme o tamanho, é chamado de meso-relevo ou micro-relevo.

O meso-relevo, juntamente com o clima, determinam as condições de vida vegetal e animal e o uso e ocupação do solo, formando a característica básica da paisagem nas vistas panorâmicas abertas e de longa distância (macropaisagens). As paisagens montanhosas, planas e onduladas são as três tipologias mais utilizadas para referenciar as macropaisagens.

Já o micro-relevo diz respeito aos campos visuais de curta distância, ou seja, quando se entra em uma paisagem fechada (um bosque, um pequeno desfiladeiro, um vale com mata ciliar fechada etc.) ou o interesse recai sobre determinado elemento ou grupo de elementos próximos, mesmo em paisagens abertas.

As formas nítidas são as partes mais visíveis ou identificáveis que qualificam o tema da paisagem, podendo ser o cume de uma montanha, um afloramento rochoso, um lago, uma

cascata, uma aglomeração vegetal, uma plantação ou uma flor, dependendo da amplitude do campo visual e do que se quer observar.

A diferenciação corresponde à relação entre a paisagem e o observador, no sentido de que quanto maior a permanência no local, maior a possibilidade de estímulo a todas as modalidades sensoriais e, conseqüentemente, à capacidade perceptiva do observador, que terá, assim, oportunidade de descobrir partes secundárias, ou seja, diferenciar outros elementos menores e detalhes da paisagem, especialmente em campos visuais curtos em micro relevos.

Ao se penetrar em uma paisagem complexa, isto é, com grande diversidade biótica e variedade de estruturas e formas, a diferenciação é fundamental para estimular a percepção mais aguçada e a formação de uma imagem forte do cenário observado, ao contrário, formar-se-á uma imagem fraca e confusa da cena, pouco contribuindo para a sensibilização e para o conhecimento do observador sobre a paisagem.

Junto à diferenciação, as informações recebidas durante a visita à natureza, sejam elas por meio de educação ambiental, por meio da informação dos guias e / ou através da cultura tradicional local, podem auxiliar no processo de interpretação para a formação de uma imagem forte da natureza capaz de promover uma mudança de atitude, especialmente pelos cidadãos urbanos, que em sua maioria perderam ou adormeceram a sensibilidade para interpretar (subjetivamente) a natureza, conforme assinala Mayaudón: “O hábito de interpretar o entorno percebido leva a uma consciência de nosso meio, que pode estar muito enfraquecida nas civilizações urbanas modernas, em comparação com as culturas rurais, agrícolas, coletoras ou caçadoras” (*apud* BOULLÓN, 2002, p. 126).

O geossistema da Serra apresenta uma diversidade de elementos que possibilitam a percepção e a criação de vários quadros de cenários paisagísticos pelo visitante. Entretanto, para a interpretação da paisagem, procedeu-se à sistematização da análise em quatro grandes unidades paisagísticas, que se constituem contribuição deste trabalho ao conhecimento da Serra de Itabaiana, ao entendimento de seu valor patrimonial e ecoturístico. Pelas características estéticas de cada uma, ou seja, a estrutura, as formas nítidas e a diferenciação, entende-se por unidade da paisagística, “os componentes de uma cena que proporcionam equilíbrio visual” (BOULLÓN, 2002, p. 129).

A primeira unidade da paisagem corresponde ao topo da Serra. A segunda unidade é o campo visual da paisagem voltado para a vertente oeste, visto do topo da Serra. A terceira é o

campo visual da paisagem voltado para a vertente leste, também visto do topo da Serra. E a quarta unidade da paisagem corresponde aos vales e ao interior dos leitos e mata ciliar dos riachos que vão se adensando à medida que se percorre a vertente leste do topo para a base da Serra.

Para chegar até o **topo da Serra de Itabaiana** existem várias trilhas que sempre foram utilizadas por moradores e visitantes, dentre elas a trilha do “Lado Oeste”, cujo acesso é através da BR 235 pelo sudoeste da Serra, apresentando em partes do seu percurso alto grau de dificuldade. A trilha dos “Cavalos” conduz ao topo pelo nordeste da Serra, cuja toponímia diz respeito à facilidade de acesso com montarias. A terceira faz o acesso pela vertente leste, denominada trilha da “*Via Sacra*”. É a mais conhecida e utilizada, pois seu acesso se dá através da BR 235, pela entrada do IBAMA na Serra, passando pelo poço das Moças, logo em seguida tem-se a primeira das quinze cruzeiras da *via cruxis* que são distribuídas até o topo, margeando o vale do riacho dos Negros.

O topo da Serra é caracterizado por um relevo predominantemente rochoso, plano a suavemente ondulado, com solos rasos, contendo campos visuais pequenos, médios e grandes. A vegetação é formada por campo rupestre com a presença de gramíneas e uma variedade de pequenos indivíduos - orquídeas, bromélias, cactáceas, flores silvestres dentre outras.

Observaram-se alguns *relictus* de mata atlântica próxima à vertente leste, onde afloram várias pequenas nascentes que vão se juntando para formar as cabeceiras dos riachos dessa vertente. Já próximo ao paredão da vertente oeste foi encontrado vários cactos, em áreas de solos rasos ou entremeados aos afloramentos rochosos. A sensação climática no topo é agradável. A temperatura mais amena é sentida, principalmente, pela ocorrência de brisa fresca em todos os períodos do dia.

Destaca-se a ocorrência do *Podocarpus sellowii* pois, enquanto *relictus* paleoclimático, sensibiliza o visitante. E, conforme a qualidade das informações fornecidas para a educação e / ou interpretação ambiental durante a visita, poderá estimular o visitante a ter uma nova percepção da natureza na Serra de Itabaiana e incorporar uma mudança de atitude nas suas ações junto ao meio ambiente.

Com relação aos elementos culturais que compõem a paisagem no topo da Serra de Itabaiana, existe uma construção do governo do estado de Sergipe, contendo torres de

transmissão. O diferencial dessa estrutura é o aproveitamento da energia eólica como fonte geradora de eletricidade.

Porém, o maior destaque cultural no topo é a presença de uma pequena igreja com um cruzeiro, palco da realização de missas nas peregrinações e visitas religiosas, que foram proibidas pelo IBAMA no início da década de 1990. A cruz e a igrejinha encontram-se em estado avançado de degradação física, inclusive no seu interior, onde ainda encontram-se alguns objetos e ex-votos deixados por penitentes para o pagamento de promessas.

O campo visual panorâmico no topo da Serra voltado para a vertente oeste corresponde à segunda unidade da paisagem. Neste lado encontra-se o platô central envolto pelo conjunto de serras residuais, visualizadas ao fundo da paisagem. Na base da Serra, avançando sobre o paredão, tem-se uma visualização de parte do cinturão de mata. Porém, a visão ampla da paisagem é dominada pela ausência da cobertura vegetal nativa devido à ação antrópica: manchas de áreas desmatadas se intercalam com pastos e plantações.

Já os elementos culturais que compõem o panorama desta paisagem consistem na cidade de Itabaiana e alguns povoados, no mosaico de pequenas propriedades agrícolas, no açude da Marcela ao longe, destacando-se a profundidade e a forma plana do campo visual. Os vários pontos de observação em todo o topo para a vertente oeste possibilitam a visualização de cenários contemplativos através de combinações de elementos paisagísticos, dentre eles, o por do sol na Serra de Itabaiana.

O campo visual da paisagem voltado para a vertente leste corresponde à terceira unidade. Dele se obtém uma visão panorâmica cujo limite é o oceano atlântico no litoral sergipano formando uma linha tênue com o azul do céu, compondo o cenário de fundo da paisagem, onde é possível apreciar o nascer do sol e da lua.

Neste lado da Serra de Itabaiana o relevo apresenta-se com ondulações, desníveis, morros e vales, percebendo-se um maior adensamento da vegetação e das matas ciliares em direção à base da Serra, mais ao longe, os alinhamentos em tom verde mais escuro dessas matas são entremeados pelo tom mais claro dos canaviais e pastos.

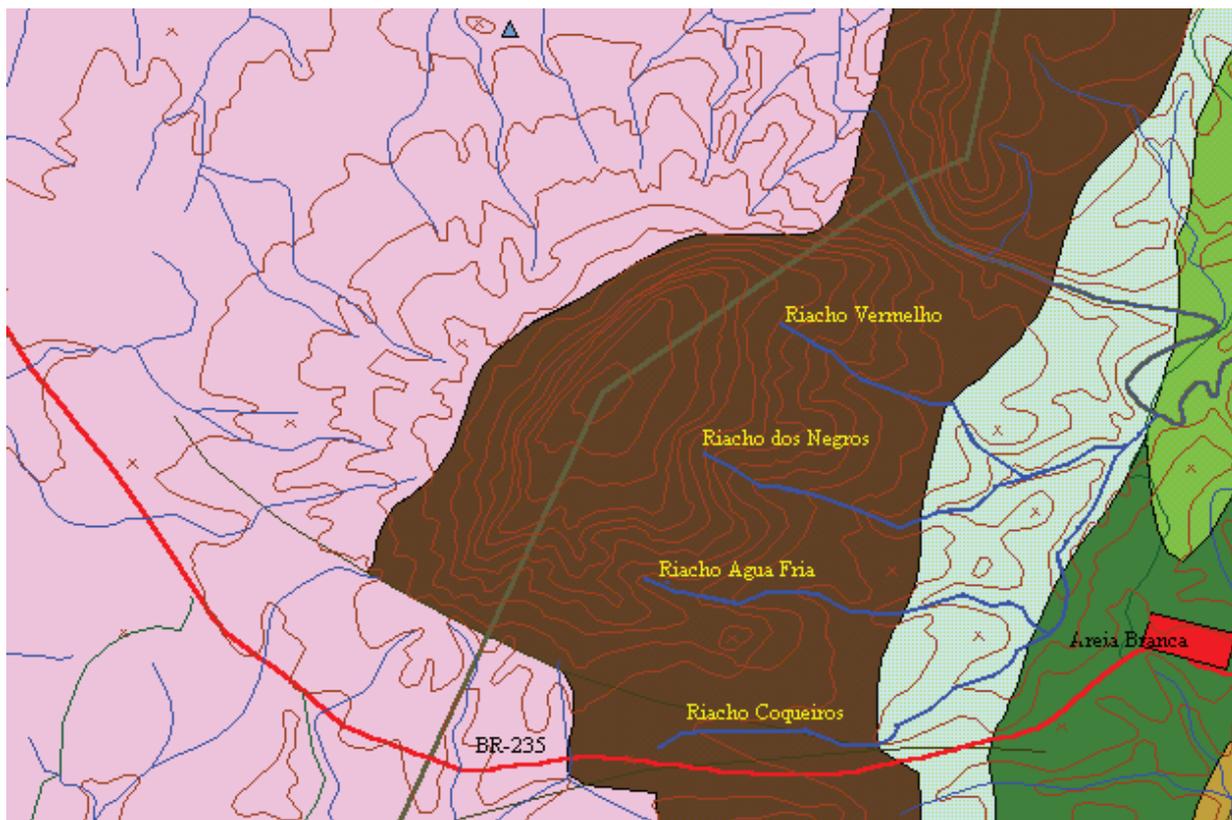
Dentre os componentes culturais que integram o campo visual da paisagem na vertente leste, destacam-se, a cidade de Aracaju junto ao litoral e algumas outras cidades e povoados mais próximos à Serra, dentre elas a cidade de Areia Branca, localizada na base da vertente

leste, a barragem de Jacarecica I, localizada no entorno da Serra, no fundo da cidade de Areia Branca, como também o corte abrupto da cobertura vegetal passando de mata densa para pastos e cultivos nos arredores da área desapropriada pelo IBAMA e das outras áreas a serem desapropriadas para a implantação da unidade de conservação.

A quarta unidade da paisagem corresponde aos vales, ao **interior dos leitos e à mata ciliar dos riachos da vertente leste**. Apresenta um conjunto de micro-relevos cujo campo de visão se fecha acompanhando os leitos, encobertos por mata ciliar, que se abre nas rupturas e / ou afloramentos rochosos onde se formam cachoeiras e poços de acumulação. Ou então, quando o visitante alcança suas margens e entorno, o campo visual varia de médio a pequeno, podendo ser observado vários cenários de micro e pequenas paisagens da Serra .

Deve-se ressaltar não só a diversidade de estruturas e formas nítidas como também a variedade de pequenas estruturas e formas menos perceptíveis no percurso dos vales e leitos dos riachos. Devido a formação geomorfológica da Serra e a diversidade da flora e fauna, são perceptíveis vários pequenos cenários de campos visuais curtos em micro-relevos, que formam uma diversidade de micropaisagens, merecedoras de detalhamento interpretativo tão importante para o conhecimento e a educação ambiental.

Quanto à morfologia, os quatro riachos da vertente leste (figura 6.4) apresentam leitos encachoeirados com bacias de acumulação que formam piscinas naturais de diversos tamanhos, geralmente com pouca profundidade e propícias para banho. Somando-se a isso o percurso dos leitos atravessa ocorrências sucessivas de campos rupestres, vegetação característica de cerrado e de restinga, e a mata atlântica, formando matas de galeria das nascentes até a base da Serra, variando sua densidade e heterogeneidade de acordo com a morfologia mais ou menos encaixada dos vales.



Fonte: SEPLANTEC-SRH, 2003

Figura 6.4 - Mapa de localização dos riachos da Serra de Itabaiana

A toponímia dos riachos e de vários locais no trajeto dos seus leitos trazem histórias e lendas que misturam o real com imaginário, demonstrando o significado e a importância da Serra como um lugar que sempre fez parte do cotidiano da população local.

A toponímia do **Riacho dos Negros**, de acordo com depoimentos, deve-se ao fato de que no seu leito existe um local chamado Salão dos Negros, onde antigamente se escondiam os negros fugitivos dos engenhos da redondeza. Fala-se, inclusive, que Zumbi dos Palmares visitou o salão dos Negros por várias vezes. Esse riacho é o mais conhecido e sempre foi o mais procurado para práticas culturais, lazer e recreação na Serra de Itabaiana.

No roteiro de campo para o riacho dos Negros foram também georreferenciados além do seu leito e vale, o topo da Serra, a vertente oeste e a vertente leste, num total de 55 pontos levantados e 110 registros fotográficos.

Quanto ao Salão dos Negros, um “anfiteatro” de aproximadamente 50m² encaixado no paredão de 100 m de altura à montante do vale, é constituído por rocha quartzítica e recoberto por Mata Ciliar, *pteridófitas* e *briófitas*. A água percorre o Salão pela parede e raízes das

plantas através do sistema de gotejamento ou filete d'água no período de seca e de forma encachoeirada no inverno.

Do Salão é possível alcançar o topo da Serra pelo leito, porém com uso de cordas e equipamentos de segurança, percurso utilizado por praticantes de *rapel*. Outro acesso, por terra, é através da trilha da “*Via Sacra*”. No caminho, vê-se a diferenciação vegetativa, a paisagem do entorno e um mirante de onde se avista até o mar.

Sobre o paredão do Salão dos Negros, tem-se a visão longitudinal do vale do riacho dos Negros que forma um cenário paisagístico de grande beleza. Nesse local do riacho, cuja nascente é logo acima, forma-se nas épocas de chuva uma pequena cascata chamada de Chuveirão, devido à ação intensa das correntes de ar que empurram para cima parte da água que cai, molhando quem está sobre esse local.

Já a toponímia do Poço das Moças, situado no leito do Riacho dos Negros, é oriunda de uma história sobre o encantamento de suas águas que levaram donzelas a perderem a virgindade e se transformarem em sereias. Conta-se também que essa lenda surgiu pelo fato de que inúmeros casais de namorados freqüentavam o poço das moças, onde muitas donzelas perdiam a virgindade. Outra estória diz que se as moças que entrarem no poço não forem mais virgens, a cor da água fica imediatamente mais escura.

Fala-se que o Poço das Moças era local de rituais de batismo de diversas religiões e de rituais de passagem, por exemplo, as moças ao completarem 15 anos eram premiadas com banhos e fotografias no Poço das Moças. É um dos locais mais belos do conjunto da Serra e dos mais visitados no passado e, atualmente, através de visitas monitoradas pelo IBAMA.

Em torno de 800 metros a jusante do Poço das Moças, encontra-se o Véu das Noivas, seqüência de pequenas cachoeiras com aparência de um véu de noiva devido à cor da rocha e da espuma branca formada. É também conhecida como cachoeira do Buraco, devido aos caldeirões que formam pequenas piscinas nas lages da rocha, cavados pela força erosiva das águas. Esses caldeirões só são visíveis nos períodos de pouca chuva, devido à grande redução do volume de água nas cachoeiras.

No vale do riacho dos Negros, próximo ao poço das Moças e à cachoeira Véu de Noivas, existe um pequeno vale margeado por mata ciliar de médio e grande porte, onde localiza-se uma pequena gruta de aproximadamente 30m² com uma pequena queda d'água de

5m de altura, formada pela descontinuidade das camadas rochosas, na qual o córrego que passa por esse local foi responsável pelo retrabalhamento das rochas. A gruta é muito procurada por visitantes.

A partir da base da cachoeira Véu de Noivas, a vegetação vai se tornando densa, com predominância de mata atlântica que, durante o transcurso do leito vai se alternando com vegetação menos densa em locais onde afloram grandes blocos rochosos.

A toponímia do **riacho Coqueiro**, segundo se comenta, deve-se à sua nascente estar localizada nas proximidades de um coqueiral, desaguando também próximo a outro coqueiral. É o único riacho da Serra que não nasce no topo e sim próximo a sua base na vertente Sul, mas que corre para leste perpendicularmente ao alinhamento do topo e paralelo aos outros três riachos. Deste riacho foram fichados 16 pontos e 37 registros fotográficos, sendo o primeiro destes a sua nascente.

Para se ter acesso à nascente do riacho Coqueiro, o trajeto é feito por entre o cinturão de Mata Atlântica no entorno da Serra de Itabaiana. Ao percorrer a trilha de acesso à nascente, observa-se uma grande quantidade de lixo, vestígios de roças na faixa de servidão da linha de transmissão da CHESF e muitos tocos de árvores denotando desmatamento.

A nascente do riacho Coqueiro está localizada em um brejão, circundado pela Mata Atlântica entremeada ao Cerrado. Devido ao solo fértil e abundância de água foram encontradas várias roças de lavradores do entorno bem como resquícios de alambique abandonado. Este é o riacho mais degradado, sendo comum em suas margens, vegetação desmatada, depósito de lixo e entulhos.

Grande parte do seu percurso é dentro do cinturão de mata atlântica na base da Serra, o que justifica, segundo senhor Pedro, morador local que acompanhou a visita de campo, a grande quantidade de pegadas de animais encontradas durante a pesquisa de campo, com muito mais frequência que nos outros riachos. É, também, pela facilidade de acesso, o mais procurado para a realização de cultos afros e de outras religiões.

Após o cruzamento com a estrada interna da estação ecológica da Serra, a mata ciliar se apresenta mais densa e de porte altimétrico mais elevado, porém, intercalada por cerrados. Várias corredeiras surgem ao longo do canal, seguidas por bacias de acumulação,

destacando-se um escorregador natural que dá origem a uma piscina muito visitada pela população do entorno da Serra. Contudo, a presença de lixo é uma constante no local.

A jusante deste poço encontra-se ainda alguns pequenos poços. Porém o leito vai se tornando mais arenoso e com cascalhos e seixos, a mata ciliar torna-se menos densa devido à proximidade com os limites entre o IBAMA e uma propriedade particular, que degradou a mata atlântica para formação de pastos.

A confluência dos riachos Coqueiro e Água Fria se dá fora dos limites da Estação Ecológica da Serra de Itabaiana, já em área particular, onde se percebe o assoreamento dos riachos devido ao desmatamento efetuado nas margens e nos vales. A área particular é formada de pastos para a agropecuária. O que se destaca é o grau de desmatamento na área particular em contraste com a mata preservada na área da estação Ecológica. Nesse ponto, devido à planura do relevo, as águas do riacho se espalharam formando um brejo.

A toponímia do **riacho Água Fria**, segundo se conta, deve-se ao fato de que sua água é mais fria que a dos outros riachos da Serra de Itabaiana. Foram georreferenciados 15 pontos e 38 registros fotográficos no seu leito e vale, com destaque para, de montante para jusante, as cachoeiras Torta, Verde e o Grotão.

A Cachoeira Torta, uma das mais belas cachoeiras da Serra, cujo nome deriva da inclinação da camada de rocha que permite a queda da água por entre as suas camadas de forma perpendicular ao leito do riacho, é formada por duas quedas que somadas possuem aproximadamente 30 m de altura. A falha geológica e a disposição das camadas de forma escalonada e inclinada permitem a formação das seqüências de queda, favorecendo o escoamento da água por entre as camadas para desaguar concentrada na piscina com volume de água variante de acordo com o regime das chuvas.

Logo abaixo, após uma sucessão de piscinas, ocorre a cachoeira Verde, também decorrente de uma falha na camada rochosa. O nome foi dado pela presença de musgos e líquens que dão coloração verde e cobrem as rochas. Ela possui 4 m de altura e torna-se mais bonita e abundante no período chuvoso, pois no verão resta-lhe somente um filete de água. A vegetação do entorno é o cerrado e a mata ciliar apresenta-se bem estreita e rala, com a presença de mangue-branco, pau-pombo e oiticica.

O “Grotão” é, em verdade, uma mata de capoeira onde morava um senhor solitário que cultivava no local. Hoje a sua casa não existe mais, restando indícios da base árvores frutíferas do que seria o quintal. Logo acima, seguindo a trilha que beira o riacho, encontramos remanescentes de Mata Atlântica de pequeno e médio porte, com troncos ainda finos, porém copa densa aparentando um pequeno bosque.

Ao descer ainda mais em direção a foz, logo após a estrada da Serra, já se percebe a mudança na litologia, a Formação Barreiras passa a “dividir” o espaço com o quartzito predominante. Logo abaixo, encontra-se a Pedra da Árvore, um matacão que foi separado da camada rochosa pelas raízes de uma árvore. Com o crescimento da mesma, as suas raízes envolveram a rocha a ponto de não permitir o seu rolamento, ficando então, suspenso na margem direita do riacho.

Fora dos limites da Estação Ecológica da Serra de Itabaiana, numa propriedade particular, observamos o quanto a ação antrópica destruiu o meio natural. O proprietário construiu uma represa no leito do riacho para o lazer dos visitantes em seu balneário. A água se acumula na piscina de cimento e o excesso é liberado em forma de filete de água para dar continuidade ao riacho. Nas suas vertentes a Mata Atlântica foi totalmente subtraída para a formação de pasto e nas suas margens, a mata ciliar apresenta-se com vegetação esparsa e estreita.

O **riacho Vermelho** já teve outras denominações. Atualmente tem esse nome devido à coloração mais escura de sua água. Conta-se que anteriormente ele tinha o nome de riacho dos Milagres, devido à sua água medicinal curativa ter realizado inúmeros milagres. Por isso a grande procura de suas águas para banhos terapêuticos e consumo. Conta-se também que ele já foi conhecido como riacho dos Cachorros, devido ao fato de que próximo à trilha por onde as pessoas passavam, tinha uma casa com vários cachorros e quando alguém ia passando gritava-se: “cuidado com os cachorros!”, daí riacho dos Cachorros.

No roteiro de campo para este riacho foram georreferenciados 28 pontos e efetuados 56 registros fotográficos, cujos atrativos ecoturísticos mais relevantes são: o Templo da Serra, as cachoeiras da Igreja e do Lado, ruínas de ponte e as cachoeiras do Caixão e da Oiticica Velha.

O Templo da Serra constitui um lajeado de aproximadamente 20 m² que possibilita a contemplação da paisagem de toda vertente Leste da Serra de Itabaiana, caracterizando um ponto muito interessante para relaxar e contemplar a paisagem.

Com um desnivelamento de aproximadamente 4 m de altura, a cachoeira da Igreja tem a forma de um altar no período chuvoso, cuja nave é ornamentada por grande quantidade de líquens incrustados na rocha. Neste local a mata ciliar contém indivíduos de médio porte, porém esparsos e a vegetação predominante do entorno é de campo rupestre. A cachoeira “do Lado” encontra-se a uns 40 m acima. Ela surge perpendicular ao leito do riacho numa nascente de sua margem direita com aproximadamente 3 m de altura.

Em todo percurso encontram-se diversas corredeiras, rápidos e cachoeiras que variam entre 2 m e 4 m de altura, intercaladas por acúmulos de água que originam piscinas de diversos diâmetros. Dentre elas, destaca-se uma seqüência de cachoeiras de aproximadamente 12 m de altura.

As ruínas da ponte do antigo acesso para a cidade de Malhada dos Bois encontram-se no limite da área do Ibama com uma propriedade privada. Nesta propriedade foi construída uma barragem para originar uma pequena piscina, bem como, no entorno, foram colocadas mesa e bancos para piquenique.

Já à jusante do cruzamento do riacho com a estrada, a vegetação apresenta-se mais densa, porém, bastante devastada por processos antrópicos.

A cachoeira do “Caixão” com aproximadamente 4 m de altura, possibilitou a formação de uma piscina natural em formato retangular de 2 a 2,5 m de largura e 6 a 8 m de comprimento por entre a falha da rocha. O nome não foi somente dado pelo seu formato, mas oriundo da coloração escura, quase preta, da rocha devido a grande quantidade de líquens que aparenta um caixão.

Mais à jusante, outra seqüência de quedas d’água, de acesso difícil, possibilita comprovar as belezas da Serra de Itabaiana. Com aproximadamente 20 m de altura, esta cachoeira foi denominada de Cachoeira da Oiticica Velha, por causa de uma oiticica bem antiga localizada na margem esquerda do riacho entre as seqüências de quedas.

A vegetação do entorno é menos densa, com o predomínio do Cerrado. À jusante das cachoeiras, o leito se torna mais suave, com a intercalação de cascalhos, rochas e areias,

destacando-se nesse local, além da vegetação mais densa e exuberante, a Pedra da “Barriga”, uma camada rochosa no leito do riacho, que foi trabalhada pela água e deu origem ao formato de uma barriga com o detalhe do umbigo.

À medida que diminui a altitude a inclinação do relevo, com a aproximação da sua foz, na confluência com o riacho dos Negros, o volume de água aumenta e a sua velocidade diminui.

6.1.3 O lugar da (na) Serra

Conforme assinalado por Veras (1995), o lugar encontra na paisagem o cenário e o palco para expressar um mundo de idéias, valores, significados e representações sociais, construídas historicamente por determinada sociedade, formando o seu patrimônio cultural.

O patrimônio cultural corresponde ao conjunto de bens culturais (materiais e imateriais) de um povo capaz de estabelecer a ligação entre passado, presente e futuro e que formam as bases referenciais nas representações sociais, na identificação do indivíduo com o seu grupo social e com o seu lugar e o significado da sua própria existência humana (BARRETO, 2002).

Vale lembrar que desde a primeira metade do século XX vêm ocorrendo mudanças no conceito de patrimônio cultural, que se intensificaram nas últimas três décadas. Anteriormente se considerava apenas a “história oficial”, ou seja, os grandes feitos e a cultura das classes dominantes, em síntese o patrimônio dos vencedores, passando-se a incluir também a “história social”, ou seja, as “[...] relações econômicas e sociais, a vida doméstica, as condições de trabalho e lazer, a atitude para com a natureza, a cultura, a religião, a música, a arquitetura, a educação” (BARRETO, 2002, p. 10) dos diversos segmentos da sociedade e da diversidade de culturas do planeta.

Nesse sentido, a Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 216, reza que: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;

- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Com relação às áreas naturais protegidas, apesar de constituir um processo de apropriação e expropriação cultural das populações interiores e vizinhas a essas áreas, a Lei nº 9.985/2.000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação traz avanços significativos com relação à valorização das culturas locais afetadas com a implantação das unidades de conservação.

Nesse sentido, a Lei 9.985/2000 do SNUC traz como um dos instrumentos de participação e inclusão social as práticas de ecoturismo que, em resumo, assentam-se sobre a natureza conservada e a valorização e o respeito ao lugar e à cultura das comunidades afetadas pela criação de unidades de conservação. Como exemplo, a interpretação da lenda do índio Serigy, para os (eco) turistas nas trilhas da Serra poderia estimular uma outra percepção e uma mudança de atitude com relação à natureza e com relação à cultura dos “perdedores” e seus remanescentes, ou seja, as comunidades e povoados locais.

Transcendendo os limites da objetividade da análise científica, a interpretação dessa lenda expõe a outra face da moeda que tem se tentado ocultar a todo custo, ou seja, a subjetividade desprezada pela racionalidade dominante, contudo, a lenda do índio Serigy ratifica de uma outra forma a percepção científica de como era e como está a paisagem, o lugar e a relação homem-sociedade-natureza.

A interpretação da lenda do índio Serigy foi dividida em duas partes. A primeira diz respeito a Serra de Itabaiana até o início da colonização do estado de Sergipe e a segunda parte mostra os resultados da colonização.

Primeira parte da lenda do índio Serigy:

Agarrada à Crista da Serra de Itabaiana, como um ninho de gaivota, havia em tempos remotos uma rala palhoça de palmas verdes de coqueirais e ouricuris, onde viviam Serigy e Bahia, esse casal lendário de bravos indígenas.

Serigy, tipo masculino rijo e impetuoso, vastos e grandes cabelos castanhos, olhos vivos de brasa, testa vasta e muito saliente, cabeça erguida e de bom tamanho, indomável na vontade e forte nos combates. Era um bravo e simpático caboclo.

Bahia era uma bela selvagem, seios tesos, longos cabelos negros, amorosa nos feitos e boa índole; amava doidamente Serigy. Amavam-se pelas ardências dos verões sergipanos, sob a cocada do coqueiral imenso, à sombra deliciosa dos claucos

canaviais bravios, mirando-se as vezes no espelho das fugidias correntes murmurantes, outras vezes correndo às doiradas praias do mar.

Viviam contentes na sua bárbara felicidade, no ermo inspirador das matas, pelo espinhaço das montanhas e pela sombra dos vales úmidos e floridos; nas noites de luar, como devia ser bom ouvir-lhes deferir as maviosas trovas pelas subidas dos morros e pelas areias dos campos!

Assim passavam; e, quando cansados de vaguear entre o São Francisco e o Rio Real, pousavam na palhoça da Serra, então celebravam seus idílios de seus felizes e profundíssimos amores.

Tiveram certo dia uma filha, fruto de sua amizade, e a qual chamou-se Cotinguiba. Idolatravam-na fraternamente (SERGIPE, 1907 *apud* SERGIPE, 1983, p. 29-31).

A narrativa dessa parte da lenda seria a descrição da paisagem da Serra nos aspectos estéticos e geossistêmicos, ditos de outra forma? Apesar da racionalidade da civilização ocidental, as florestas, as árvores, as águas, as montanhas, o sol, a lua são elementos de grande valor simbólico que ainda permeiam o imaginário, despertando sentimentos, emoções e percepções subjetivas no homem. Da forma como é narrada a lenda, seria a interpretação da “alma do lugar” retratada por Yazigi (2001), nesse caso a alma da Serra de Itabaiana?

Com relação ao imaginário ocidental, seria a representação do paraíso perdido? Serigy e Bahia seriam as representações de Adão e Eva no paraíso? Grande quantidade de pessoas procurou e procura a Serra imaginando vivenciar momentos de “bárbara felicidade, no ermo inspirador das matas, pelo espinhaço das montanhas e pela sombra dos vales úmidos e floridos e nas noites de luar...” na Serra.

Contudo, a “bárbara felicidade” foi domesticada pela cultura racional dos colonizadores e aprisionada juntamente com o coração e a alma do cidadão ocidentalizado nas entranhas das selvas urbanas de concreto envoltas pela névoa densa do aparato tecnocientífico de consumo que cerceia visões, outras percepções, a criatividade, a intuição, os sentimentos humanos sublimes de cooperação, compaixão, amor incondicional, enrijecendo e transformando muitos corações em pedra e embrutecendo as pessoas.

Desde a minha tenra infância já ouvia relatos paradisíacos vivenciados por aqueles que freqüentavam a Serra. Ainda hoje, quando algumas pessoas tomam conhecimento desta pesquisa, se transformam por alguns instantes, o olhar parece se perder no infinito do horizonte e, a energia que flui do fundo da alma e das entranhas do coração transporta o pensamento para a dimensão perdida e / ou subvertida com a dominação da racionalidade em quase todos os aspectos da vida. Alguns suspiros e algumas palavras deixam transparecer que algo especial ocorreu em suas vidas, as vivências na Serra, anteriores à proibição das visitas, especialmente nos anos de 1970, época de grandes questionamentos e transformações na

sociedade, em que a liberdade de ser e de existir passou a ser buscada, dentre outras coisas, no contato com a natureza e com a diversidade de culturas.

Esse era o cenário paradisíaco na primeira parte da lenda, onde a inocência, a pureza, a liberdade, a autenticidade, a alegria de viver em harmonia com a natureza é representada pelo nascimento de uma criança, a filha do “lendário casal de bravos indígenas, [...] que viviam contentes [...]”.

Segunda parte da lenda do índio Serigy:

Certa vez, desceram eles as beiras do mar, deixando a sós a pequerrucha. E eis que veio uma grande águia real, raptou-a indo estrangulá-la distante, sobre as barrancas de um lamaçal que hoje tem o seu nome. Quando os pais voltaram não a encontraram mais, nem ao menos vestígios da adorada selvagezinha, foi um quadro que não se pode debochar: ambos soluçaram, gritaram, banharam-se em lágrimas, e, como, loucos batiam as cabeças de encontro às árvores e pedras. Já não cantavam para eles o sabiá, nem a patativa meiga trinavam sobre as frondes cheirosas das ramarias em flor. Toda a alegria de sua vida, agora virara-se em luto, desolação e tristeza. Debalde erraram por montes e vales; debalde gritaram no seio das flores pelo anjo desaparecido; debalde, tudo debalde!...Eis se não quando, já desenganados de torná-la a ver, se lhes deparou as vistas alucinadas o corpo defunto e estraçalhado da vítima inocente, velado pela majestosa Águia Real.

Serigy atirou-se como um leão audacioso rapace; mas foi baldado o esforço da vingança; a ave soberana levantou vôo, e, asas panda da imensidão do espaço, desapareceu em breve como um ponto negro para além nuvens... Em vôo assobiaram rompendo os ares as setas velozes de dual aljavas; em vôo! A Águia talvez partiu de encontro ao sol...

O cadáver de Cotinguiba foi sepultado na correnteza do rio a que deu o nome; Serigy, transloucado pela dor do sinistro acontecimento, ao voltar à crista da serra incendiou a palhoça; e, depois de um dia de sepulcral mudez ao nascer da lua cheia, varou o coração em flexa, desempenhando-se pela chafadura da rocha...

Bahia, partiu-se errante em buscas de outras plagas onde criou uma nova tribo, com a qual pretendeu apossar-se das plagas onde jazem os restos dos seus entremecidos finados...

A águia que raptou a filha de Serigy e Bahia de nome Cotinguiba, e estrangulou-a, representa a dominação cultural do colonizador. A águia é atualmente o símbolo dos Estados Unidos, o representante máximo do poder e da dominação cultural da civilização ocidental.

O rapto da filha de Cotinguiba “nas beiras do mar” e seu “estrangulamento” no lamaçal que recebeu o seu nome, representa a perda do paraíso, ou seja, a perda da liberdade, a perda da inocência, a perda da felicidade, em síntese, a destruição da cultura dos povos pré-colombianos após a chegada do colonizador, que veio pelo mar.

O lamaçal no qual a criança foi assassinada consiste nas melhores terras de Sergipe, o vale do rio Cotinguiba, apropriadas pelos colonizadores que se tornaram as oligarquias da

cana-de-açúcar do Estado, portanto, para os índios, seria um lamaçal na expressão pejorativa da palavra.

O “quadro de tristeza e desolação que não se pode debochar” diz respeito à nova relação de exclusão homem-sociedade-natureza que tem provocado a degradação ambiental e cultural da Serra e seu entorno, promovida pelos colonizadores, configurando a situação atual da Serra de Itabaiana conforme já foi visto.

A majestosa Águia Real velando o corpo “estragalhado da vítima inocente” diz respeito à racionalidade dominante representada pelos MMA/IBAMA, velando a Serra de Itabaiana como uma área protegida, com a concepção mecanicista da natureza intocada, para ser dissecada e analisada em pedaços pelas diversas áreas científicas especializadas, excluindo “a alma da lugar”, a “cor local”.

O sumiço da águia ante a presença de Serigy representa a indiferença e até mesmo o desinteresse dos atores institucionais ante as reclamações e reivindicações da população local para solucionar a situação indefinida da Serra. Mas, também, dos atores sociais, freqüentadores e proprietários que ao longo dos tempos apenas usufruíram dos recursos naturais da Serra.

“O cadáver de Cotinguiba foi sepultado na correnteza do rio a que deu o nome”, significa o desinteresse das oligarquias proprietárias do vale do Cotinguiba, que tiveram e tem força política para achar uma solução coerente com a realidade local da Serra e sempre se omitiram.

Serigy incendiou a sua palhoça no topo da serra e suicidou-se. Estaria aí o motivo pelo qual os moradores locais faziam uma peregrinação sobre a Serra e, lá no topo, tocavam fogo nela? Ou aqueles que por vingança e por raiva das proibições e da ação do IBAMA, de vez em quando tocam fogo na Serra? O suicídio de Serigy significa que jamais a paisagem e o lugar da (na) Serra de Itabaiana voltarão a ser como antes da chegada da civilização.

A nova tribo criada por Bahia visando retornar ao seu lugar na Serra, representa a força e a resistência de grande parte da população brasileira excluída, na busca pela cidadania, especificamente aqueles que lutam por uma solução satisfatória para os envolvidos e afetados com a situação indefinida da unidade de conservação da Serra de Itabaiana.

A índia Bahia representa a emersão do feminino, ou seja, a abertura ao diálogo, a compreensão, a compaixão, ao receptivo, o intuitivo, a solidariedade, a convivência, a cooperação, que nas últimas décadas vem ocupando o seu lugar no coração e nas mentes de muitas pessoas, especialmente a partir dos movimentos de contracultura nos anos de 1960 e 1970, período em que se acentuou o rompimento das barreiras culturais e morais do modelo de sociedade de dominação patriarcalista, predominante na racionalidade ocidental.

Assim, antes de se tornar um espaço apropriado pela ganância dos conquistadores em nome da civilização, a Serra de Itabaiana era um lugar cujas representações, significados e usos ainda permeiam o imaginário daqueles que fizeram e fazem da Serra um lugar especial, que transcende o espaço e o tempo delimitado pela racionalidade colonizadora que usurpou, depredou e continua a depredar o pouco que resta da paisagem e da cultura tradicional, remanescente daqueles que foram os verdadeiros donos daquele lugar.

Todavia, o patrimônio natural da Serra de Itabaiana tem grande importância pela incorporação de seus elementos na cultura sergipana através de histórias e lendas que reforçam sua condição de símbolo do patrimônio cultural de Sergipe.

Além da lenda do índio Serigy, conta-se também sobre a existência de um carneiro de ouro que está enterrado na Serra e, embora moradores locais afirmem que o referido carneiro reluz de quando em quando, jamais foi encontrado.

Outros dão conta de que nas fendas das rochas explode ouro, mas que na verdade, traduzem o reflexo dos minerais micáceos com a incidência dos raios solares em determinadas horas do dia. As minas de prata da Serra de Itabaiana nunca reveladas pelo seu descobridor, Belchior Dias Moréia, passaram a fazer parte do imaginário da Serra. Nas noites de lua cheia fala-se que a cor prateada em algumas partes da Serra é brilho da prata.

Segundo Santana (2002) a lenda do carneiro de ouro traduz a riqueza produzida pela pecuária no transcorrer da colonização da região de Itabaiana, e que as lendas e mitos sobre a existência de minerais preciosos (ouro e prata) é produto de uma sociedade com lastro histórico de aventura e cobiça que teve início com os colonizadores da região.

Por sua vez, a exuberância paisagística e simbólica do maciço proporcionou a consolidação da Serra de Itabaiana como palco de peregrinações e de cultos religiosos realizados periodicamente até meados dos anos de 1990. A igreja e o cruzeiro erigidos no

topo atestam esta prática, mas depoimentos dão conta da realização de cultos de diversas religiões em outros locais da Serra.

A *Via Sacra* que se inicia no Poço das Moças e segue a trilha de mesmo nome, vai seguindo as 15 cruzes que margeia a vale do riacho dos Negros na vertente leste até o topo da Serra. Esta trilha criou-se devido a esse culto religioso praticado pelos devotos católicos que durante a Semana Santa subiam a serra para representar a *Via Crucis* de Cristo.

Dentre outros aspectos do patrimônio cultural da Serra de Itabaiana e seu entorno, destacam-se os doces caseiros de frutas regionais e a culinária de São João, com grande potencial para crescer, a presença ainda que pequena do artesanato em exposição no Centro Cultural de Areia Branca com potencial para se desenvolver, as feiras de Itabaiana e de Areia Branca que sempre apresentam peculiaridades e curiosidades aos visitantes.

6.1.4 Imagens da paisagem e do lugar da (na) Serra

Micro paisagens



Foto: Luiz Carlos de Menezes e Marcel Nauer – 2000/2002/2003

Figura 6.5 – Micro paisagens da flora encontradas no topo, na vertente oeste, na vertente leste e nos vales dos riachos

Topo da Serra



Foto: Luiz Carlos de Menezes – jun/2003

Figura 6.6 – Relictus de mata atlântica



Foto: Luiz Carlos de Menezes – jun/2003

Figura 6.7 – Cactáceas

Vertente oeste



Foto: Marcel Nauer – década de 1980

Figura 6.8 – Vista do povoado Serra

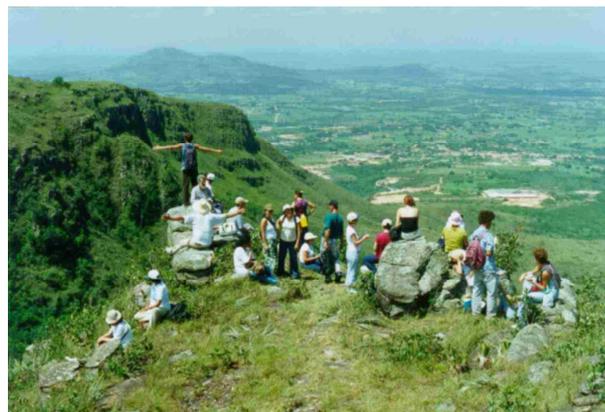


Foto: Luiz Carlos de Menezes – mar/2001

Figura 6.9 – Visão panorâmica para W



Foto: Luiz Carlos de Menezes – jun/2003

Figura 6.10 – Visão panorâmica para SW

Vertente leste

Foto: Luiz Carlos de Menezes – mar/2000

Figura 6.11 – Paisagem vista da base da Serra de Itabaiana



Foto: Luiz Carlos de Menezes – jun/2003

Figura 6.12 – Anfiteatro da nascente do riacho dos Negros



Foto: Luiz Carlos de Menezes – jun/2003

Figura 6.13 – Vista panorâmica longitudinal do vale do riacho dos Negros na vertente leste com a cidade de Areia Branca ao fundo



Foto: Luiz Carlos de Menezes – set/2003

Figura 6.14 – Limite da mata preservada na área do IBAMA. Em primeiro plano, áreas particulares desmatadas

Vales e leitos dos riachos

Riacho dos Negros



Foto: Luiz Carlos de Menezes – mai/2003

Figura 6.15 – Nascente do riacho do Negros no topo



Foto: Luiz Carlos de Menezes – dez/2002

Figura 6.16 – Adensamento da vegetação no vale (vista superior do Salão dos Negros, onde se forma o chuveirão)

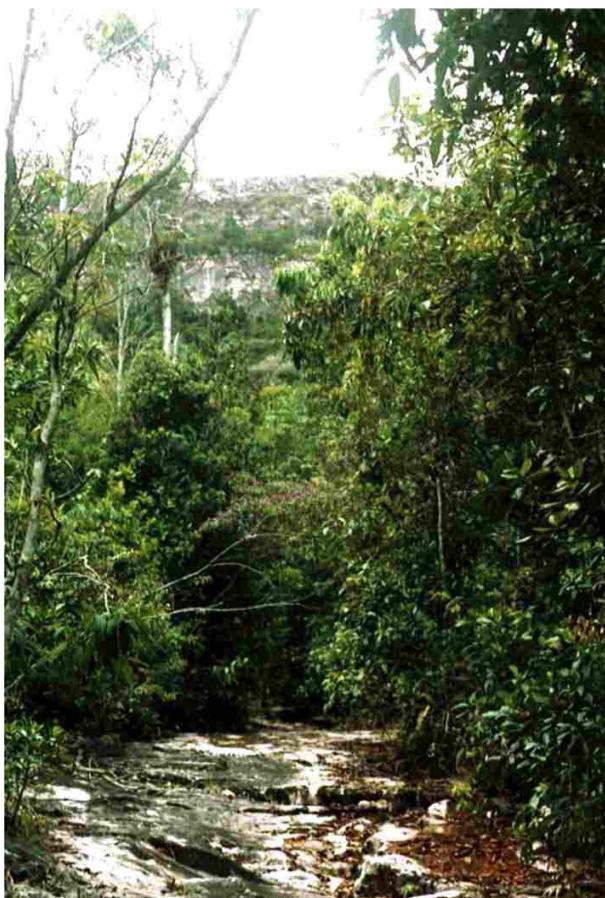


Foto: Luiz Carlos de Menezes – dez/2002

Figura 6.17 – Interior do Salão dos Negros

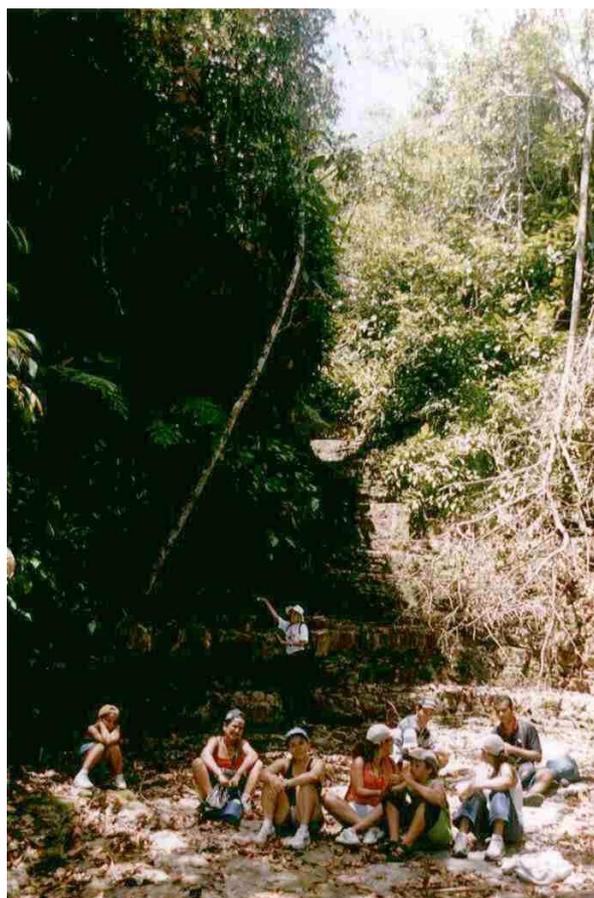


Foto: Luiz Carlos de Menezes – dez/2002

6.18 – Fundo do Salão dos Negros



Foto: Odília/2000

Figura 6.19 – Poço das Moças

Foto: Odília/2000

Figura 6.20 – Lazer e recreação no Poço das Moças

Foto: Luiz Carlos de Menezes – dez/2002

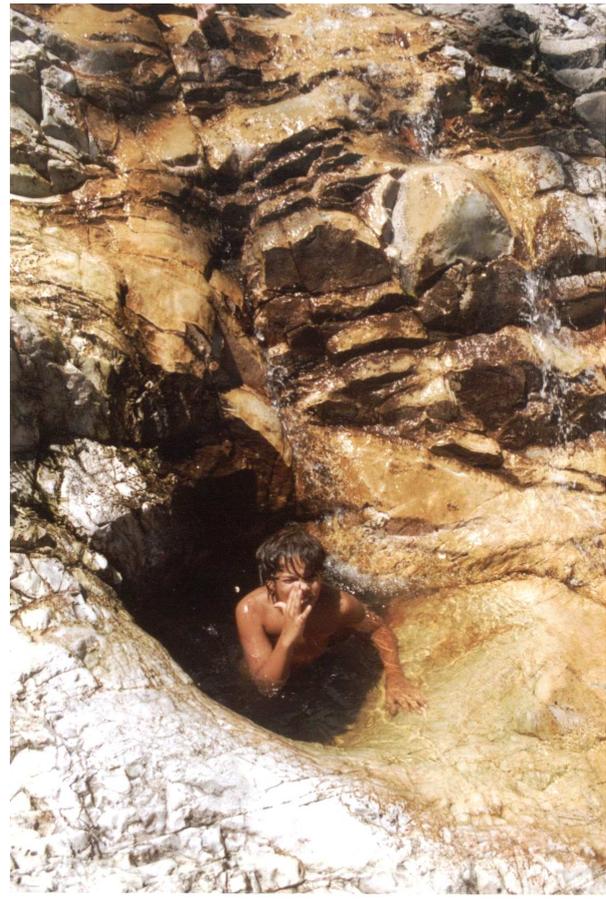
Figura 6.21 – Cachoeira Véu de Noivas

Foto: Luiz Carlos de Menezes – dez/2002

Figura 6.22 – Caldeirão cavado no leito

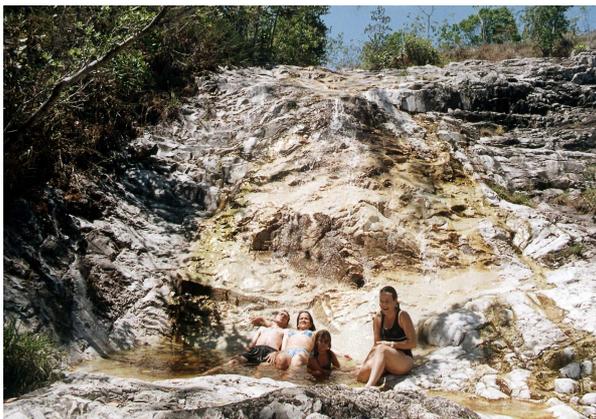


Foto: Luiz Carlos de Menezes – dez/2002

Figura 6.23 – Pequena Bacia de acumulação na Cachoeira Vêu de Noivas



Foto: Luiz Carlos de Menezes – mai/2003

Figura 6.24 – Bacia de acumulação a jusante da Cachoeira Vêu de Noivas

Riacho Coqueiro



Foto: Luiz Carlos de Menezes – set/2003

Figura 6.25 – Corredeira utilizada para lazer e recreação



Foto: Luiz Carlos de Menezes – set/2003

Figura 6.26 – Bacia de acumulação utilizada para lazer e recreação

Riacho Água Fria

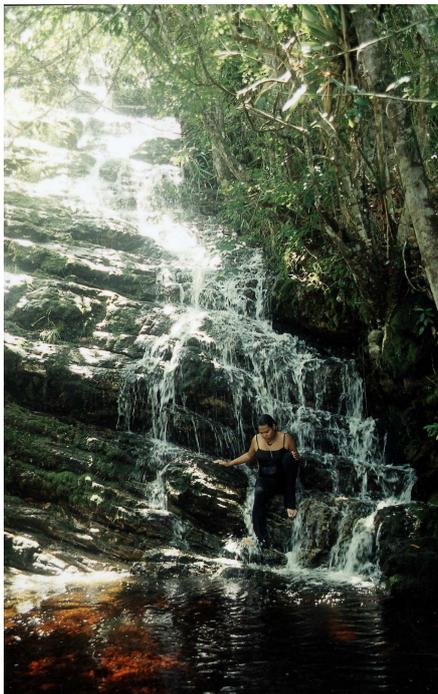


Foto: Luiz Carlos de Menezes – jun/2003

Figura 6.27 – Seqüência de cachoeiras com bacia de acumulação



Foto: Luiz Carlos de Menezes – jun/2003

Figura 6.28 – Seqüência de cachoeiras

Riacho Vermelho



Foto: Luiz Carlos de Menezes – set/2003

Figura 6.29 – Seqüência de cascatas



Foto: Luiz Carlos de Menezes – set/2003

Figura 6.30 – Cascata com bacia de acumulação denominada de cachoeira do Caixão



Foto: Luiz Carlos de Menezes – out/2003

Figura 6.31 – Vale encaixado próximo ao topo no conjunto denominado Cathedral

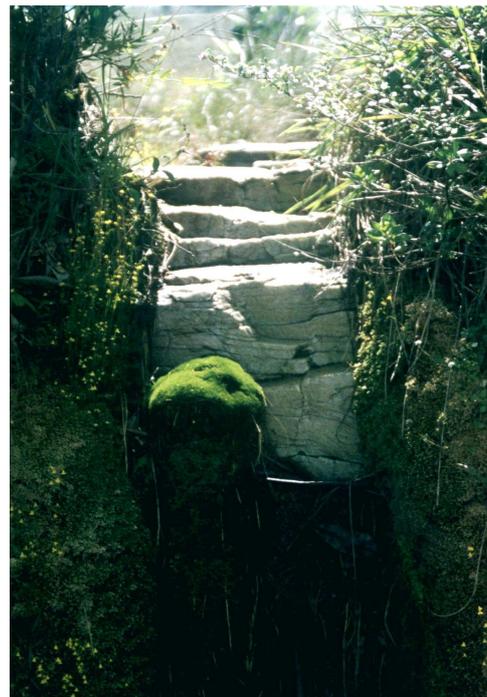


Foto: Luiz Carlos de Menezes – out2003

Figura 6.32 – Vale próximo ao topo no conjunto denominado Cathedral

O lugar (da) na Serra



Foto: Paulo Lima – década e 1980

Figura 6.33 – Igreja no topo



Foto: Paulo Lima – década e 1980

Figura 6.34 – Peregrinação religiosa na Serra



Foto: Marcel Nauer – década e 1980

Figura 6.35 – Manifestação folclórica no povoado Serra (entorno da vertente oeste)



Foto: Paulo Lima – década e 1980

Figura 6.36 – Tradição artesanal no entorno na Serra



Foto: Luiz Carlos de Menezes – nov/2003

Figura 6.37 – Aspectos da Feria de Areia Branca - SE (entorno da vertente leste)



Foto: Luiz Carlos de Menezes – nov/2003

Figura 6.38 – Aspectos da Feria de Itabaiana – SE (entorno da vertente oeste)



Foto: Luiz Carlos de Menezes – nov/2003

Figura 6.39 – Aspectos da Feria de Itabaiana - SE (entorno da vertente oeste)



Foto: Luiz Carlos de Menezes – nov/2003

Figura 6.40 – Aspectos da Feria de Itabaiana - SE (entorno da vertente oeste)

6.2 Percepção dos atores sociais e institucionais sobre as perspectivas e possibilidades de ecoturismo

6.2.1 Aspectos econômicos

Com relação às atividades econômicas mais adequadas para a Serra de Itabaiana e seu entorno, a **superintendência do IBAMA** considera a Serra um atrativo turístico, pela presença de remanescentes de mata atlântica e outros ecossistemas, além da sua geografia propiciar trilhas diversas e locais para banhos, prática de esportes de aventura. Admite a prática do “turismo sustentável e visitas na Serra”, caso o estudo para redefinir a categoria de manejo da Serra permita” e no entorno, a sua opinião é de que o uso deve convergir para a “agricultura sustentável”.

Para a **gerência da Estação Ecológica da Serra** a exploração econômica no entorno da Serra não deve ser mudada, pois já é tradição na região a agricultura familiar, cultivo de hortaliças, está crescendo a prática da agricultura orgânica, devendo-se incentivar as práticas ecológicas sustentáveis, dentre elas a eliminação do uso excessivo de fertilizantes artificiais e de agrotóxicos, que acabam poluindo os rios e barragens utilizadas como fonte de abastecimento humano.

Com relação à unidade de conservação da Serra de Itabaiana, “se o estudo indicar um parque ou similar que permita visitas, há possibilidade de fomentar o desenvolvimento do ecoturismo, também no entorno da Serra”.

Com relação aos tipos de turismo que poderiam ser praticados na Serra, a gerente da Serra não recomenda o turismo de aventura e esportes radicais pelos impactos que podem causar, admitindo a contemplação da paisagem, observação da fauna e da flora, trilhas para caminhadas, a criação de um orquidário e de um centro de visitantes e, no entorno da unidade de conservação, locais para banhos, lazer e recreação, lojas para a venda de artesanato e *souvenires* e outras atividades relacionadas.

Os quatro **proprietários de terra** também apontam a pequena agricultura como alternativa econômica para a Serra. Um dos entrevistados referiu-se à piscicultura, apicultura, ricultura, agricultura orgânica, cultivo de caju, mangaba, produção de pimenta do reino em consórcio com a mata e outras culturas consorciadas com a mata como alternativas viáveis que deveriam ser incentivadas.

Com relação ao turismo, foram também unânimes na opinião de que a Serra é um atrativo turístico, que se explorado com cuidado, traria benefícios para a população local. Uma proprietária afirmou que “deveria se verificar a realidade local, a Serra sempre foi uma atração pública para a visitação, é necessário a sociedade conhecer a Serra para se envolver e conservar”.

O proprietário que adquiriu uma área para explorar turisticamente assim se expressou: “comprei pensando em desenvolver o turismo e preservar. O problema é que a Serra não é bem vista nem bem cuidada pelo poder público. Deveria ser bem tratada, vigiada todo o tempo. Não há proteção. Existem muitos assaltos”.

Os três entrevistados das **secretarias responsáveis pelo turismo** dos municípios de Areia Branca e Itabaiana e do Estado de Sergipe, afirmaram que as atividades econômicas adequadas para a Serra e entorno seriam práticas agrícolas sustentáveis e a exploração turística também sustentável.

O entrevistado da secretaria responsável pelo turismo em Areia Branca assinalou que a Serra é uma “estrutura econômica natural porque fornece água para as atividades de agricultura e pecuária, irrigação e abastecimento humano, e se o turismo ecológico fosse explorado, traria o desenvolvimento de roteiros, restaurantes, comidas típicas, artesanato, música regional, pousadas, turismo rural, mas é necessário criar infra-estrutura, planejamento e políticas de turismo numa parceria entre os municípios”. Ele afirmou ainda que a Serra tem atrativos mais diversificados que poderiam ser melhor que Xingo, “só precisa desenvolver um plano turístico sustentável discutindo com a comunidade e os órgãos públicos”.

Devido ao grande número de veículos que circulam diariamente na rodovia que passa na entrada da cidade de Areia Branca (aproximadamente 2.000 veículos segundo dados fornecidos ao Município pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER), a prefeitura de Areia Branca juntamente com pessoas interessadas da comunidade estão estudando uma maneira de atrair os visitantes através de algum atrativo para circularem na cidade de Areia Branca. A princípio, estão imaginando colocar barracas com artesanato, culinária local e produtos da região às margens da rodovia. Está se pensando em fazer um ou vários restaurantes típicos com forró tradicional ao vivo, para servir, a princípio, café da manhã e jantar com comidas regionais.

O entrevistado da secretaria de Itabaiana disse que a Serra tem uma variedade de atrativos diferenciados, mais opções para a visita que Xingó, e com relação ao litoral sergipano “a Serra é outro tipo de turismo que fica difícil comparar, o que falta na Serra é estrutura física” para ser bem explorada pelo turismo.

Indagado sobre a existência de projetos turísticos para a Serra no município, fomos informados que, mesmo a execução de estudos “é muito cara e inviável para a administração local” e que a prefeitura aguarda iniciativa do Governo do Estado para parceria. Nesse sentido, referiu-se a um plano do governo estadual para o ano de 2006.

A secretaria de turismo do Estado informou que a prioridade para o turismo no estado de Sergipe é o desenvolvimento do turismo de eventos e de negócios, e que, em paralelo, vem

planejando e desenvolvendo as seguintes ações: no ano em curso (2003) continua desenvolvendo o pólo Costa dos Coqueiros; em 2004 será reforçada a imagem da região de Xingó que já é um destino consolidado; em 2005 está previsto o desenvolvimento da região de Tobias Barreto para alavancar o pólo de Turismo de Negócios devido à vocação comercial e a importância regional e, em 2006, será a vez da região da Serra de Itabaiana. O entrevistado afirmou que foi lançado o pacote turístico “Fale Bem de Sergipe” que inclui visitas à Serra de Itabaiana, já à venda por algumas agências.

Para que a Serra se torne um produto turístico, o entrevistado da Secretaria do Estado assinalou que além da infra-estrutura para o desenvolvimento do turismo “é necessário a integração entre o governo estadual e os municípios beneficiados”, reafirmando que a região da Serra precisa ser melhor estudada para receber estrutura que possa competir com outros destinos.

As oito **agências de receptivo** creditam ao turismo a vocação da Serra, pela gama de atividades econômicas necessárias para o desenvolvimento do turismo, desde o fomento de atividades locais de agricultura, pequena indústria de culinária, artesanato, pousadas, equipamentos de lazer e recreação, dentre outros.

Entretanto, mesmo para aqueles que já trabalham com visitas à Serra, é emergencial a infra-estrutura, ou seja, hospedagem, alimentação, posto de informação turística, capacitação e treinamento de pessoal (guias, guardas-florestais, funcionários de bares e restaurantes dentre outros), sinalização e equipamentos de segurança nas trilhas, construção de mirantes para a contemplação da paisagem, equipamentos para a coleta de lixo, pontos de parada para descanso e para lanches, áreas para acampamento com infra-estrutura, dentre outros.

A maioria das agências entrevistadas considera que a Serra teria condições de se tornar um produto turístico tão atraente quanto Xingó, algumas afirmando que até mais, devido ao seu diferencial, ou seja, “uma Serra com vegetação diversificada, cachoeiras, banhos e uma variedade de atrativos”.

A necessidade da parceria foi citada várias vezes por todos, reforçando a importância do trabalho conjunto da iniciativa privada e os governos estadual e municipais. No entanto, chamou a atenção que, nesse contexto, poucos incluíram as comunidades locais como atores importantes da parceria. Um depoente afirmou que “é necessário uma parceria com o IBAMA para orientar. Só a iniciativa privada pode destruir tudo”.

O depoimento a seguir resume a opinião da maioria dos entrevistados sobre as perspectivas turísticas do estado de Sergipe incluindo a Serra de Itabaiana: “se houvesse uma conscientização do governo e empresários para desenvolver um trabalho conjunto envolvendo técnicos seria fantástico! O que acontece são ações isoladas, sem consulta, visando interesses econômicos de grupos”.

Com relação às necessidades, um entrevistado afirmou que “para a gente do receptivo quanto mais roteiros melhor. A Serra é uma opção a mais diferenciada (sic!), para a prática do turismo ecológico, do turismo de aventura e de esportes radicais, mas é preciso preparar a infra-estrutura. Não deve ser um turismo de massa. O segmento de mercado tem uma visão de turismo ecológico que não agride a natureza”.

Complementando, outro entrevistado comentou que “todo mundo hoje quer ser ecológico, com conforto e infra-estrutura é claro, e que a Serra tem a facilidade de estar no caminho de Xingó”. Para ele, enquanto se continuar insistindo em se vender o litoral, o turismo sergipano não vai alavancar nunca. “Tem que se vender também o que os outros não têm, por exemplo, Xingó, a Serra de Itabaiana, a Serra da Miaba, Pacatuba, Ponta dos Mangues, Pólo dos tecidos de Tobias Barreto e outros locais, além de aspectos da cultura popular sergipana”.

Apenas dois entrevistados acham que a Serra tem menos variedade de atrativos naturais que Xingó e não chegariam ao seu nível como produto turístico. Contudo, todos, inclusive os que não trabalham com visitas à Serra, confirmam que divulgariam e venderiam roteiros turísticos na Serra.

As quatro **agências de ecoturismo / turismo aventura** têm uma percepção semelhante à das agências de turismo receptivo com relação às atividades econômicas mais adequadas à Serra e seu entorno, acrescentando algumas observações relevantes. Um dos entrevistados assinalou que “além do ecoturismo não há algo favorável para se desenvolver na Serra e no seu entorno a não ser a agroecologia”.

Um outro afirmou que “a exploração turística da Serra exige consciência ecológica, deve ser sustentável, com benefícios para os nativos”. Outro ressaltou que “a exploração deve ser feita com muito respeito à natureza e com a participação ativa e consciente dos moradores locais”.

A contribuição desse seguimento foi relevante devido ao foco do turismo que agenciam, o ecoturismo. Nesse sentido, os entrevistados apresentaram além das tipologias de turismo aventura e educação ambiental, a potencialidade da prática de terapias associada ao ecoturismo. Sugeriram a possibilidade de tratamentos para *stress*, terapias para relaxamento, para problemas psicológicos, para deficientes físicos com base na aquaterapia, pois, “a Serra tem recursos naturais atraentes e curadores, é um santuário com uma vegetação singular, contém mistério, energia”.

Os entrevistados foram unânimes sobre a necessidade de regulamentar a situação legal da Serra, bem como da instalação de infra-estrutura mínima para que ela se torne um produto turístico tão atraente quanto Xingó. Acrescentaram que sem esses pré-requisitos torna-se difícil a divulgação direcionada da Serra “as pessoas que buscam o turismo ecológico”.

Para os cinco **guias de ecoturismo**, “o turismo ecológico, ou turismo controlado ou ecoturismo e a educação ambiental são as atividades econômicas que combinam com o perfil da Serra de Itabaiana” e que, além do turismo deveria se incentivar a agricultura orgânica, piscicultura, criação de abelhas, etc. Quanto a outras práticas, não há unanimidade, pois há aquele categórico que afirma: “não deveriam ter pecuária, olarias e monoculturas na Serra de Itabaiana”. Outro mais consencioso disse que o “turismo ecológico devia ser explorado com sustentabilidade como manda o figurino”.

Alguns disseram que devem ser incentivados: o artesanato, comidas típicas, produtos e atividades comerciais de interesse para o turismo em “pontos estratégicos, num trabalho de parceria entre o IBAMA e a comunidade visando gerar renda”. Outro depoimento aponta a necessidade de “um espaço modelo tipo uma chácara, com diversas culturas orgânicas e atividades relacionadas à natureza e ao campo para os visitantes participarem e para educação ambiental de escolas e interessados em geral”.

Côncios da importância do conhecimento, se apresentaram preocupados com a formação, sugerindo “cursos de formação de guias, e em vez da Secretaria de turismo, o IBAMA fornecesse um certificado de capacidade para exercer a atividade de guia na Serra, aos moradores locais”.

Para eles, as tipologias de turismo adequadas para prática na Serra são, pela ordem de importância, a educação ambiental, o turismo aventura, contemplação, caminhadas, banhos.

Alguns citaram passeios a cavalo, bicicleta, motocross, asa delta. Um dos entrevistados não é a favor de esportes de aventura na Serra.

Sobre a divulgação turística da Serra, dois entrevistados afirmaram que só deveria divulgar quando tivesse regularizada a situação legal e ter o mínimo de infra-estrutura. Outro afirmou que “primeiro o controle, depois uma divulgação que não deveria ser grande”. Outro, ainda disse que a divulgação deveria ser direcionada para o segmento de turismo específico, pois “não é qualquer pessoa que encara a natureza”.

Para a Serra se tornar um produto turístico falta, na percepção dos guias “interesse do governo”, “políticas e planejamento”, “falta a legalização para que se possa visitar, já há consenso”.

Sobre a diversidade de atrativos da Serra comparativamente a Xingó e ao litoral sergipano, um entrevistado disse que “a Serra sozinha não, mas com os povoados e o entorno tem mais diversidade de atrativos até mais atraentes”. Já outro entrevistado disse que “é difícil comparar, porque cada lugar tem a sua beleza”.

Com relação às atividades econômicas mais adequadas à Serra, foram citados pelos doze **beneficiários com o fluxo turístico** o turismo na Serra e nos povoados do entorno e as seguintes atividades: explorar a barragem para irrigação e para turismo, pesque-e-pague, camping, pousadas, restaurantes, agricultura familiar, agricultura orgânica, pecuária de pequeno porte, piscicultura, processamento do pescado, fábricas de doces caseiros, explorar e desenvolver a mangaba nativa, a pindoba, gastronomia, comidas típicas, incentivar a cultura local (músicos, escultores, a via sacra), reciclar o lixo em toda a região da Serra. Um depoimento destacou-se por dizer o seguinte: “Realizar estudo para ver o que dá”.

Para todos os entrevistados a Serra é um atrativo turístico e, alguns acrescentam ainda que é também um “atrativo científico”. “No estado de Sergipe não tem outra Serra igual”. “A Serra é um ponto turístico que se deveria incrementar com hotéis, restaurantes, artesanato”. [...] “É preciso ampliar para outros locais, crescer sofisticar. O poço das moças é pequeno”.

Nesse sentido, o outro depoimento assinala que “o perfil do frequentador da Serra é pelos recursos hídricos”. Para esse entrevistado, “Ela já é um produto turístico. Existem várias excursões diárias de pessoas de fora. As pessoas já sabem da existência da Serra até fora. Acho que devia divulgar mais, inclusive lá fora”.

Entretanto, há um consenso geral de que para que a Serra se torne um produto turístico, é “preciso de infra-estrutura e segurança”, “falta organização para aumentar a frequência de turistas na cidade de Areia Branca”, “depende do IBAMA para liberar o acesso”, “é preciso treinar guias com o apoio e parceria do IBAMA”, “organizar, normatizar o uso e a visitação, criar um parque nacional. Do jeito que tá não gera renda para o estado e ainda estraga a Serra, não há monitoramento nas visitas”.

Nesse depoimento o entrevistado afirma que “falta divulgação. A Serra só passa na televisão quando é para mostrar os incêndios!”. Esse outro diz que “É muito bom se houvesse muitos pontos turísticos na Serra que pudesse visitar. Muita gente de fora não conhece. A população deveria conhecer. Só assim iam gostar da Serra”.

A percepção desse entrevistado reflete a visão de muitos, sobre as possibilidades de melhoria na relação comunidade-área protegida. Ele disse o seguinte: “Sabendo explorar o turismo ecológico na Serra com a participação do voluntariado da comunidade, vai ajudar na conservação do meio ambiente”.

Sobre a possibilidade da Serra de Itabaiana se tornar tão atraente quanto Xingó e o litoral, as opiniões divergiram muito. Há aqueles que acham que sim, e alguns acham até que a Serra e seu entorno tem mais diversidade de atrativos, e os que acham que apesar da Serra ser muito bonita, Xingó, e o litoral já estão com estrutura turística montada e funcionando.

Nesse sentido, é quase uma unanimidade de que o que sempre dificultou e vai continuar dificultando é a falta de interesse das prefeituras e do governo do Estado. O seguinte depoimento fornece de maneira geral a percepção com relação ao poder público municipal de Areia Branca, que, pode ser estendido a Itabaiana, afirmam não ter conhecimento de projetos turísticos nos referidos municípios, muito menos envolvendo ou buscando solucionar a questão legal da Serra: “nunca vai ser como Xingó e o litoral. A cidade é de porte menor e as administrações não têm interesse”.

Foi muito enfatizado pelos entrevistados nos depoimentos o descaso, o isolamento e a indiferença do poder público local na figura do chefe do executivo com relação aos interesses das comunidades.

Sobre a atuação do IBAMA, “ele, o IBAMA, tem feito alguma coisa. Mas é engessado. Tem deficiência de recursos humanos. Há ingerência política negativa na gestão interna da Instituição, que atrapalha ou anula o corpo técnico”.

Com relação à participação da população local na busca de soluções para a Serra, foi citado várias vezes o seguinte: “comodismo e indiferença da maior parte população local” que segundo alguns entrevistados, seria porque “a população em sua maioria é pobre, não tem educação, não tem estudo, não sabem cobrar os seus direitos”.

6.2.2 Aspectos ecológicos

A **superintendência do IBAMA/SE** considera a Serra um patrimônio natural de Sergipe pela sua diversidade de ecossistemas e recursos naturais que possibilitam a pesquisa científica e a educação ambiental.

Além desses aspectos, a **gerência da Estação Ecológica da Serra** acrescentou que a Serra é um patrimônio do País, além ser um patrimônio dos sergipanos, pela forte identidade que a população tem com a Serra.

Sobre as possibilidades de degradação ambiental com a prática do turismo na Serra, a superintendência do IBAMA/SE afirmou que, “com bases sustentadas e com a educação ambiental, o turismo é uma alternativa econômica além de gerar consciência ecológica. Deve ser desenvolvido através de ações institucionais conjuntas e sincronizadas com a população local e comunidades”.

Para gerência da estação ecológica da Serra, “o turismo provoca agressão se for usado sem o aporte do IBAMA e sem o amparo legal do SNUC. Se tiver incorporado às atribuições e objetivos da unidade de conservação poderá contribuir para a preservação da Serra”.

Perguntados se consideram a Serra de Itabaiana um patrimônio natural, todos os **proprietários de terra** foram unânimes na resposta afirmando que “sim”, porém acrescentando comentários que devem ser considerados, no que se refere à importância da educação ambiental na Serra como forma de “divulgar a questão da água que é um patrimônio humano, pois a Serra tem diversas nascentes”. [...] “a Serra deve ser preservada, pelas suas

belezas e recursos naturais, mas que deve se permitir a entrada das pessoas”. [...] “tem que zelar. Bem cuidada, é um lugar agradável para se visitar”.

Já um outro entrevistado retoma a atuação institucional afirmando que “o problema é que não é bem tratada pelo poder público. Só querem proibir as visitas e impedir quem quer desenvolver a Serra”.

Os entrevistados das **secretarias responsáveis pelo turismo** ratificaram a Serra como um patrimônio natural pelos seus recursos naturais e paisagísticos, sem maiores comentários. Destacou-se apenas o seguinte: “deve-se manter um apoio maior ao IBAMA na conservação da Serra”.

Sobre a degradação do turismo na Serra, a secretaria de turismo do Estado disse que “se o turismo for praticado corretamente, geraria emprego e renda e ajudaria na conservação da Serra”. O entrevistado da secretaria de Areia Branca afirmou que “deve ser um turismo controlado. Se deixar à toa agride a natureza”. O entrevistado da secretaria de Itabaiana concorda que “o turismo sem controle num local natural degrada”.

As oito **agências de turismo receptivo** consideram a Serra de Itabaiana um patrimônio natural. O consenso geral é também sobre a beleza paisagística e os recursos naturais. Entretanto, algumas observações devem ser colocadas, que sintetizam a percepção de grande parte dos entrevistados, a seguir.

Quatro entrevistados afirmaram que o sergipano não dá valor às suas belezas naturais, à sua cultura. Com relação à necessária conservação, “Deveria ser muito bem administrada. Do jeito que vai, vão destruir o resto”. “Tem que cuidar, senão não se mantém”. “É uma pena, mais o sergipano não conhece o que tem. Não valoriza suas coisas”. “Os sergipanos não valorizam as suas belezas. Incentivar a visitação para os sergipanos conhecerem e passar a valorizar”.

Com relação à degradação ambiental, todas as empresas demonstraram em maior ou menor grau, alguma preocupação com o lixo e em fornecer orientações aos turistas sobre como se comportar nos roteiros, para não agredirem o meio ambiente nos locais visitados e acrescentam: “Distribuímos saco de lixo e damos orientações para preservarem o meio ambiente. Deveria ser uma preocupação geral, mas infelizmente a maioria dos turistas não

tem preocupação com o meio ambiente. O turista acha que por estar pagando, pode fazer tudo o que quiser. Já foi pior. Já há muitos turistas que se preocupam”.

Para um entrevistado, “é quase impossível mudar a cabeça do pessoal mais velho. A solução é incentivar muito a educação ambiental nas escolas, ser uma obrigação, para ver se nas próximas gerações a coisa melhora. A Serra é o lugar ideal, ajudaria muito nisso”.

Duas agências de receptivo que trabalham e / ou transportam com frequência grupos para a prática do “ecoturismo, turismo aventura e escolas para a educação ambiental”, afirmaram que esse tipo de público tem mais consciência sobre as questões ambientais.

As quatro **agências de ecoturismo / turismo aventura** confirmaram a Serra de Itabaiana como um patrimônio natural, “a Serra é uma enciclopédia. A sua natureza, vegetação, água, a feira, a cultura, coisas maravilhosas, um instrumento para as escolas”.

Os depoimentos assinalaram que “os sergipanos não têm amor à sua terra, não valorizam nem falam bem das suas belezas naturais e culturais”, “diferente dos baianos, a baixa estima do sergipano faz com que ele não valorize o seu lugar”.

As quatro agências demonstraram preocupação com o meio ambiente: “a gente procura levar grupos pequenos de pessoas, para não agredir a natureza, damos dicas de onde pisar, ter cuidado, não mexer, não tirar nada, só observar”.

Sobre a consciência dos pressupostos do ecoturismo, “eu nunca vou fazer de uma trilha um negócio, e sim, um caminho... para a espiritualidade, para Deus, para que as pessoas possam enxergar que existe algo mais, que a natureza e os lugares merecem respeito...”.

Foi confirmada pelos cinco **guias de ecoturismo** a Serra de Itabaiana como um patrimônio cultural, devido à sua diversidade de elementos naturais. Contudo, dois guias moradores do entorno da Serra afirmaram o seguinte: “não valorizam o que tem. A Serra está na UTP”. “Existe a cultura de que a Serra é propriedade particular de alguns...”.

Há uma preocupação unânime quanto aos impactos causados por uma grande quantidade de visitas ao mesmo tempo na Serra. Informaram que levam grupos pequenos de quinze a vinte pessoas, conforme o local. “Quando levamos um grupo para a Serra ou outros locais fazemos, alguns dias antes, uma reunião com as pessoas para passar algumas orientações sobre educação ambiental. Nos roteiros buscamos ensinar e conscientizar as

peças sobre a importância da natureza para a vida. As pessoas procuram se envolver. É dividido. Uns não tem envolvimento, mas a partir da interação e com a interpretação da natureza passam a se interessar, por exemplo, além de não jogarem o lixo, tomam a iniciativa de pegar o lixo na trilha deixado por outras pessoas”.

É senso comum entre os **beneficiários com o fluxo turístico** que a Serra é um patrimônio natural. Alguns depoimentos se destacam por mostrar a representatividade da Serra no contexto dos moradores locais: “A Serra é um patrimônio nacional! Foi habitada por vários povos, índios, holandeses”. “Deveria ser um patrimônio para que as pessoas pudessem apreciar, através de uma política mais eficiente de meio ambiente para a Serra entre os municípios, o estado, o governo federal”.

Sobre sua conservação, reconhecem o trabalho do IBAMA/SE, pois “se o IBAMA não tivesse na Serra já tinha se acabado tudo”. No entanto, entendem que há muito que fazer, “por enquanto não é um patrimônio nem de Sergipe nem dos sergipanos. Apenas algumas pessoas usufruem. Número muito restrito”.

Sobre a degradação ambiental e ações a favor do meio ambiente, vários entrevistados citaram que se preocupam com a água da Serra. Esse depoimento mostra a percepção dos que citaram a água: “a gente depende muito da água da Serra. Se desmatar vai acabar a água”. [...] “jogo parte do lixo no outro lado da pista. O que é de queimar eu queimo. Outra parte alimento os porcos”.

Já aqueles que têm mais contato com o a estação ecológica da Serra disseram que: “Ajudamos o IBAMA, orientando as pessoas sobre o lixo, não depreder o mato e as árvores, não acenderem fogo na Serra”.

Ainda sobre saneamento, referiram-se à deficiência da coleta de lixo, que não tem aterro sanitário, é jogado em qualquer lugar, que “95% da cidade não tem saneamento básico e s 5% que tem os esgotos são jogados no riacho Olhos D’água. O matadouro não tem infraestrutura, os restos vão para o mato e acabam no riacho, e ninguém toma providência”.

Sobre o turismo como atividade importante, entendem que: “Não existe visitação sem impacto. Mas se organizar as visitas com acompanhamento, com informações e educação ambiental, pode ajudar na conservação da Serra, [...] “o turismo com consciência pode contribuir para alavancar o desenvolvimento do município”.

6.2.3 Aspectos culturais

A **superintendência do IBAMA/SE** considera que a Serra de Itabaiana tem valor cultural, “a Serra faz parte da cultura de um povo, que deveria ser considerada e valorizada”. Sugeriu a criação de um “espaço para a população colocar a sua cultura, para a comunidade se manifestar”.

Para a **gerência da Estação Ecológica da Serra**, ela tem grande valor cultural “pelo que representou e representa para as pessoas na construção de identidade através de suas lendas, mitos, histórias, vivências, faz parte do cotidiano da população local”. Para valorizar a cultura local, deveria se incentivar a publicação e a reedição de material literário esgotado, incrementar a divulgação nas escolas e a realização de eventos culturais.

Dos quatro **proprietários de terra**, um disse: “só vinculo a Serra à questão ecológica. Não vejo nada relacionado à cultura”. Os outros três entrevistados enxergam os valores culturais da Serra, cuja sugestão para a valorização do patrimônio cultural é expressa no seguinte depoimento: “deveria haver um projeto integrado entre os diversos órgãos para se fazer um centro cultural e de educação ambiental para atender à população local”.

Os três entrevistados **das secretarias responsáveis pelo turismo** consideram a Serra de Itabaiana com grande valor cultural. O entrevistado da secretaria de turismo do Estado creditou o valor cultural da Serra às lendas e aos mitos que fazem o imaginário do sergipano; às feiras, às festas, à paisagem, e que era necessário “incentivar o público local nas suas manifestações culturais para fazerem parte do mercado turístico”. O entrevistado da secretaria de Areia Branca acrescentou a “necessidade de revigorar além da religiosidade as manifestações culturais que estão praticamente acabadas”, e que está em estudos a criação de uma feira de artes em Areia Branca.

O entrevistado secretaria de Itabaiana relatou que “é preciso incentivar a cultura, pois o que ainda permanece é por causa do pessoal mais velho que mantém as tradições culturais”. Para isso, a Secretaria de Educação de Itabaiana estimula as escolas a terem um grupo artístico e folclórico, que são requisitados tanto pela prefeitura quanto pela iniciativa privada para eventos.

Das oito **agências turismo de receptivo** entrevistadas, quatro afirmaram ter pouco ou nenhum conhecimento sobre aspectos culturais da Serra de Itabaiana. Foi lembrado mais uma

vez por dois entrevistados que “o sergipano precisa dar valor em primeiro lugar à sua terra. Tem muita coisa bonita”.

Os outros entrevistados das agências de receptivo concordam que a Serra tem valor cultural. O aspecto mais citado é o São João de Areia Branca e a culinária de São João. Contudo, alguns depoimentos se destacaram, a seguir: “Revitalizar e valorizar a cultura popular das localidades no entorno da Serra. A secretaria de cultura do estado tem pessoas aptas para isso, que não são aproveitadas, além da falta de continuidade das ações nas mudanças de governo”.

Quatro depoimentos assinalaram que as escolas são o caminho para resgatar os valores culturais da Serra e do estado de Sergipe, e que a população deveria se mobilizar para mexer com os brios do poder público.

Os quatro **agências de ecoturismo / turismo aventura** afirmaram que a Serra tem valor cultural. As lendas e os mitos foram citados duas vezes, como também a falta de valorização do sergipano com relação às suas belezas naturais e culturais. Foi destacado ainda que “o conjunto natural e cultural da Serra é ideal para re-educar não só os alunos das escolas como também a comunidade sergipana visando valorizar a nossa cultura e a conscientização para reduzir a degradação da natureza”.

Todos os cinco **guias de ecoturismo** reconhecem o valor cultural da Serra. Alguns depoimentos auxiliam na percepção dos referidos entrevistados. Um dos três guias que mora no entorno da Serra disse que deve se “divulgar a cultura nas escolas”, e citou a necessidade de “criação de um barracão cultural em Areia Branca”, alertando que “as pessoas que procuram a Serra é pela água, pelos banhos”.

Outro guia também morador do entorno declarou que “As coisas tão se acabando porque os governos não se interessam por nada. Os grupos folclóricos quase não existem mais. Dois ou três velhos é que ainda mantém. O pessoal mais novo não tá nem aí”. Outro guia morador do entorno confirmou que “A cultura popular da Serra também tá na UTI”.

Os dois guias que moram em Aracaju, em síntese, sinalizaram para a necessidade de se publicar as lendas, as estórias da Serra e divulgar a cultura local em eventos, ou criar eventos para isso.

Dentre os **beneficiários com o fluxo turístico**, três entrevistados afirmaram que a Serra de Itabaiana não tem valor cultural. Outros dois afirmam que “à única coisa que tem é o São João de Areia Branca”. Já vários entrevistados, afirmaram que “os mitos e as lendas continuam fortes”, mas o resto, ou seja, “os grupos folclóricos tradicionais os mais novos não ligam, tão morrendo”. Contudo, dois entrevistados afirmaram que “sem a nossa cultura não tem alma”.

Sobre a peregrinação à Serra no dia primeiro de novembro, assinalaram a necessidade de resgatá-la. No entanto alguns depoimentos concluíram que “nunca vai voltar a ser a mesma coisa. A maioria dos mais jovens só que sabê de bagunça e cachaça”.

Com relação ao São João, as opiniões são quase unânimes: “O São João tá morrendo. Culpa da administração municipal e dos políticos”. [...] “O São João de Areia Branca era bem tradicional, com um forró pé de Serra, realizado em uma rua havia o envolvimento de todos, tinha muito calor humano. Com a transformação comercial, interesses políticos e econômicos, perdeu a sua alma. Cobrança de ingresso inclusive para os moradores, gente de todo tipo e de todo lugar, começou a ter bagunça, violência, até assassinato. Hoje em dia o São João virou um incômodo para a população local”.

Para resgatar os valores culturais, a entrevistada do Centro Cultural de Areia Branca disse que “são necessárias a conscientização dos grupos artísticos e divulgação. A criação do Centro cultural está buscando o resgate da cultura local, o reisado, o grupo mamãe sacode, quadrilha de São João, capoeira, o grupo de zabumba, artes plásticas, compositores, poetas, artesões. Estamos providenciando cursos de capacitação para revigorar esses grupos, alguns deles parados”.

Dois entrevistados lembraram que há alguns meses começou a se colocar barracas na beira da pista em frente à cidade com produtos locais, visando valorizar aspectos culturais locais. Outros disseram que “a partir de um pólo turístico, deveria se organizar e se incentivar a cultura local”.

Há também aqueles que priorizam a educação, “incentivo à cultura local junto com a educação ambiental. Na maioria das vezes as escolas vêm para a Serra para praticar a educação ambiental, quando chega aqui, a única preocupação é o lazer e tomar banho. A maioria dos monitores são deficientes para instruir sobre educação ambiental”. [...] “Deveria inserir nas escolas aulas sobre a cultura local, não só do município como de todo o estado, e

buscar parcerias com ong's e instituições (SEBRAE, Serviço Social do Comércio - SESC, Serviço Nacional de Aprendizagem comercial - SENAC, Petróleo Brasileiro SA - PETROBRAS) para participar com recursos humanos e materiais para incentivo e divulgação da cultura”.

Um outro afirmou que “precisaria de dinheiro para investir na cultura. A estrutura das escolas é precária, professores desinteressados, por causa de maus salários, a educação normal nas escolas já é comprometida, imagine se há motivação para ensinar cultura!”.

A grande maioria citou que “nenhum prefeito se interessa em fazer coisa alguma”, e que desconhecem projetos culturais do município, exceto a entrevistada do Centro Cultural de Areia Branca.

6.2.4 Aspectos legais

A percepção de todos entrevistados sobre a modalidade de unidade de conservação para Serra de Itabaiana ficou esclarecida, ou seja, emitiram opinião após a explanação de todo o processo de implantação e, da distinção entre conservação e preservação. Isto posto, houve unanimidade de opiniões de que a conservação da Serra seria o modelo mais adequado à sua realidade econômica, ecológica e cultural. Em síntese, são favoráveis ao estabelecimento do uso controlado, sendo o ecoturismo nas suas diversas tipologias a atividade sugerida por todo o universo pesquisado.

Alguns entrevistados chegam a detalhar a maneira de funcionamento da Serra: “deve haver cobrança de ingresso para o acesso à Serra, para ajudar na manutenção do parque e recuperar áreas destruídas”. [...] “deve ser definido os locais de visitas e as áreas que não se pode visitar para não degradar. [...] “os turistas só deveriam entrar na Serra acompanhados de guias treinados para serem orientados nas trilhas, evitando a degradação da Serra”. [...] “é importante se criar na Serra um espaço para a recepção e orientação dos turistas”. Colocar a infra-estrutura necessária nas trilhas e locais de visitas, além de segurança como vigias e / ou guardas com aparelhos de comunicação em motos ou a cavalo. Fazer parceria com a polícia ambiental para dar segurança aos turistas e proteger a Serra. [...] “criar um local para a realização de eventos, educação ambiental e treinamento para a população local e para outras pessoas”.

Nesse sentido, o depoimento da gerência da estação ecológica da Serra expõe, de uma maneira geral, o sentimento e a percepção dos entrevistados: “O envolvimento da população com a Serra é muito antigo! Mesmo com a pressão legal exercida para se fechar a Serra, não se eliminou nem vai se conseguir eliminar do imaginário das pessoas as antigas práticas que sempre ocorreram na Serra, a religiosidade, o lazer e a recreação, os mitos, as lendas, os ritos”.

Assim, diante do que foi relatado pelos entrevistados, ou seja, o consenso que há sobre as práticas e usos mais adequadas a Serra e seu entorno, abrem-se diversas trilhas com cenários de possibilidades para as práticas de ecoturismo na Serra de Itabaiana.

7 DISCUTINDO AS POSSIBILIDADES DE ECOTURISMO NA SERRA

O geossistema e a estética da paisagem da Serra de Itabaiana possibilitam a percepção de uma variedade de cenários pelo observador comum, desde as micropaisagens às macropaisagens, cuja estética é capaz de estimular todos os componentes sensoriais pela diversidade de formas, cheiros, cores, sons, sabores, luzes, textura, a atmosfera dos amanheceres, das neblinas e nuvens, dos pores-do-sol, dos luares na Serra.

Além disso, o cenário composto pelo patrimônio natural da Serra sempre foi palco de vivências e manifestações sócio-culturais incorporadas ao patrimônio cultural do estado de Sergipe, o que torna a Serra um lugar especial capaz de sensibilizar e despertar na percepção do visitante uma gama de significados, sensações e interpretações pessoais, remetendo-os a um clima de magia, sedução e encantamento inigualáveis, em síntese, uma experiência única, mesmo para aqueles que buscam o conhecimento objetivo dos seus elementos, conforme depoimentos colhidos neste trabalho.

Todavia, é de grande relevância a abertura institucional demonstrada pela Superintendência do IBAMA/SE e pela gerência da estação ecológica da Serra, cujas opiniões se somaram ao consenso geral dos atores sociais entrevistados, ou seja, a conservação em vez da preservação da Serra de Itabaiana. Contudo, ambos alertam que os estudos técnicos a serem realizados é que realmente deverão definir a categoria de manejo adequada à realidade atual da Serra de Itabaiana, observando-se que a relação da população local com o patrimônio natural e cultural da Serra deverá ser considerada nos estudos.

Com relação às populações afetadas com a implantação de uma unidade de conservação, a Lei nº 9.985 do SNUC contempla uma maior participação da sociedade civil e das comunidades diretamente envolvidas, estabelecendo avanços no sentido de conciliar práticas sustentáveis em unidades de conservação, conforme explicita os artigos 4º e 5º, da referida Lei:

Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos:

[...]

XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que:

[...]

III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

IV - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação;

V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;

IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;

X - garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos;

[...] (BRASIL, 2000).

Nesse sentido, Santana (2002, p. 103) faz a seguinte reflexão:

Se a proposta preservacionista das instituições governamentais teve uma serventia à época, hoje não é mais apropriada àquela realidade, em função da persistente demanda de uso – uso que, diga-se de passagem, nunca deixou de ser usufruído, mesmo de modo irregular, mesmo com a presença do IBAMA e a cerca ali colocada. A estação ecológica, tal qual a lenda do carneiro de ouro, jamais passou de uma quimera e não foi plenamente absorvida nem mesmo por técnicos diretamente ligados a sua implantação.

Por isso tem-se que se adotar uma nova categoria para a área, podendo ser escolhido um parque ou similar. No momento da escolha, é preciso, a meu ver, não alijar do processo de decisão as populações locais – as maiores interessadas no assunto. É preciso que se estabeleça um diálogo entre os diversos atores sócias envolvidos no processo, devendo o IBAMA permanecer como indutor nessa discussão, ao oferecer os meios para que se chegue a um consenso”.

De acordo com a Lei nº 9.985/2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, as modalidades ou categorias de manejo na qual a Serra de Itabaiana poderá se enquadrar são: a estação ecológica, um parque nacional ou um monumento natural.

Como mostrado em capítulo 2.2, dentre as unidades de conservação do grupo de proteção integral, tem-se a estação ecológica, de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites deverão ser desapropriadas, tendo como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, não sendo permitida a visitação pública, exceto com objetivo educacional e nos casos previstos em lei (arts. 8º, inciso I, e 9º, da Lei nº 9.985, de 18/07/2000), hipótese, em que inicialmente foi encontrada a Serra de Itabaiana, que será reavaliada.

Também incluída como unidades de conservação de proteção integral, tem-se os parques nacionais (art. 8º, inciso III, Lei nº 9.985, de 18/07/2000), de idêntica relação com as estações ecológicas no que diz respeito à posse e domínio público, à desapropriação das áreas particulares, à realização de pesquisas científicas e ao desenvolvimento de atividades de educação, porém são mais abertas, pois, mesmo objetivando a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância e beleza cênica, possibilita a recreação em contato com a natureza, o ecoturismo, permitindo, conseqüentemente, a visitação pública, nos moldes estabelecidos em normas regulamentares e administrativas, ou seja, o plano de manejo da unidade de conservação (art. 11, da Lei nº 9.985, de 18/07/2000).

A diferença da categoria parque nacional, para a unidade de conservação também classificada como de proteção integral denominada de monumento natural, é que, neste, o objetivo é a preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, e que pode ser constituído, se compatível com os seus objetivos, por áreas particulares, devendo, em caso de incompatibilidade, as áreas particulares serem desapropriadas, permitindo, de igual forma a visitação pública (art. 12, da Lei nº 9.985, de 18/07/2000).

Todavia, conforme foi constatado na Serra de Itabaiana, a criação de unidades de conservação têm se caracterizado em sua maioria pela exclusão social, expondo a contradição do processo de apropriação e expropriação do patrimônio cultural das populações envolvidas, gerando frustrações, insatisfação e conflitos entre essas populações e a gestão dessas áreas, muitas vezes expressas por ações predatórias na própria área protegida.

Nesse sentido, a ideologia política e cultural da sociedade e das classes políticas que dominam o estado de Sergipe (deputados federais e estaduais, governo estadual, prefeituras, vereadores) com algumas exceções, ainda não “acertaram as trilhas” que conduzem para a solução legal da Serra de Itabaiana, denotando um descompasso com os avanços significativos da legislação brasileira, relativas ao patrimônio natural e cultural.

Assim, “determinar o que é digno de preservação é uma decisão político-ideológica que reflete valores e opiniões sobre quais são os símbolos que devem permanecer para retratar determinada sociedade ou determinado momento, donde os grandes questionamentos sobre quem tem ou deveria ter autoridade para decidir” (BARRETO, 2002, p. 14).

Tradicionalmente no estado de Sergipe, como em todo o Brasil desde o seu domínio pelos colonizadores, as políticas têm sido canalizadas para aos interesses econômicos e culturais dos “vencedores”, situação esta bastante evidente nas políticas públicas do estado de Sergipe.

Contudo, “Se há um patrimônio reconhecido pelos vencedores, há, ou houve, um patrimônio dos vencidos. Quem zela por eles?” (BARRETO, 2002, p. 14). Assim, “Recuperar e manter a identidade, a cor local, aparece neste final de século como uma necessidade generalizada em face da globalização” (BARRETO, 2002, p. 44).

Como contraponto ao uso da globalização no processo de homogeneização cultural, a cidadania e a valorização da memória coletiva das diversas culturas do planeta vem assumindo importante papel na busca de alternativas de sustentabilidade, entendendo-se por memória coletiva “[...] o invólucro das memórias individuais que conserva, de maneira própria, os fatos acontecidos na sociedade à qual o indivíduo pertence. O indivíduo, por sua vez, precisa recorrer a essa memória coletiva quando quer saber sobre fatos que não testemunhou e que fazem parte de seu passado e de sua comunidade” (BARRETO, 2002, p. 44).

A abertura à prática do ecoturismo, especificamente no caso da Serra de Itabaiana, encerra a vontade da população do entorno, de agentes do turismo local, dos governos Municipais e Estadual, bem como de segmentos do IBAMA/SE, traz a possibilidade de resgate dos valores e práticas culturais tradicionais, podendo minimizar os conflitos e a insatisfação existentes nas comunidades, que, ao se sentirem valorizadas e envolvidas, são estimuladas a se tornarem parceiras na conservação do seu patrimônio natural.

As vinte e quatro atividades, elencadas a seguir, passíveis de serem praticadas na Serra de Itabaiana, reforçam a possibilidade da abertura ao ecoturismo. A proposta dessas atividades é resultante das sugestões dos entrevistados e da pesquisa de campo, complementada pela tipologia apresentada por Dias (2003). Assim, apresentam-se comentários sobre a ocorrência ou potencial de prática de cada uma das atividades, entendendo-as, no seu conjunto, como motivadoras para a elaboração urgente de um plano de manejo e de um zoneamento ambiental, instrumentos que possibilitariam a sistematização das práticas de ecoturismo na Serra.

- **Bóia-cross:** Descida de rios com o auxílio de bóias especiais – possibilidade no entorno, no rio Jacarecica;
- **Canoagem, *cayaking*:** navegação em rios, lagos com utilização de canoas a remo ou caiaques – possibilidade no entorno, no rio Jacarecica e na barragem Jacarecica I;
- ***Canyoning*:** descida de penhascos e / ou cachoeiras, com o auxílio de equipamento especial (*rappel*) – já se pratica no riacho das Pedras, riacho dos Negros, vertente oeste, possibilidade de ser praticado em outros pontos dos vales dos riachos;
- **Mergulho:** atividade esportiva praticada em ambiente aquático, com ou sem equipamento de respiração artificial (mergulho autônomo e livre) – possibilidades no entorno, no rio Jacarecica e barragem Jacarecica I, e em poços dos riachos da vertente leste;
- ***Rafting*:** descidas de rios encachoeirados feitas em botes infláveis – possibilidade no entorno, no rio Jacarecica;
- **Banhos, lazer e recreação:** atividades já realizadas em todos os riachos da Serra e entorno, na barragem de Jacarecica I;
- **Tirolesa:** descida de determinada altura até alguma acumulação de água pendurado em uma corda com equipamentos de segurança – alguma prática no riacho das Pedras.
- **Cicloturismo:** viagens ou passeios de bicicleta, realizados por estradas asfaltadas e / ou sem pavimentação – possibilidade na vertente leste e entorno;

- **Mountain biking:** atividade esportiva realizada em trilhas e / ou estradas sem pavimentação com vários graus de dificuldade, com bicicletas especiais para terrenos acidentados – a vertente leste e entorno apresenta várias possibilidades;
- **Escalada / climbing:** atividade esportiva praticada em rochas ou relevos com inclinação acentuada – já é praticada em vários pontos íngrenes da vertente oeste e leste Serra;
- **Espeleologia:** visita / exploração de cavernas com ou sem finalidade de estudo dos ambientes subterrâneos – possibilidade no paredão da vertente oeste e nas falhas dos vales da vertente leste;
- **Estudos do meio:** visitas com fins claramente educacionais e de pesquisa científica, realizadas em geral por público escolar e por pesquisadores – praticados em toda a Serra: topo, vertente oeste, vertente leste e nos vales;
- **Observação do meio:** atividade voltada para a observação de espécies particulares (aves, borboletas, orquídeas, etc.) do meio – praticados em toda a Serra: topo, vertente oeste, vertente leste e nos vales;
- **Hikking:** caminhada de curta duração, usualmente não ultrapassa um dia – atividade que se pratica em toda a Serra: topo, vertente oeste, vertente leste e nos vales. Pode oferecer vários graus de dificuldade no percurso, de acordo a trilha e com o público alvo;
- **Trekking:** caminhada com duração de mais de um dia, incluindo pernoites no meio natural, na qual os participantes transportam seus equipamentos – possibilidades em toda a Serra: topo, vertente oeste, vertente leste e nos vales;
- **Teal:** Treinamento experimental ao ar livre, praticado por executivos de grandes empresas, em que são simuladas situações extremas para testar as capacidades individuais de liderança – possibilidades na vertente leste, vertente oeste, vales dos riachos e entorno;
- **Turismo eqüestre / tropeirismo:** viagem realizada com a utilização de transporte por cavalos, ou envolvendo passeios desse tipo: possibilidades na vertente leste e entorno;
- **Camping:** atividade de acampamento em barracas, praticada no interior ou próximo a uma área natural – já foi muito praticada na Serra, principalmente no riacho dos Negros.

Atualmente há alguma prática no riacho das Pedras, com possibilidades para se desenvolver no topo, na vertente leste e no entorno;

- **Asa delta, *paraglider*:** atividades esportivas de vôo – possibilidade no topo da Serra com descida para a vertente oeste;
- **Observação astronômica:** atividade voltada para a observação de fenômenos celestes, com ou sem ajuda de aparelhos – possibilidades no topo da Serra;
- **Safári fotográfico:** viagem cujo objetivo principal é a realização de fotografias – possibilidades em toda a Serra e entorno;
- **Spa ecológico:** com técnicas de relaxamento e exercícios antiestresse – muito pouco praticado, com possibilidades na vertente leste e entorno;
- **Turismo esotérico / religioso:** tipo de viagem com motivação mística, espiritual ou sobrenatural – há alguma prática, possibilidades no topo, vertente leste e nos riachos;
- **Turismo rural / agroturismo:** viagem que envolve vivências em propriedades rurais, usualmente com o acompanhamento da rotina de trabalho destas – potencial que pode ser desenvolvido nos povoados do entorno e nas propriedades particulares da vertente leste;

O quadro 7.11 a seguir demonstra de forma sintética a distribuição das 24 atividades ecoturísticas potenciais com possibilidades de sistematização nas unidades paisagísticas da Serra, destacando as atividades já ocorrentes atualmente.

Quadro 7.11 - Possibilidades de práticas ecoturísticas na Serra de Itabaiana

Localização \ Atividades potenciais	Topo	V. Oeste	V. Leste	Riachos	Entorno
1. Observação astronômica	■				
2. Asa delta, <i>paraglider</i>	■	■			
3. Espeleologia		■	■		
4. Escalada/ <i>climbing</i>		■	■		
5. Tirolesa			■	■	
6. <i>Canyoning</i>			■	■	
7. Cicloturismo			■		■
8. <i>Mountain biking</i>			■		■
9. Spa ecológico			■		■
10. Turismo rural/agroturismo			■		■
11. Mergulho			■		■
12. Banhos, lazer e recreação			■	■	■
13. Camping	■		■		■
14. Tropeirismo	■		■		■
15. <i>Trekking</i>	■		■	■	■
16. Turismo esotérico/religioso	■		■	■	■
17. <i>Hikking</i>	■		■	■	■
18. Estudos do meio	■	■	■	■	■
19. Observação do meio	■	■	■	■	■
20. Teal	■		■	■	■
21. Safári fotográfico	■		■	■	■
22. Bóia- <i>cross</i>					■
23. Canoagem, <i>cayaking</i>					■
24. <i>Rafting</i>					■

Montagem: Luiz Carlos de Menezes, 2004

Legenda:

Atividade com possibilidade Atividade ocorrente 

Efetuada uma análise do quadro, observamos que das 24 atividades ecoturísticas potenciais identificadas para a Serra de Itabaiana (primeira coluna - Atividade), 9 já são

ocorrentes. Das 120 possibilidades de práticas de atividades ecoturísticas localizadas nas unidades paisagísticas e no entorno da Serra, 65 apresentam possibilidades de ocorrência de práticas de ecoturismo (células sombreadas na cor verde claro e verde escuro), sendo que 30 já são ocorrentes em maior ou menor grau (verde escuro), enquanto as 55 possibilidades restantes (células em branco), têm poucas ou nenhuma possibilidade de ocorrência (exemplo: mergulho ou canoagem no topo ou na vertente oeste).

Com relação a distribuição das possibilidades e ocorrência de atividades ecoturísticas nas unidades paisagísticas, a vertente oeste apresenta 7 possibilidades das quais 3 já são ocorrentes e o topo apresenta 11 possibilidades sendo 5 já ocorrentes, perfazendo um total de 18 possibilidades das quais 8 já são ocorrentes.

Já os riachos, a vertente leste e o entorno, tradicionalmente *locus* de maior incidência de relações sócio-culturais, mostra os seguintes resultados: os riachos apresentam 10 possibilidades das quais 7 já são ocorrentes, a vertente leste com 19 possibilidades das quais 9 já são ocorrentes, e o entorno com 18 possibilidades das quais 6 já são ocorrentes, perfazendo um total de 47 possibilidades sendo 22 já ocorrentes.

Nesse sentido, os números ratificam que a vertente leste, os riachos e o entorno apresentam maiores possibilidades de ecoturismo, como também maior incidência de atividades ocorrentes, havendo uma demanda crescente para as práticas ecoturísticas nas referidas unidades paisagísticas.

Já a análise da distribuição das 24 atividades ecoturísticas potenciais nas unidades paisagísticas, demonstra que os agrupamentos com 3, 4 e 5 possibilidades, localizados entre as linhas 12 e 21, corresponde ao que denominamos **Núcleo Vocacional Ecoturístico da Serra de Itabaiana**, por apresentar 10 das 24 atividades potenciais, 6 das 9 atividades ocorrentes, 41 das 65 possibilidades de práticas ecoturísticas nas unidades paisagísticas e no entorno, sendo que 24 já são ocorrentes.

Como demonstra o quadro, é grande o potencial ecoturístico de todas as unidades paisagísticas da Serra e seu entorno. Reafirma-se a urgência do plano de manejo e zoneamento, pois, enquanto estação ecológica, 9 atividades vêm sendo praticadas, colocando em risco o patrimônio natural e cultural da Serra e, também, as possibilidades de continuidade das práticas ecoturísticas.

Com relação ao envolvimento econômico das comunidades locais, o planejamento do ecoturismo deve ser integrado com o plano de manejo e com o zoneamento tanto da unidade de conservação quanto do entorno ou zona de amortecimento, para que se possa realizar programas e projetos de desenvolvimento de acordo com a realidade ambiental da Serra, gerando emprego e renda da seguinte forma: de guias locais, ou seja, das comunidades do entorno para acompanhar obrigatoriamente a realização de quaisquer atividades ecoturísticas na Serra; de vigias ou guardas-parque; de auxiliares na administração da unidade de conservação, na construção e manutenção de trilhas, mirantes e equipamentos de segurança nos locais de difícil acesso dentre outras atividades.

Além disso, criam-se possibilidades para a dinamização e diversificação do comércio e serviços em geral tais como hospedagens, áreas para *camping*, turismo rural em pequenas propriedades, pesque-e-pague, restaurantes, lanchonetes, aluguel de equipamentos (bicicletas, motos, carros, equipamentos de segurança, de lazer e recreação dentre outros).

O planejamento envolvendo todos os interessados também favoreceria o fortalecimento da agricultura local com bases sustentáveis, ou seja, o fomento à agricultura orgânica, aos sistemas agro-florestais, à criação e venda de sementes e mudas de árvores e flores nativas da Serra e entorno, à plantação e ao processamento artesanal de ervas medicinais, à apicultura dentre outros.

A fabricação e o comércio do artesanato e de *souvenirs* explorando temas e aspectos culturais e naturais da Serra, por exemplo, a utilização da orquídea e do beijo-flor, símbolos da Serra, para a confecção de camisas, bonés, chaveiros, brincos, colares, pulseiras, esculturas, cartões postais, pôsteres dentre outros objetos, como também a exploração e a comercialização da culinária local, geralmente envolvendo as mulheres do lugar, auxilia na renda familiar e possibilita o fortalecimento dos laços familiares e culturais da comunidade.

Outro componente importante que não deve ser relegado no planejamento local refere-se à capacidade e ao incentivo organizacional dos atores sociais locais envolvidos. Deve-se priorizar a estruturação de associações e outras formas de entidades com interesses comunitários voltadas para o desenvolvimento endógeno e para o gerenciamento das atividades econômicas locais, priorizando, no desenvolvimento de qualquer atividade econômica, os produtos e a mão-de-obra da região, de acordo com os princípios do

ecoturismo propostos por Kinker (2002) em consonância com as dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento de Sachs (1999).

Ressalta-se que está em fase de implantação a Associação dos Amigos e Voluntários da Serra de Itabaiana (AVASI), cujo artigo 2º de seu estatuto diz que a Associação terá por finalidade desenvolver programas, projetos e ações de cunho sócio-ambiental, que favoreçam a proteção do complexo da Serra de Itabaiana e a sua conservação, com práticas que visem a implementação do desenvolvimento sustentável nas comunidades do entorno, em consonância com a legislação vigente, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos governamentais competentes”.

Como coloca Sachs (1986, p. 25), a conservação dos recursos naturais é “[...] um campo ideal para o investimento humano, visto que numerosos trabalhos de conservação dos solos e das águas, de reflorestamento etc., se prestam à utilização de técnicas muito intensivas de mão-de-obra”, incluindo-se também a coleta, a disposição final e a reciclagem do lixo e do esgoto. Nesse sentido, a Serra de Itabaiana pode se transformar em um exemplo de educação e interpretação ambiental que completam as atividades do ecoturismo, através da conservação e da restauração da cobertura vegetal, da fauna e dos seus recursos hídricos.

A educação ambiental é uma atividade educativa na qual os indivíduos adquirem conhecimento sobre o meio ambiente, tornando-se capazes de buscar soluções para os problemas ambientais presentes e futuros gerados direta e indiretamente pela civilização tecno-industrial (NOVAES, 2002).

Já a interpretação ambiental, mais que a transmissão de informações, consiste na tradução da linguagem da natureza, do lugar, estimulando as pessoas a perceberem um mundo nunca visto antes. Interpretar é estimular a curiosidade, é revelar significados e valores, é provocar a emersão da sensibilidade reprimida, é despertar emoções, sentimentos de identidade, de pertencimento, de amor à natureza. Para a interpretação utilizam-se vários meios artísticos da comunicação (teatro, literatura, poesia, fotografia, desenho, escultura, pintura, painéis dentre outros).

No entanto, nada substitui a educação ambiental ao vivo, em contato com a natureza, e a interpretação realizada com o auxílio dos moradores da comunidade local, possuidora de um conhecimento prático ancestral das características ecológicas e culturais do lugar.

A parceria e o relacionamento entre ambas, a re-ligação dos saberes como coloca Morin (2001), proporcionam aos moradores locais um canal de expressão e de valorização do seu rico saber tradicional elevando a baixa-estima, e aos visitantes, uma experiência enriquecedora e única, podendo estimular reflexões profundas sobre o papel do homem na natureza e na relação com o seu semelhante.

Dessa forma, antigos mateiros, caçadores, agricultores e moradores locais detentores de um saber especial sobre a Serra de Itabaiana, podem se transformar em bons guias locais, se treinados para orientar as visitas, acompanhar os guias das excursões, os professores de educação ambiental, os pesquisadores dentre outros.

A globalização tem permitido com que a indústria cultural de massa circule pelo mundo, “[...] levando a uma padronização de gostos, atitudes, valores e expressões, que, de um lado, tem facilitado a dominação econômica e cultural e, de outro, deixa os lugares sem sua “cor local”, levando os indivíduos, num determinado ponto, a se perguntarem: mas, afinal, quem sou eu? De onde venho? Quais são as minhas raízes e a minha história? (BARRETO, 2002, p. 46-47).

Nesse sentido, as populações excluídas do processo de implantação das áreas protegidas sofrem um impacto ainda maior, pois além de receberem o impacto da indústria cultural de massa, na maioria dos casos são impedidas de praticarem suas atividades culturais tradicionais nas referidas áreas, propiciando a descaracterização e até o desaparecimento de vários elementos culturais no decorrer do tempo.

Entretanto, a recuperação do legado cultural, mesmo que seja para reproduzir a cultura local para os turistas, leva, numa etapa posterior, inexoravelmente, à recuperação da “cor local” e, num ciclo de realimentação, a uma procura por recuperar cada vez mais o passado (BARRETO, 2002, p. 46-47). Nesse contexto, a Lei 9.985/2000 do SNUC apresenta alguns avanços, dentre eles a prática do ecoturismo, que traz como um dos seus princípios a valorização da cultura local.

Assim, no caso da Serra de Itabaiana, contrariamente à preservação irrestrita, o uso sustentável através do ecoturismo possibilitaria a recuperação da cultura local - mitos, lendas, artesanato, culinária, manifestações religiosas e folclóricas dentre outras, que não seriam apenas atrativos para os turistas, constituindo-se, também, numa ferramenta para educação e para a interpretação ambiental, e para quem se interessar em interagir de uma forma lúdica e

prazerosa com a natureza e a cultura local, estimulando o resgate e o conhecimento do patrimônio cultural pelos próprios habitantes locais e, conseqüentemente, a recuperação e / ou valorização da identidade do lugar ou da “cor local” (BARRETO, 2002), como também a conservação do patrimônio natural com o desenvolvimento local.

Quanto às perspectivas de abertura da Serra de Itabaiana ao uso do ecoturismo, além desta atividade ser um instrumento do Governo Federal para o desenvolvimento sustentável com conservação através das Diretrizes para uma Política de Ecoturismo no Brasil (EMBRATUR/IBAMA, 1994) e através da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), como também o amparo legal através da Lei nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que incentiva o ecoturismo no interior e entorno das unidades de conservação, as entrevistas realizadas junto aos atores sociais e institucionais balizaram nosso entendimento de que o uso ecoturístico apresenta-se como alternativa possível, desde que se proceda uma mudança na tipologia da unidade de conservação, de estação ecológica para outro tipo compatível.

Embora já tenha um estudo em andamento no IBAMA, a análise retrospectiva do processo demonstra carência de envolvimento e compromisso, em vários níveis, dos atores sociais e institucionais envolvidos com a preservação do patrimônio natural e cultural que se constitui a Serra de Itabaiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACORT, Pascal. **História da ecologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ANDRADE, J. V. de. **Fundamentos e dimensões do turismo**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1995.
- AOUN, Sabáh. **A procura do paraíso no universo do turismo**. Campinas – SP: Papyrus, 2001.
- ARRUDA, R. S. V. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. . In: DIEGUES, A. C. (org.). **Etnoconservação: Novos Rumos para a Conservação da Natureza**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000, p. 273-290.
- BARRETTO, Margarrita. **Manual de iniciação do estudo do turismo**. 11 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- _____. **Turismo e legado cultural: As possibilidades do planejamento**. 3 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.
- BENI, Mário C. **Análise estrutural do turismo**. 7 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- BOO, Elizabeth. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, K. e HAWKINS, D. E. (orgs). **Ecoturismo: uma guia para planejamento e gestão**. 2 ed. – São Paulo: Editora SENAC, 1999.
- BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- BRASIL**. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BRASIL**. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Brasília, DF, 18 jul 2000.
- BRASIL**. Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Legislativo, Brasília, DF, 02 set. 1981.
- BRESSAN, Flávio. **O método do estudo de caso**. Prática – Pesquisa – Ensino - ISSN 1517-7912, v. 1, n.1, 2000.
- CAIDEN, Gerald; GARAVANTES, Geraldo. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento** (Orgs). Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1988.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CARLOS, Ana Fani A. **O lugar do/no mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 01-38.
- CEBALLOS-LASCURÁIN, Hector. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (Org.). **Ecoturismo: uma guia para planejamento e gestão**. 2ª ed. – São Paulo: Editora SENAC, 1999.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza**: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

COLCHESTER, Marcus. Resgatando a natureza: Comunidades Tradicionais e Áreas Protegidas. In: DIEGUES, A. C. (org.). **Etnoconservação**: Novos Rumos para a Conservação da Natureza. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000, p. 225-256.

CREMA, Roberto. **Introdução à visão holística**. Breve relato de viagem do velho ao novo paradigma. São Paulo: SUMMUS EDITORIAL LTDA., 1988.

CUNHA, José Carlos Santos. SERRA DE ITABAIANA: **Potencial Biogeográfico e Perspectivas para Preservação e Conservação**. (Monografia de Graduação em Geografia). São Cristóvão-SE: UFS, 1993.

DA MATA, Roberto. Em torno da representação da natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: BOURG, Dominique (org.). **Os Sentimentos da Natureza**. Lisboa: Livraria Clássica, 1993.

DALE, Paul. Turismo e desenvolvimento sustentável. In: MMA, FUNFIO, ONDAZUL (orgs.). **Apostilha melhores práticas para o ecoturismo**. Brasília: 2002.

DENCKER, Ada de Freitas M. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (org.). **Etnoconservação**: Novos Rumos para a Conservação da Natureza. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000, p. 01-46.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

EMBRATUR/IBAMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1994.

FENNEL, A. David. **Ecoturismo**. São Paulo: Contexto, 2002.

FERRARA, Lucrecia. Espaço, lugar e percepção: o turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI et al (Orgs.) **Turismo**: Espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERREIRA, Leila da Costa. **A questão ambiental**: sustentabilidade e políticas públicas. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

FRANCO, Emmanuel. **As formações vegetais do Globo Terrestre**: biocenologia. Aracaju: UFS, 1997. Vol. 2.

GEORGE, Susan. **O relatório Lugano**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

- GODOY, Arilda Schmith. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 30-39, 1995.
- GOMES, Patrício Melo. **(Eco) turismo**: uma releitura dos discursos. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- GRÉCIA TERRA DOS DEUSES: Os grandes filósofos. São Paulo: Ed. Escala, n. 02, 2003.
- HERCULANO, Selene Carvalho. Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, Miriam (Org.). **Ecologia, Ciência e Política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- KESSELRING, Thomas. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. **Ciência e Ambiente III**, v. 5, p. 19-39, jul./dez. 1992.
- KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP: Papyrus, 2002.
- KLEFS, Robert E. **A Economia da Natureza**. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Proposta**, n. 71, p. 5-10, fev./1997.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo**: uma guia para planejamento e gestão. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 1999.
- LUTZENBERGER, José. **Gaia – O planeta vivo (por um caminho suave)**. Porto Alegre: L&PM, 1990.
- MENEZES, Luiz Carlos de. **A conservação da natureza na Serra de Itabaiana**. Monografia de especialização *latu sensu* (Gestão Ambiental). UNIT, Aracaju, 2002.
- MOLINA, Sérgio. **O pós-turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.
- MONTIBELLIER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.
- MORIN, Edgar. **A religião dos saberes**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NOSSO FUTURO COMUM. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

NÓS que aqui estamos por vós esperamos. Direção e produção de Marcelo Masagão. Rio de Janeiro: Filmark Entretenimento Ltda.; Rio Filme, 1999. 1 videocassete (73 min), VHS, som, pb, *color*, NTSC.

ODUM, Eugene P. **Ecologia.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan S.A., 1988. p. 1-136; 341-386.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica.** São Paulo: Pioneira, 1999.

PÁDUA, Maria T. J. Análise Crítica da Nova Lei do Sistema de Unidades de Conservação da Natureza do Brasil. **Revista de Direito Ambiental**, nº 22, São Paulo:2001, p. 51-61.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo.** 7 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

PELLIZOLI, M. L. **Correntes da ética ambiental.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PIRES et alii. Conservação da Biodiversidade: Análise da situação de unidades de conservação de proteção integral (parques estaduais e estações ecológicas) do estado de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2., 2000, Campo Grande. **Anais...** Curitiba: Rede Nacional de Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. p. 618-627.

PIRES, Paulo dos Santos. **Paisagem Litorânea de Santa Catarina Como Recurso Turístico.** São Paulo: Hucitec, 1996.

PORTO, Paulo R. Menezes. **Situação florestal do Estado de Sergipe e subsídios para um plano de recomposição.** Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento e Meio Ambiente). UFS/NESA, São Cristóvão, 1999.

RICKLEFS, Robert E. **A economia da natureza.** 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996. p. 369-436.

RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente.** Campinas, SP: Papyrus, 1997.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir.** Vértice: SP, 1986.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Curitiba: Editora da UFPR, nº 24, 1999.

SANTANA, Ana Cristina A. **Proteção legal da caatinga.** Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento e Meio Ambiente). UFS/NESA, São Cristóvão, 2003.

SANTANA, Valdineide B. **Serra de Itabaiana: das brumas do imaginário à cerca invisível.** 2002. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento e Meio Ambiente). UFS/NESA, São Cristóvão, 2002.

SANTOS et alii. Funções ambientais e valores dos ecossistemas naturais. Estudo de caso: estação ecológica de Jataí. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1., 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: IAP: UNILIVRE Rede Nacional de

Unidades de Conservação, 1997. p. 465-477.

SANTOS, Aldeci; ANDRADE, José. **Delimitação e regionalização do Brasil semi-árido: Sergipe**. Aracaju: UFS, 1992.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.251-265.

SEABRA, Giovani de Farias. **Ecos do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SELLTIZ, C. et alii. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

SERGIPE. Projeto básico para implantação da estação ecológica Serra de Itabaiana. CONDESE - Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe. Aracaju, 1978.

SILVEIRA, M. A. T. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: ROCRIGUES, Adyr B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SIRKIS, Alfredo. Enquanto isso, na terra do pau-brasil (Apêndice). In: MCCORMICK, Jonh. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

THIELEN, Helmut. **Ecologia crítica: conviver e cooperar com a natureza**. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2001.

URBAN, Teresa. **Saudades do matão: lembrando a história da conservação da natureza no Brasil**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

VARGAS, M. Augusta Mundim. Para não dizer que não falei das flores: Um olhar quase histórico sobre o movimento ambientalista. **Geonordeste**, São Cristóvão-SE, ano IX, n. 1, p. 57-66, out. 1999.

VERAS, L. M. de S. Cavalcanti. Do espaço à paisagem, da paisagem ao lugar. **Revista de geografia**, Recife, v. 11, n. 2, jul./dez. 1995.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri-SP: Manole, 2001.

WESTERN, David. Definindo o ecoturismo. In: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E (orgs.). **Ecoturismo: uma guia para planejamento e gestão**. 2 ed. – São Paulo: Editora SENAC, 1999.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: planejamento e cotidiano e litorais e montanhas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista aplicado ao IBAMA/SE

I SITUAÇÃO LEGAL DA SERRA DE ITABAIANA (SI)

1. Na sua opinião, por quê não se resolveu até hoje a situação da área protegida da SI?
2. O que o Sr. (Sra.) sugere (ou o que falta) para que se resolva essa situação?
3. Os objetivos previstos inicialmente para a EE da SI vêm sendo cumpridos?
 Se negativo: Porquê.
 Se afirmativo: Quais? de que forma?
4. Qual a situação atual da SI com a nova Lei do SNUC?
5. Qual a situação da desapropriação de terras?

II USOS E PRÁTICAS ATUAIS DA SERRA DE ITABAIANA (SI)

2.1 Recursos naturais da Serra

6. Quais as espécies da flora e da fauna estão ameaçadas e/ou que correm risco de extinção? Por quê?
7. Está ocorrendo diminuição da fauna e da flora da SI e entorno?
 Se afirmativo: Por quê?
8. A retirada de areia e argila para as olarias está na zona de influência da Serra? Há algum controle? De que forma?

2.2 Infra-estrutura da Estação Ecológica da Serra de Itabaiana

9. As instalações atendem à demanda por educação ambiental, pesquisa científica e outras atividades? Explique.

2.3 Educação ambiental e pesquisa científica

10. O IBAMA fornece materiais educativos na SI? Quais?
11. Existem projetos de educação ambiental em andamento? Quais?

2.4 Visitações à Serra de Itabaiana

12. Os locais mais visitados têm recursos naturais frágeis?
13. Quais os impactos dos visitantes sobre os recursos naturais?

2.4 Quadro de funcionários

14. Quantos funcionários há na Estação Ecológica da Serra? Descreva as(funções deles.
15. Receberam algum tipo de treinamento para lidar com os visitantes? Explique.
16. O número de funcionários é suficiente para a proteção dos recursos naturais da Serra? Estão preparados para isso? Explique.
17. Quantos funcionários seriam necessários p/ o movimento atual de visitas?

2.5 Interação do IBAMA com a população local/entorno

18. O terceiro setor (ong's), entidades de classe, associações, e outros) participa e/ou tem algum projeto ligado à conservação da SI ou no seu entorno?
 Se negativo: Por quê?
 Se afirmativo: Quais entidades? Quais projetos? De que forma?
19. A iniciativa privada participa de projetos ligados à conservação da EE ou no seu entorno?
 Se negativo: Por quê?
 Se afirmativo: Quais projetos? De que forma?
20. Qual a relação do IBAMA com os governos municipais? Explique.
21. Que ações foram e/ou vêm sendo tomadas pelo IBAMA para minimizar os efeitos sócio-culturais durante o processo de implantação da EE da SI? Explique.

III PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE ECOTURISMO NA SERRA DE ITABAIANA

3.1 Aspectos econômicos

22. Na sua opinião, quais e que tipo de exploração econômica seriam adequadas à SI e seu entorno?
23. O Sr. (Sra.) considera a SI um atrativo turístico? Por quê?
24. O que o Sr. (Sra.) acha da SI ser explorada pelo turismo? Explique.
25. Que tipo de turismo o Sr. (Sra.) acha que poderia ser praticado na SI?
26. Qual (quais) a (as) fonte (fontes) de financiamento da EE? É suficiente para a efetiva proteção da SI?
27. Na sua opinião, poderia se criar/utilizar outras fontes de financiamento?
 Se afirmativo: Quais? De que forma?

3.2 Aspectos ecológicos

28. Na sua opinião o conjunto da SI é um patrimônio natural de Sergipe e dos sergipanos? Explique?
29. Na sua opinião, o turismo pode vir a ser uma alternativa de desenvolvimento local com conservação da natureza na SI e no seu entorno, ou pode acelerar a degradação ambiental na SI? Explique.

3.3 Aspectos culturais

30. Na sua opinião o conjunto da SI tem valor cultural?
 Se negativo: porquê?
 Se afirmativo: Qual (quais)? Sugestões para resgatar, incrementar, reforçar os valores culturais da SI.

3.4 Aspectos legais

Qual a sua opinião sobre a modalidade de UC escolhida inicialmente para a SI? Continuar com a **preservação** (proibição do uso com a implantação da Estação Ecológica) ou mudar para **conservação** (estabelecer limites de uso).

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista aplicado aos proprietários de terra

I SITUAÇÃO LEGAL DA SERRA DE ITABAIANA (SI)

31. Na sua opinião, por que não se resolveu até hoje a situação da área protegida da SI?
32. O que o Sr. (Sra.) sugere para que se resolva essa situação?
33. Na sua opinião, qual o interesse/participação dos governos municipais e estadual, e do Ministério do Meio ambiente/IBAMA na regularização da UC da SI? Explique.
34. Qual o relacionamento do IBAMA com a população do entorno (moradores, proprietários de terra)? Explique.

II PRÁTICAS E USOS ATUAIS NA SERRA

35. O que mudou na atividade de sua propriedade com o processo de implantação da EE? Explique.
36. Quando e como adquiriu sua propriedade, e qual o motivo da aquisição?
37. Qual era a atividade econômica da propriedade na época da aquisição? Atualmente ela é explorada economicamente?

Se afirmativo: Qual a atividade/uso atual da sua propriedade?

III PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE ECOTURISMO NA SERRA

3.1 Aspectos econômicos

38. Na sua opinião, quais e que tipo de exploração econômica seriam adequadas à Serra de Itabaiana e seu entorno? Explique.
39. O Sr.(Sra.) acha a Serra de Itabaiana um atrativo turístico? Explique.
40. Que tipo de turismo o Sr.(Sra.) acha que poderia ser praticado na Serra? Explique.

3.2 Aspectos ecológicos

41. Na sua opinião o conjunto da SI é um patrimônio natural de Sergipe e dos sergipanos?

3.3 Aspectos culturais

42. Na sua opinião o conjunto da Serra de Itabaiana tem valor cultural?

Se afirmativo: qual (quais)? Sugestões para resgatar, incrementar, reforçar os valores culturais da Serra.

3.4 Aspectos Legais

Qual a sua opinião sobre a modalidade de UC escolhida inicialmente para a Serra de Itabaiana? Continuar com a **preservação** (proibição do uso com a implantação da Estação Ecológica) ou mudar para **conservação** (estabelecer limites de uso).

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista aplicado às secretarias responsáveis pelo turismo no Estado e municípios

I SITUAÇÃO LEGAL DA SERRA DE ITABAIANA (SI)

43. Na sua opinião, por quê não se resolveu até hoje a situação legal da área protegida da (SI)?
44. O que o Sr.(Sra.) sugere para que se resolva essa situação?
45. Qual o interesse/participação do atual governo municipal na regularização da UC da SI? Explique.
46. Qual a relação do seu Governo com o IBAMA? E com a população do entorno da SI? Explique.

II PRÁTICAS E USOS ATUAIS

47. Existem projetos turísticos no Município?
Se afirmativo: Quais? Incluem visitas à SI?
48. O sua Secretaria faz alguma divulgação turística da SI?
Se afirmativo: De que forma?

III PERSPECTIVAS DE ECOTURISMO PARA A SERRA DE ITABAIANA

3.1 Aspectos econômicos

49. Na sua opinião, quais e que tipo de exploração econômica seriam adequadas à SI e seu entorno?
50. O Sr. (Sra.) considera a SI um atrativo turístico? Explique.
51. Que tipo de turismo o Sr.(Sra.) acha que poderia ser praticado na SI?
52. Com a transformação da SI em um produto turístico, o Sr. (Sra.) divulgaria/promoveria o turismo na SI e no município? Como?
53. Na sua opinião o que falta para que a SI se torne um produto turístico? O que Sr. (Sra.) sugere para que isso ocorra?
54. Na sua opinião a SI é uma alternativa de turismo capaz de se tornar atraente além do circuito do litoral sergipano e de Xingó? Explique.

3.2 Aspectos ecológicos

55. Na sua opinião o conjunto da SI é um patrimônio natural de Sergipe e dos sergipanos? Porquê?
56. Na sua opinião o Sr. (Sra.) acha que o turismo pode contribuir para a conservação do patrimônio natural da SI, ou pode acelerar a degradação ambiental? Explique.

3.3 Aspectos culturais

57. Na sua opinião o conjunto da SI tem valor cultural?

Se negativo: Porquê?

Se afirmativo: Qual (quais)? Sugestões para resgatar, incrementar, reforçar os valores culturais da SI.

58. Existem projetos culturais no Município?

Se afirmativo: Quais?

3.4 Aspectos legais

Qual a sua opinião sobre a modalidade de UC escolhida inicialmente para a SI? Continuar com a **preservação** (proibição do uso c/a implantação da Estação Ecológica) ou mudar para **conservação** (estabelecer limites de uso).

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista aplicado às agências e aos guias de turismo

I SITUAÇÃO LEGAL DA SERRA DE ITABAIANA (SI)

59. Na sua opinião, por quê não se resolveu até hoje a situação legal da área protegida da Serra de Itabaiana SI?
60. O que o Sr.(Sra.) sugere para que se resolva essa situação?

II USOS E PRÁTICAS ATUAIS NA SERRA

61. Tem existido procura por visitas à Serra de Itabaiana?
Se Negativo: Pular para o item II
62. Por quais motivos as pessoas têm visitado a SI?
63. Qual a época mais visitada?
64. O Sr.(Sra.) trabalha com algum pacote ou roteiro que inclua visitação à SI?
65. Formas de divulgação atual. Se existe.
66. Quais os locais mais visitados?

III PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE ECOTURISMO PARA A SERRA DE ITABAIANA

3.1 Aspectos econômicos

67. Na sua opinião, quais e que tipo de exploração econômica seriam adequadas à SI e seu entorno?
68. O Sr. (Sra.) considera a SI é um atrativo turístico? Explique?
69. Que tipo de turismo o Sr.(Sra.) acha que poderia ser praticado na SI?
70. Com a transformação da SI em um produto turístico, você divulgaria/promoveria roteiros guiados (controlados) à SI? Como?
71. Na sua opinião o que falta para que a Serra se torne um produto turístico? e o que Sr.(Sra.) sugere para que isso ocorra?
72. Na sua opinião a SI é uma alternativa de turismo capaz de se tornar atraente além do circuito do litoral sergipano e de Xingó? Explique.

3.2 Aspectos ecológicos

73. Na sua opinião o conjunto da SI é um patrimônio natural de Sergipe e dos sergipanos? Explique.
74. O Sr.(Sra.) ou sua Empresa tem alguma preocupação com o meio ambiente?
Se afirmativo: de que forma? Como? Que ações o Sr.(Sra.) ou sua Empresa desenvolve em favor do meio ambiente?

75. O Sr.(Sra.) acha que o turismo pode contribuir para a degradação ou para a conservação do patrimônio natural da Serra ? Explique.

3.3 Aspectos culturais

76. Na sua opinião o conjunto da Serra de Itabaiana tem valor cultural?

Se negativo: Porquê?

Se afirmativo: Qual (quais)? Sugestões para resgatar, incrementar, reforçar os valores culturais da SI.

3.4 Aspectos legais

Qual a sua opinião sobre a modalidade de UC escolhida inicialmente para a Serra de Itabaiana? Continuar com a **preservação** (proibição do uso c/a implantação da Estação Ecológica) ou mudar para **conservação** (estabelecer limites para o uso).

APÊNDICE E – Roteiro de entrevista aplicado aos beneficiários com o fluxo turístico

I SITUAÇÃO LEGAL DA SERRA DE ITABAIANA (SI)

77. Na sua opinião, por quê não se resolveu até hoje a situação legal da área protegida da SI?
78. O que o Sr. (Sra.) sugere para que se resolva essa situação?
79. Na sua opinião, qual o interesse/participação dos governos municipais de Areia Branca e Itabaiana, do governo estadual e do Ministério do Meio Ambiente/IBAMA na regularização da UC da SI? Explique.
80. E da população do entorno (moradores, proprietários de terra, comerciantes, etc.)?
81. Qual o relacionamento do IBAMA com a população do entorno? Explique.

II USOS E PRÁTICAS ATUAIS NA SERRA

82. Quais as dificuldades atuais com relação à exploração econômica de seu estabelecimento/negócio?
83. Existe algum programa de apoio do poder público (financiamento, treinamento, etc.) ao seu estabelecimento? O que melhorou?
84. Quais as épocas de maior movimento no seu estabelecimento comercial?
85. As visitas à SI contribuem para o faturamento do seu estabelecimento comercial? Explique.

III PERSPECTIVAS DE ECOTURISMO PARA A SERRA DE ITABAIANA

3.1 Aspectos econômicos

86. Na sua opinião, quais e que tipo de exploração econômica seriam adequadas à SI e seu entorno?
87. O Sr. (Sra.) considera a SI é um atrativo turístico? Explique.
88. Que tipo de turismo o Sr.(Sra.) acha que poderia ser praticado na SI?
89. Na sua opinião o que falta para que a SI se torne um produto turístico? e o que Sr. (Sra.) sugere para que isso ocorra?
90. Na sua opinião a SI é uma alternativa de turismo capaz de se tornar atraente além do circuito do litoral sergipano e de Xingó? Explique.
91. Tem conhecimento de projetos turísticos no Município?
Se afirmativo: Quais?

3.2 Aspectos ecológicos

92. Na sua opinião o conjunto da SI é um patrimônio natural de Sergipe e dos sergipanos? Explique.

93. O Sr.(Sra.) ou sua empresa tem alguma preocupação com o meio ambiente?

Se afirmativo: de que forma? Como? Que ações o Sr.(Sra.) ou sua Empresa desenvolve em favor do meio ambiente?

94. Na sua opinião o Sr. (Sra.) acha que o turismo pode contribuir para a conservação do patrimônio natural da SI, ou pode acelerar degradação ambiental? Explique.

3.3 Aspectos culturais

95. Na sua opinião o conjunto da Serra de Itabaiana tem valor cultural?

Se negativo: Por quê?

Se afirmativo: qual (quais)? Sugestões para resgatar, incrementar, reforçar os valores culturais da SI.

96. Tem conhecimento de projetos culturais no Município?

Se afirmativo: Quais?

3.4 Aspectos legais

Qual a sua opinião sobre a modalidade de UC escolhida inicialmente para a SI? Continuar com a **preservação** (proibição do uso c/a implantação da Estação Ecológica) ou mudar para **conservação** (estabelecer limites de uso).